

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE**

SOCORRO LETÍCIA FERNANDES PEIXOTO

**OS SIGNIFICADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
NA VIDA DAS MULHERES: um estudo na
comunidade Morro da Vitória**

**FORTALEZA
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Socorro Letícia Fernandes Peixoto

**OS SIGNIFICADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
NA VIDA DAS MULHERES: um estudo na
comunidade Morro da Vitória**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Políticas públicas.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro
Ferreira Osterne

FORTALEZA
2010

Socorro Letícia Fernandes Peixoto

OS SIGNIFICADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DAS MULHERES: UM ESTUDO NA COMUNIDADE MORRO DA VITÓRIA

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Políticas públicas.

Aprovada em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria do Socorro Ferreira Osterne (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará

Profa. Dra. Maria Dolores de Brito Mota
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Maria Zelma de Araújo Madeira
Universidade Estadual do Ceará

*À minha mãe Glória Peixoto e ao meu pai Ozanias Peixoto,
fontes inesgotáveis do mais sublime amor,
razões do meu viver.*

*Ao Acrísio Sena,
companheiro de todas as horas,
com quem me orgulho de compartilhar a vida*

AGRADECIMENTOS

A Deus, luz que ilumina os meus caminhos e me fortalece a cada amanhecer.

Aos meus familiares, em especial meu maravilhoso irmão Davi Peixoto; às minhas queridas “tias-mães”, Francirene Fernandes, Hosana Fernandes, Líduina Fernandes, Teresa Fernandes e Regina Fernandes; aos meus tios, Raimundo Fernandes, Edson Jr, Edilson Fonteles, Cristovam Fernandes, Madson Fernandes e; aos meus avós Francina e Edson Fernandes por entenderem os meus momentos de ausência e pelo apoio constante, ao longo da minha vida.

Às amigas de longas travessias: Lauriene Marreiro, Mônica Cavaignac, Tatiana Raulino, Maryellen Mesquita e àquelas que me apoiaram neste processo a quem tenho profunda gratidão: Irenice Campos, Cynthia Studart, Adla Alves, Renata Posso, Raimundinha Alves.

Ao Iuri Sena, Dimitri Sena e à pequena Bárbara Sena, pelas alegrias compartilhadas.

À minha sogra Sra. Tereza Sena e meu sogro Sr. Nicomédio Sena, pessoas que tenho grande carinho e admiração.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Socorro Osterne, mais que mestre, pessoa de referência em minha vida acadêmica, pela paciência e sabedoria na condução deste trabalho.

À professora Dr^a. Zelma Madeira que, com suas observações, me ajudou a aperfeiçoar este estudo. À Prof^a. Dr^a. Dolores Mota que, prontamente, aceitou fazer parte da banca examinadora desta dissertação.

A todos/as que fazem a SEMAS, pela solidariedade, durante a realização desta pesquisa; em especial, à secretária de Assistência Social e amiga Elaene Rodrigues; ao amigo André Menezes, pela disponibilidade em suprimir minhas dúvidas em relação ao Programa Bolsa Família e ao Robson Andrade, pela seleção dos dados do Cadastro Único. Às equipes técnicas das Coordenações da Gestão do SUAS e de Inclusão Produtiva, pelas escutas cotidianas dos meus relatos e torcida pelo andamento e término deste trabalho.

Aos/às amigos/as do ESPLAR, com quem pude iniciar minha vida profissional, pelo aprendizado e amizades que perduram. Agradeço, em especial, à Lena Saraiva e Fernanda Holanda pela cuidadosa correção ortográfica, formatação científica e revisão final deste trabalho.

Às companheiras do movimento feminista, pois que esta dissertação é também fruto do que aprendi em nossas lutas.

Ao Mestrado Acadêmico de Políticas Públicas e Sociedade; aos estimados professores e professoras, pelos fecundos debates em sala de aula; aos/as colegas de turma, muitos de vocês fazem parte dessa história e, às secretárias Fátima e Cristina pelo apoio.

Ao grupo de estudo de *Gênero, Família e Geração nas Políticas Públicas*, pelos debates fecundos.

Ao Prof. Dr. Crístian Paiva, da Universidade Federal do Ceará, pelas sugestões de leituras e bibliografias sobre os temas família e gênero.

À FUNCAP, por parte do apoio financeiro na concretização desta pesquisa.

Às mulheres da Comunidade Morro da Vitória, em especial, à presidente da Associação, Liduína, mulher guerreira que tenho como exemplo de vida. Às mulheres entrevistadas, “pedras preciosas” que abriram as portas das suas casas e vidas com profunda generosidade. Aprendi muito com vocês.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, acompanharam este meu percurso, o meu profundo e sincero agradecimento.

*“E antes de mais nada te escrevo dura escritura.
Quero como poder pegar com a mão a palavra.
A palavra é objeto? E aos instantes eu lhes tiro o sumo da fruta.
Tenho que me destituir para alcançar cerne e semente da vida.
O instante é semente viva.”*
(Clarice Lispector)

RESUMO

A centralidade da família como lugar prioritário de cuidado e como esfera de proteção social frente ao contexto de pobreza tem se constituído uma realidade na operacionalização das políticas sociais, sobretudo das políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família. Problematiza-se, portanto, os significados desse Programa na vida das mulheres, uma vez que elas têm sido as principais responsáveis pela gestão dos seus recursos em nome da família. Nessa perspectiva, objetiva-se conhecer as mulheres pobres, urbanas, beneficiárias do Programa Bolsa Família, entender a composição e a dinâmica das suas famílias e, ainda, compreender suas opiniões quanto ao recebimento dos recursos provenientes do Programa, as responsabilidades assumidas na gestão da renda e sobre o cumprimento das condicionalidades. Dialoga-se com as categorias analíticas: família, pobreza e gênero. Em relação às categorias empíricas, destacam-se as políticas públicas e, em especial, o Programa Bolsa Família. Este estudo foi realizado na comunidade Morro da Vitória, localizado na periferia da cidade de Fortaleza. A metodologia utilizada pautou-se em pesquisa de natureza qualitativa, utilizando-se como principal técnica de coleta de informações, durante o trabalho de campo, a entrevista semiestruturada em profundidade com sete mulheres residentes na comunidade, principais sujeitos desta pesquisa. Como fonte secundária, fez-se uso também de dados quantitativos do Banco de Dados do Cadastro Único para Programas Sociais, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza. Dentre os resultados alcançados, destaca-se que o Programa Bolsa Família cumpre um papel importante na provisão imediata dos recursos básicos de sobrevivência familiar na vida dos pobres. A gestão dos recursos realizada pelas mulheres faz com que as mesmas se percebam mais valorizadas socialmente. Conclui-se, contudo que o Programa Bolsa Família tem significados contraditórios na vida das mulheres, pois, ao mesmo tempo em que fortalece a autonomia das mulheres no interior da família e na comunidade, delegando-as como representantes legais do benefício, reforça as atribuições tradicionais consideradas femininas vinculadas aos cuidados domésticos e familiares fortalecendo a lógica tradicional da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres.

Palavras-chaves: Família, gênero, pobreza, políticas públicas, Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

The centrality of the family as a priority place of care and also as a sphere of social protection against the poverty's background has been a reality in the operationalization of social policies, especially the policies of income transfer programs such as the Family Grant. It discusses, therefore, the meanings of this program in women's lives, since they have been mainly responsible for the management of its resources from this Program on behalf of the family. From this perspective, the intend is to ascertain the urban poor women beneficiaries of the Family Grant Program, understand the composition and dynamics of their families and also comprehend their views about the receipt of resources from the Program, the responsibilities assumed in the management of the income and about the conditionalities compliance. It dialogues with the analytical following categories: family, poverty and gender. For the empirical categories, highlights the public policies, and in particular, the Family Grant Program. This study was conducted at the Victoria Hill community, located on the outskirts of Fortaleza's city. The methodology used was based on a research of qualitative nature. It was used, as the main technique for gathering information during the field work, the semi-structured interview, deeply with seven women living in the community, the research's main subjects. As a secondary source, I also use quantitative data from the Database of the Single Registry for Social Programs, the Municipal Department of Social Assistance in Fortaleza. Among the results achieved, it is emphasized that the Family Grant Program plays an important role in the immediate provision of basic resources for families survival in the poor's life. The management of resources held by women makes them see themselves as more socially valued. It concludes, however, that the Family Grant Program has contradictory meanings in the lives of women, because, while it strengthens the women's autonomy between the family and community, delegating them as legal representatives of the benefit, strengthening the feminine traditional responsibilities linked to the domestic and family care and strengthening the traditional logic of the sexual division of labor between men and women.

Keywords: Family, gender, poverty, public policies, Family Grant Program.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Representantes legais cadastrados no CadÚnico por sexo em Fortaleza, SER II e Bairro Vicente Pinzon 152

Tabela 2 - Representantes legais beneficiários do PBF por sexo em Fortaleza, SER II e Bairro Vicente Pinzon 152

Tabela 3 - Mulheres Representantes legais beneficiárias do PBF por faixa etária em Fortaleza, SER II e Bairro Vicente Pinzon..... 153

Tabela 4 - Mulheres Representantes legais beneficiárias do PBF por raça/etnia em Fortaleza, SER II e Bairro Vicente Pinzon.....153

Tabela 5 - Mulheres Representantes legais beneficiárias do PBF por estado civil, em Fortaleza, SER II e Bairro Vicente Pinzon..... 154

Tabela 6 - Mulheres Representantes legais beneficiárias do PBF por situação no mercado de trabalho em Fortaleza, SER II e Bairro Vicente Pinzon 155

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CadÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais
CEBS – Comunidades Eclesiais de Base
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
GED - Gênero e Desenvolvimento
FMI – Fundo Monetário Internacional
IAPS – Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF – Índice de Desenvolvimento Familiar
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IFMs – Instituições Financeiras Multilaterais
IGD – Índice de Gestão Descentralizada
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEP – Laboratório de Estudos da Pobreza
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MCP – Movimento das Comunidades Populares
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDE – Mulher e Desenvolvimento
NMSs – Novos Movimentos Sociais
NOB – Norma Operacional Básica
ONG – Organização Não-Governamental
PADC – Projeto Amigos da Comunidade
PBF – Programa Bolsa Família
PET - Programa Especial de Treinamento
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REF Rede Nacional de Economia e Feminismo
SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social
SEPLA – Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento
SER – Secretaria Executiva Regional
SINTAF – Sindicato dos Fazendários do Ceará
SOF - Sempre-Viva Organização Feminista
SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFEM - Fundo das Nações Unidas para a Mulher

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE SIGLAS	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: OLHARES DE PERTO: TRAJETÓRIAS METODOLÓGICAS E PARTICULARIDADES DO OBJETO EM ESTUDO	17
1.1 Entre vivências e reflexões do caminho percorrido	19
1.2 Construções sucessivas em torno do objeto	25
1.3 Escolhas e procedimentos de aproximações com o objeto	29
1.4 O lugar da pesquisa: as vitórias do Morro	34
1.5 Retratos das sete mulheres da pesquisa	44
CAPÍTULO II: CONFIGURAÇÕES DA FAMÍLIA: CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UM OBJETO SOCIOLÓGICO	50
2.1 Família: olhares de perto e de longe	51
2.2 Patriarcado nas famílias: novas bases de fabricações antigas	59
2.3 A centralidade da “mãe de família”	66
2.4 As transformações da família na contemporaneidade	74
CAPÍTULO III: POBREZA E GÊNERO: FACES QUE REVELAM REALIDADES	85
3.1 Contexto neoliberal: cenários edificadores da pobreza	87
3.2 Pobreza: novas evidências, velhos problemas	93
3.3 Mulheres, pobreza e a desigual divisão sexual do trabalho	107
3.4 Gênero: expressões das relações desiguais entre homens e mulheres....	115
CAPÍTULO IV: AS MULHERES NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ENTRE CONSENSOS E CONTRADIÇÕES	126
4.1 Cidadania e políticas sociais no Brasil	127
4.2 O Programa Bolsa Família: origens e definições	136
4.3 A centralidade da família no Programa Bolsa Família: um olhar para as políticas sociais	143
4.4 Perfil das mulheres titulares do Programa Bolsa Família em Fortaleza	150
4.5 O Programa Bolsa Família e a vida das mulheres do Morro da Vitória	154
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172
ANEXOS	185

INTRODUÇÃO

A investigação científica, sobretudo quando se estuda fenômenos expressos nas relações sociais é um caminho desafiador e pleno de surpresas. Ousar construir perguntas sobre a realidade, arquitetar esquemas de pensamento em busca de possíveis respostas, mesmo que estas sejam apenas parciais, exige processos de abertura do pesquisador frente a uma viagem de caminhos tortuosos, porém instigantes, em vistas das descobertas realizadas e das experiências vividas.

A interação do pesquisador com os pesquisados é algo delicado, principalmente quando estes últimos não fazem parte do universo cotidiano do estudioso, ou seja, vivem em um território distante das formas de vida do pesquisador. Desse modo, transpor as barreiras, tanto as reais como as simbólicas, enxergar as familiaridades do que é considerado estranho e ainda dar conta do particular e do diverso frente à homogeneidade com que se percebem as comunidades pobres, são elementos importantes da pesquisa social.

A pesquisa, na tentativa de acompanhar o movimento da realidade, enfrenta contextos atuais diversos. As manifestações da realidade contemporânea impactam sobre a construção de novas formas de olhar, pensar e agir sobre e na realidade.

Os frenéticos processos globais e virtuais e a exacerbação do consumo como elemento importante de regulação da vida em sociedade redefinem as relações de espaço e tempo e determinam comportamentos. Nesse sentido, as mudanças em curso tanto de caráter macroeconômico como as que ocorrem nas esferas cotidianas da vida e as transformações paradigmáticas nas ciências sociais são considerações importantes para a delimitação do objeto de estudo advindo de uma das expressões questão social.

Neste estudo, procuro investigar os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres pobres, especificamente daquelas que moram na

Comunidade Morro da Vitória, partindo de vários prismas. Entender o que essas mulheres pensam sobre as três categorias principais deste estudo – família, pobreza e gênero – deram-me suporte para qualificar minhas considerações sobre a compreensão do Programa Bolsa Família em suas vidas. Além disso, procuro descrever suas formas de vida reveladas, tanto nos momentos das entrevistadas, como nas inúmeras conversas informais durante o trabalho de campo.

No cenário brasileiro, o Programa Bolsa Família tem obtido, ao longo dos últimos anos, uma importância significativa. Do ponto de vista social, tem provocado impactos na vida dos pobres, ao possibilitar o acesso a uma renda mínima mensal familiar. Sob o ângulo econômico, é notória a diminuição dos patamares de pobreza e a redução dos índices de desigualdade social. Também no campo político, esse Programa tem sido instrumento de destaque, tanto no Brasil como no contexto político internacional, além de emprestar notoriedade aos seus idealizadores e executores.

Discorro, neste trabalho, sobre as possibilidades e as lacunas embutidas nesse Programa. Nesta análise, percebo que é preciso fortalecer sua articulação com as demais políticas públicas, além de considerar a necessidade de um maior investimento em políticas estruturais no campo social.

O foco deste estudo, portanto, diz respeito ao entendimento que as mulheres têm do referido Programa e as influências deste em suas vidas. Sabe-se que o Programa Bolsa Família não tem o conteúdo de gênero como determinante de seus objetivos. Todavia, provoca uma grande influência nas relações de gênero, uma vez que são as mulheres suas representantes legais, ou seja, as principais destinatárias para receber o benefício em nome da família.

A centralidade da família no âmbito das políticas públicas também é outro assunto exposto nesse trabalho. Sendo a família a esfera prioritária de proteção dos seus membros, busco examinar o papel que as mulheres desempenham em sua dinâmica, haja vista que, historicamente, elas são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e familiar.

Percebo nuances de contradições na relação das mulheres com o Programa Bolsa Família. A prerrogativa das mulheres serem as principais representantes legais para recebimento do benefício tanto pode fortalecer a autonomia financeira das mesmas como reforçar o lugar tradicional das mulheres na divisão sexual do trabalho doméstico. Essas questões são abordadas ao longo dos capítulos deste estudo.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa é de natureza qualitativa, em vista do alcance dos objetivos deste estudo. Utilizei, como principal técnica de investigação, a entrevista semiestruturada. Porém, ao longo de vários meses, lancei mão da técnica da observação participante, no sentido de melhor entender o lugar, os hábitos e as representações dos moradores da comunidade. Fiz uso complementar de dados quantitativos, a partir da base de dados do Cadastro Único, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza, como forma de identificar o perfil das mulheres beneficiárias e representantes legais do Programa, em Fortaleza. Além disso, consultei, também, documentos, jornais e instrumentos legais.

Desenvolvo, em cada capítulo, categorias e conceitos teóricos intercalando com as falas das mulheres do Morro da Vitória. Com o intuito de preservar a identidade e garantir o anonimato dessas mulheres, através de suas narrativas, substitui seus nomes verdadeiros por nomes de pedras preciosas.

A interface de saberes múltiplos, através do exercício da interdisciplinaridade estabelecida entre o Serviço Social, a Sociologia, a Antropologia e a Economia Política dentre outras áreas do conhecimento, é evidenciada nesta dissertação. Procuo não cair no ecletismo, mas antes, garantir a pluralidade de olhares complementares entre si. O diálogo epistemológico com vários campos de saberes foi fundamental para compreender melhor as várias faces dos fenômenos da realidade que apareceram no desenrolar desta travessia investigativa.

Desse modo, o capítulo I, intitulado: *Olhares de perto: trajetórias metodológicas e particularidades do objeto em estudo*, retrata o percurso metodológico desenvolvido na pesquisa, assim como as sucessivas aproximações

com a comunidade Morro da Vitória. Início, portanto, tentando explicar a escolha do objeto, mediante a relação que tenho com o tema, a partir da minha trajetória política e profissional com esse campo de estudo. Em seguida, delinco os objetivos e as hipóteses a serem verificadas. Posteriormente, em forma de uma descrição detalhada, discorro sobre a entrada em campo, as minhas idas e vindas por entre as ruas e becos, enfim, as tramas e os acontecimentos do lugar. Por fim, apresento as sete mulheres que se constituíram as principais interlocutoras desta pesquisa. Em vários momentos, descrevo relatos da líder comunitária – presidente da Associação de Moradores, com quem também realizei entrevista, além de inúmeras conversas informais sobre a Comundiade.

No Capítulo II: *Configurações da família: caminhos e descaminhos de um objeto sociológico*, abordo uma das principais categorias deste estudo, a família. Foram trabalhados diversos enfoques teóricos sobre família, ou melhor, sobre as famílias, em suas múltiplas formas. Retrato, concomitantemente à fala das mulheres, o sentido de família, além das formas de configuração dos seus grupos domésticos. Destaquei questões que perpassam as dinâmicas familiares, a exemplo do patriarcado e da maternidade. Uma abordagem histórica foi desenvolvida neste capítulo, em virtude da desnaturalização dessa categoria, bem como do entendimento quanto aos novos arranjos familiares presentes na atualidade.

O Capítulo III cujo título é: *Pobreza e Gênero: faces que revelam realidades*, enfoca o contexto da pobreza sob o viés de gênero. Embora se exija um maior esforço, dada à articulação entre essas duas categorias, a necessidade dessa interface reafirma a marca de gênero inscrita na pobreza brasileira. A categoria pobreza é debatida sob várias perspectivas. Início retratando o acirramento da questão social no contexto neoliberal e abordo, posteriormente, questões relacionadas aos indicadores econômicos da pobreza. Em seguida, sob o prisma da sociologia e da antropologia, a pobreza é discutida mediante a fala das entrevistadas, fazendo aparecer os aspectos subjetivos, as redes de sociabilidades entre os pobres e a identidade com o território, dentre outras manifestações. Ao adentrar nas questões de gênero, discorro sobre as mulheres no contexto de pobreza, problematizando a desigual divisão sexual do trabalho que as coloca em

lugar de subordinação, entre os mais pobres e as relações de poder que envolvem suas vidas.

O Capítulo IV: *As mulheres no Programa Bolsa Família: entre consensos e contradições*, destaca a pergunta central deste trabalho. Sob o prisma do processo histórico e contraditório da cidadania e das políticas sociais no contexto brasileiro, o Programa Bolsa Família é descrito e problematizado. Posteriormente, evidencio a família no âmbito das políticas sociais, em especial do Programa Bolsa Família. A partir da análise dos dados quantitativos do Cadastro Único, exponho alguns traços que identificam as mulheres representantes legais do Programa. Por fim, adentro nas narrativas e entendimentos das mulheres do Morro da Vitória sobre o Programa e como o mesmo influencia suas vidas.

Nas considerações finais, tento realizar sínteses das questões expostas, embora não tenha sido esta uma tarefa fácil. As inúmeras questões percebidas durante este trabalho apontam alguns desafios contemporâneos para os estudiosos do tema, para os operadores das políticas públicas e para a sociedade em geral.

Convido o leitor e a leitora a percorrerem os caminhos desta obra na qual busca respostas para perguntas, tais como: De que família se está autorizado a falar, uma vez que o real e o ideal encontram-se sob tênues barreiras no imaginário social? São as mulheres, as legítimas administradoras da pobreza? Como as mulheres são vistas à medida que a família torna-se o referencial de proteção social nas políticas públicas? Quais as consequências do Programa Bolsa Família para a redefinição ou manutenção das relações desiguais de gênero?

Desejo boa sorte nesta viagem complexa, porém repleta de intenções de aprendizagem.

CAPÍTULO I - OLHARES DE PERTO: TRAJETÓRIAS METODOLÓGICAS E PARTICULARIDADES DO OBJETO EM ESTUDO

Na contemporaneidade, as transformações paradigmáticas das ciências sociais revelam-se com base em uma realidade pautada num universo de perguntas inacabadas, face à própria complexidade em que se encontra imersa a humanidade. As certezas, até então estabelecidas mediante a racionalidade do pensamento cartesiano, são substituídas pela emergência do novo, pela urgência do tempo presente.

Em face desse contexto, questiona-se: como problematizar fenômenos do tempo presente, uma vez que a realidade se constrói em razão de uma explosão de imagens que, a todo momento, espetaculariza a vida e cria identidades sob a égide do consumo? Penso que analisar cientificamente quaisquer questões que atravessem o universo da vida social, requer, *a priori*, do pesquisador, um entendimento da complexidade do presente, das novas relações entre espaço e tempo, das novas formas de pensar e agir dos sujeitos, mediante o avanço dos *mass media*, da tecnologia e da informatização.

Como fala Boaventura dos Santos (2005), um dos desafios para o início deste milênio é a atitude de espera sem esperança. Diferente da teoria crítica moderna que tinha no seu horizonte a espera mediante a utopia de um projeto único emancipatório de sociedade, o momento atual é o de indeterminação dos riscos, sejam estes individuais ou coletivos. São eles que minam a ideia de progresso, a linearidade e a cumulatividade do tempo histórico. Desse modo, a atitude de espera manifesta-se, pois, na concretização do risco que é certa e incerta ao mesmo tempo.

Nos dias atuais, a recuperação da esperança não reside num princípio único que providencia um futuro geral. Reside na possibilidade de criar campos de experimentação social em que seja possível resistir, localmente, às evidências da inevitabilidade, promovendo alternativas utópicas que aparecem em todos os

tempos e lugares. Nesse sentido, num mundo em que parece ter desaparecido a alternativa, o realismo utópico preside às iniciativas dos grupos oprimidos que vão construindo alternativas locais que tornam uma vida digna. (SANTOS, 2005).

Nesse horizonte, a realidade é vista como baliza do conhecimento científico. Compreende-se que o objeto de estudo não é algo inerte, pronto e acabado para ser analisado, mas está possuído de significados que se manifestam nas ações e relações desenvolvidas pelos sujeitos. Assim, entende-se que os fenômenos sociais carregam consigo tanto aspectos materiais que dão concretude à realidade estudada como elementos simbólicos que conferem significados aos fatos.

O pesquisador também se constitui parte do processo de conhecimento e, ao buscar interpretar as questões que compõem o objeto estudado, deve manter todos os seus sentidos apurados, a fim de captar as diversas manifestações materiais e/ou simbólicas do universo pesquisado, assim como, as vivências e percepções dos informantes.

Contudo, mesmo diante do esforço do pesquisador em afastar suas pré-noções sobre as informações coletadas, dada a noção de uma aparente neutralidade racional e científica, acredita-se que conteúdos subjetivos estão imbricados no processo de conhecimento. Desse modo, seja na escolha de um determinado tema, seja durante os momentos da coleta de informações ou mesmo na sistematização teórico-metodológica da pesquisa, a experiência histórica, os valores, as escolhas e os comportamentos do pesquisador estão presentes.

Geertz (1989), ao remeter-se às interpretações antropológicas da cultura, ressalta o grau de subjetividade que acompanha o processo do conhecimento.

Olhar as dimensões simbólicas da ação social – arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum – não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas. (GEERTZ, 1989, p. 40).

1.1 Entre Vivências e reflexões do caminho percorrido

O interesse inicial em estudar o significado do Programa Bolsa Família - PBF na vida das mulheres não ocorreu por acaso. Esse tema está diretamente imbricado tanto na minha experiência como assistente social, em que, durante muitos anos, trabalhei com mulheres em situação de pobreza, como na minha militância no movimento de mulheres que, logo cedo, me ajudou a enxergar, de forma crítica, os percalços vivenciados pela maioria das mulheres, em razão dos esquemas patriarcais de dominação masculina.

Outro fato que me impulsionou a optar pela realização desta pesquisa foi a grande visibilidade que o Programa Bolsa Família teve nas últimas eleições presidenciais de 2006, sendo objeto favorável do discurso de campanha para a reeleição do presidente Lula, dado o grande contingente de beneficiários do referido Programa.

Segundo estudos do Instituto de Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, o Programa Bolsa Família foi responsável por um aumento de cerca de três pontos percentuais na votação do Presidente Lula, no segundo turno das eleições presidenciais de 2006 (600..., 2009).

O elevado número de famílias vivendo de recursos dos programas sociais de transferência de renda¹ e os efeitos da pobreza rural cearense foram elementos que, inicialmente, me chamaram a atenção. Isso ocorreu durante os últimos anos² em que assessorei grupos de trabalhadoras rurais, na condição de assistente social e técnica do Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria, uma organização não-governamental, que trabalha com o fortalecimento da agricultura familiar no semiárido cearense.

¹ De acordo com levantamento do Brasil (2007), o crescimento do número de pessoas beneficiadas pelo Programa foi de 48,7% entre setembro de 2005 e março de 2008. Em relação ao número de famílias, o volume cresceu de 7,63 milhões, em setembro de 2005 para mais de 11 milhões, em março de 2008.

² O período que trabalhei no Esplar foi de 2001 a 2007.

Em conversas com as trabalhadoras rurais, durante oficinas realizadas nas comunidades e assentamentos do semiárido cearense, ou mesmo nas prosas, em alpendres, comecei a perguntar-lhes o que achavam desse Programa. Nas respostas das mulheres, era visível a satisfação em ter uma renda mínima, um “dinheiro certo” como elas mesmas diziam, com que pudessem contar todos os meses.

Conforme exposto anteriormente, a minha militância no movimento de mulheres, a Marcha Mundial das Mulheres, tanto no plano municipal como nacional, possibilitou-me apurar, cada vez mais, minha sensibilidade em torno da necessidade de organização das mulheres. Destaca-se que a denúncia e o enfrentamento a situações de discriminação e exploração feminina são elementos que mobilizam a construção de um projeto político de autonomia das mulheres.

Na condição de técnica do Esplar e militante da Marcha tive a possibilidade de participar de reuniões, marchas, passeatas, palestras que envolviam questões pertinentes à vida das mulheres. Um dos momentos mais marcantes desse caminho foi a oportunidade que tive de participar da Marcha das Margaridas em Brasília, no ano de 2003. Ao percorrer cerca de 6 km junto a milhares de trabalhadoras rurais, percebi o quanto a luta coletiva fortalece a vida das mulheres. Era notório o cansaço, porém era mais forte a garra que cada uma daquelas mulheres expressavam ao acreditar em cada reivindicação que as moviam a estarem lá.

Pelo Brasil afora, participei da Rede Nacional de Economia e Feminismo (REF) que tem como um de seus principais objetivos problematizar o universo da economia dominante, em que o mercado impera como regulador das relações econômicas e sociais e, ainda, apresentar possibilidades de construção de novos valores reguladores da economia como reciprocidade e solidariedade.

Os encontros de estudo da REF, geralmente são realizados em São Paulo, na sede da Sempre-Viva Organização Feminista (SOF). Sob a ótica do feminismo, a desigual divisão sexual do trabalho, que atinge diretamente a vida das mulheres, é um dos cenários a serem enfrentados. A economia solidária

apresentava-se como uma das alternativas de emancipação econômica para as mulheres, sobretudo para aquelas pertencentes às classes populares, que vivem sob as duras consequências do desemprego, dos trabalhos precários ou em tempo parcial.

Nesse sentido, como ressaltei anteriormente, acredito que o conhecimento científico deve estar diretamente refletido na realidade. As sucessivas aproximações realizadas pelo pesquisador frente ao objeto a ser estudado, sobretudo, na compreensão dos problemas que assolam a vida social, devem contribuir para a busca de respostas que indiquem a superação de tais problemas.

Compartilho com Santos (2005, p. 23) quando ele afirma que,

a análise crítica do que existe assenta no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da existência e que, portanto, há alternativas susceptíveis de superar que é criticável no que existe. O desconforto, o inconformismo ou a indignação perante o que existe suscita impulso para teorizar a sua superação.

Posteriormente, em 2007, quando estive na coordenação do Centro de Referência e Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, novamente me chamou a atenção, o elevado número de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, no município, atendidas pelo Centro de Referência.

Ainda no tocante à violência contra a mulher, é sabido que esse fenômeno tem sua marca de gênero e perpassa todas as classes sociais, etnias e idades. Todavia, durante as minhas vivências no Centro de Referência, aprendi com os depoimentos daquelas mulheres que, muitas vezes, chegavam desesperadas, carregando filhos pequenos, o quanto a ausência de uma renda potencializa, embora não determine a permanência do ciclo de violência doméstica.

Dessa forma, ao longo da minha trajetória fui sendo identificada como uma estudiosa e militante dos assuntos de gênero, mais especificamente a vida das mulheres. Desde o curso de Serviço Social sempre optei em participar de grupos de estudos, encontros, pesquisas, cursos que envolviam as questões de gênero.

Durante a minha trajetória no movimento estudantil, também me envolvia com mais frequência nas atividades direcionadas para o tema em questão.

Ao ingressar no Programa Especial de Treinamento (PET), de Serviço Social, busquei aprofundar-me na categoria de gênero. No ano de 1997, o meu estágio curricular ocorreu na Maternidade Escola Assis Chateaubriand, onde tive a oportunidade de desenvolver um projeto de acompanhamento a adolescentes grávidas.

Ainda como bolsista do PET de Serviço Social, realizei, por cerca de dois anos, um projeto de intervenção na Comunidade do Sossego, no bairro Autran Nunes, em Fortaleza. Esse trabalho foi de assessoria a um grupo de mulheres em situação de pobreza vinculado à Associação de Moradores da comunidade. Engajei-me, também, na pesquisa de campo, realizada nessa comunidade, que resultou na tese de livre-docência de uma professora do curso de Serviço Social da UECE.

Essas experiências resultaram na elaboração da minha monografia de conclusão de curso intitulada “Construções Sociais da Identidade Feminina nas Famílias Pobres: uma análise na comunidade do Sossego”. (2000).

Atualmente, encontro-me na condição de coordenadora do Projeto de Inclusão Produtiva, na Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza. Esse trabalho tem me possibilitado, no cotidiano do meu exercício profissional, refletir acerca das múltiplas dimensões e contradições trazidas pelo objeto dessa pesquisa, uma vez que uma das ações prioritárias dessa Coordenadoria é a execução do *projeto Inclusão Produtiva para Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família*. Esse Projeto constitui-se, estrategicamente, como uma das ações complementares do referido programa.

Contribuir na operacionalização da Política Nacional de Assistência Social no município de Fortaleza tem sido algo desafiador. Primeiro, devido à recente aprovação e implementação dessa Política, necessitando de uma adequação dos seus programas, projetos e serviços, de acordo com os novos marcos regulatórios. Isso faz com que as ações sejam executadas concomitante às reformulações e

aperfeiçoamentos de entendimentos e das constantes pactuações entre os entes federativos, as demais políticas públicas e os próprios profissionais da Assistência Social.

Segundo, pelo próprio porte do município de Fortaleza, considerada, hoje, a quinta capital do País. Implementar o Sistema Único de Assistência Social numa cidade dessa envergadura, exige um esforço duplicado. A complexidade e o volume dos problemas advindos das inúmeras manifestações da questão social e, ainda, a necessidade de dar respostas em face dos problemas vividos pelos usuários e suas famílias são questões desafiadoras para os profissionais que fazem do seu ofício possibilitar o acesso a direitos sociais à população mais desfavorecida, dada suas vulnerabilidades e riscos sociais.

Em Fortaleza, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) tem, em sua estrutura institucional, uma coordenação específica responsável pela operacionalização das ações vinculadas ao Cadastro Único³ e ao Programa Bolsa Família. Além da própria Secretaria, existem, atualmente, núcleos descentralizados de atendimento à população beneficiária do Programa, instalados em vários Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e nos Distritos de Assistência Social vinculados às seis Secretarias Executivas Regionais, em quatro Centros de Cidadania e em alguns terminais de ônibus da cidade.

Um outro motivo que justifica o meu interesse em realizar esta pesquisa deve-se à atualidade do debate da centralidade da família nas políticas públicas, a exemplo da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), que tem como um dos seus eixos estruturantes a matricialidade sociofamiliar.

A centralidade da família é garantida à medida que a Assistência Social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista, que para além da transferência de renda em patamares aceitáveis se desenvolva, prioritariamente, em redes de proteção social que suportem as tarefas cotidianas de cuidado, e que valorizem a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004, p. 15).

³ O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. Este é utilizado para a seleção de beneficiários e inclusão de programas sociais do governo federal. (BRASIL, 2009).

Para Osterne (2008), reconhecer a importância dos efeitos da convivência e que a família continua sendo, para o bem ou para o mal, o espaço privilegiado de mediação entre o indivíduo e a sociedade passa a ser fundamental, ao se adotar a família como realidade estratégica na operacionalização das políticas públicas interessadas em fortalecer a cidadania.

No entanto, ao falar de família pensa-se logo em mulheres, uma vez que o lugar destas na sociedade, dada a influência das concepções vinculadas à maternidade, está diretamente relacionada às atividades de cuidado familiar e doméstico. No Programa Bolsa Família, as mulheres são consideradas o público em preferencial para serem as representantes legais, ou seja, para o recebimento do benefício em nome da família.

A minha curiosidade em estudar as mulheres beneficiárias desse Programa, especificamente no Morro da Vitória, iniciou-se quando eu ainda desenvolvia um trabalho socioeducativo com um grupo de mulheres, realizando oficinas de Arte-Educação e debates temáticos no âmbito das relações de gênero e organização comunitária. A realização desse trabalho foi viabilizada através da execução do *Projeto Farol – texto para um outro contexto*⁴, mediante uma parceria firmada entre a Associação de Moradores e o Sindicato dos Fazendários do Ceará (SINTAF). Este trabalho ocorreu no período de dezembro de 2006 a maio de 2008. Quinzenalmente, aos domingos, eu, uma pedagoga e um educador físico adentrávamos o Morro da Vitória para realização de oficinas.

Na condição de coordenadora do Projeto e já tendo experiência em trabalho realizado com mulheres, sabia que, nas atividades desenvolvidas com a participação das mulheres, as crianças estariam presentes. Diferente dos homens, ao sair ao mundo público, as mulheres ainda precisam carregar seus filhos, uma vez que a injusta divisão sexual do trabalho e as ideologias que perpassam a cultura

⁴ Inicialmente, o Projeto Farol tinha como objetivo implantar uma biblioteca comunitária na sede da Associação Habitacional do Morro da Vitória, como forma de sensibilizar e favorecer as crianças e adolescentes moradores/as da Comunidade, para o acesso à leitura. A biblioteca foi implantada, porém outras atividades foram sendo desenvolvidas, a exemplo do trabalho com as crianças e adolescentes desempenhado pelo educador físico e com as mães dessas crianças desenvolvidos por mim e pela pedagoga.

patriarcal designam às mulheres a responsabilidade quase absoluta de cuidado dos seus filhos.

Assim, o educador físico desenvolvia atividades lúdicas e pedagógicas com as crianças enquanto suas mães participavam dos “cursos”, como elas costumavam dizer. Percebia que esses encontros tinham um real significado na vida delas; talvez fosse um dos únicos momentos em que pudessem extravasar, colocar para fora o peso de um cotidiano tão carregado de privações de todos os âmbitos, não só material, mas afetivo. Em uma das avaliações realizadas com o grupo de mulheres, em junho de 2007, as participantes expressam suas visões sobre o processo.

Eu gosto muito dos cursos. Cada domingo, a gente aprende várias coisas. Gostei do sapo [refere-se ao brinquedo de sucata construído por ela]... às vezes, fico em casa imaginando besteira. (Mulher participante do grupo)

Após o término do Projeto, o vínculo com a comunidade permaneceu. Passei alguns meses indo, pontualmente ao Morro, como uma amiga da comunidade. Eu já não era mais uma estranha nem para mulheres nem para as crianças e nem para outras pessoas que, durante nossos encontros “espiavam” curiosas do lado de fora da Associação.

Juntamente com a presidente da Associação, adentrei em alguns becos que, no registro da minha memória, configuravam-se como verdadeiros labirintos de casas simples, encostadas uma nas outras de modo desordenado. Mais uma vez constatei que a casa e a rua nas comunidades pobres configuram-se cada vez mais imbricadas, não só pela proximidade física, mas por um cotidiano de experiências compartilhado.

1.2 Construções sucessivas em torno do objeto

Cada vez mais atenta à dinâmica das mulheres naquela comunidade, eu buscava pistas para construir minha pergunta de partida. Eu já sabia que a relação entre as mulheres e o Programa Bolsa Família era o que mais aguçava a minha curiosidade. Fiz um exercício de acentuar meus sentidos. Meu olhar atento e minha

escuta ativa fizeram com que nesses percursos de idas e vindas ao Morro, concomitante às leituras sobre o tema, eu descobrisse o que realmente queria pesquisar, mesmo sabendo que, ao longo do processo, esse mesmo objeto poderia se recompor.

Eu já imaginava os desafios que esta pesquisa traria. Sabia que penetrar como pesquisadora no emaranhado de acontecimentos sombrios vividos pelo duro cotidiano das mulheres pobres não seria tarefa fácil. Era preciso enfrentar meus medos, desprender-me das imagens construídas e estigmatizadas dos pobres, exercício frequente para quem escolhe como profissão ser assistente social.

Compartilho com Duarte (2002, p. 140) a assertiva que,

uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem, empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais.

Desse modo, em meio a trama dos acontecimentos, consegui formular a pergunta principal que me impulsionou a realizar esta pesquisa: Quais os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres pobres urbanas, tendo como foco sua condição de gênero no interior das famílias?

Em face da minha inquietude com a pergunta de partida, novos questionamentos foram levantados no sentido de “circundar” o objeto de estudo: Quem são essas mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família? Qual a composição e dinâmica das famílias dessas mulheres? Como as mulheres se percebem quanto ao recebimento dos recursos provenientes do Programa, às responsabilidades assumidas na gestão da renda e ao cumprimento das condicionalidades?

Meu movimento era de abertura a esses novos cenários, às novas questões que esse objeto me trazia, afinal, meu papel de pesquisadora requeria despreendimento e curiosidade. Como relata Diógenes (1998), todo processo de investigação requer uma abertura do pesquisador.

Abertura para ver, escutar, deixar mobilizar-se por processos pessoais que possam emergir nessas circunstâncias e que estão, assumidamente relacionados aos movimentos esboçados de investigação, O desafio é deixar-se levar atentamente, pelo rumo dos acontecimentos e, nesse fluxo, construir territórios de sentidos. (DIÓGENES, 1998, p. 18).

Desse modo, estava dada a partida de uma série de estudos, pesquisas em livros, leituras de jornais, contato com a realidade da comunidade, conversas com as pessoas sobre o objeto a ser desvendado, trocas de experiências com outros pesquisadores em encontros científicos.

O foco do meu olhar e do meu ouvir foram direcionados para os sujeitos principais da minha pesquisa: as mulheres pobres da comunidade Morro da Vitória. Aquelas que vivem em favelas ou casas precárias da periferia, excluídas dos bens materiais, do usufruto da própria cidade e com reduzido acesso a serviços, as quais constituem-se como público do Programa Bolsa Família.

As mulheres, a maioria são mães e vive numa situação muito triste. Aqui não tem estudo, pra mães. Outras, vivem da reciclagem. A situação das mulheres, aqui no Morro, é muito crítica, porque, hoje em dia, quem tem muito filho, o dinheiro não dá. Não tem medico, não tem uma assistente social. (Presidente da Associação dos Moradores).

Estabeleci também alguns objetivos específicos que estavam diretamente interligados com as perguntas feitas ao objeto em questão, sendo estes:

- Conhecer as mulheres pobres urbanas beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- Entender a composição e a dinâmica das famílias das mulheres que acessam o Programa Bolsa Família; e
- Compreender a concepção das mulheres, quanto ao recebimento dos recursos provenientes do Programa, às responsabilidades assumidas na gestão da renda e ao cumprimento das condicionalidades.

Como forma de organizar meu raciocínio, levantei algumas hipóteses como balizas para a construção do processo investigativo. Longe de qualquer possibilidade de testar estatisticamente ou enquadrar o objeto desta pesquisa, os

pressupostos, descritos a seguir, funcionaram como diretrizes para a busca de possíveis respostas para os questionamentos e objetivos expostos.

Assim, entendi que tais hipóteses poderiam ser confirmadas ou mesmo negadas, durante a realização da pesquisa de campo, uma vez que estas não fugiram do “olhar disciplinado”, de que trata Oliveira (1996). Para este autor, ao iniciarmos nossa experiência de campo, o objeto sobre o qual dirigimos nosso olhar não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora da nossa forma de ver a realidade.

Assim, apresento as hipóteses levantadas pelo meu olhar sobre o objeto em estudo:

- a) As mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família estabelecem uma relação de corresponsabilidade com o Estado, no enfrentamento da pobreza. O Estado, ao delegar, predominantemente, às mulheres, a gestão dos recursos provenientes do Programa, possibilita o aumento do poder decisório delas no interior do grupo familiar, porém reforça as atribuições tradicionais ditas femininas, vinculadas ao cuidado doméstico e familiar em face do cumprimento das condicionalidades do Programa. O Programa Bolsa Família, portanto, tem um significado contraditório na vida das mulheres pobres urbanas, pois, se por um lado, fortalece a autonomia das mesmas no interior da família e na comunidade, por outro, não rompe com a lógica tradicional de divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres.
- b) As mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, em sua maioria, possuem filhos, são pardas ou negras e têm um baixo nível de escolaridade. No tocante à conjugalidade, convivem com seus companheiros, sem vínculos legais do casamento formal. Quanto à situação ocupacional, encontram-se desempregadas ou realizam trabalhos eventuais que lhes conferem algum ganho. Essas mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico.
- c) As famílias das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família estruturam-se, prioritariamente, sob o padrão nuclear de autoridade masculina, com a

presença de alguns agregados. Entretanto, identifica-se a existência de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Em relação à dinâmica familiar, as mulheres exercem uma centralidade no desenvolvimento das atividades de cuidado doméstico e para com os membros do grupo familiar. Sobressaem-se, ainda, as hierarquias de gênero e geração, em face das relações de poder na família. O exercício da maternidade é algo naturalizado e visto como um dos aspectos mais importantes para valorização feminina. A família constitui-se como esfera de referência e de reciprocidade entre seus membros.

- d) No tocante ao Programa Bolsa Família, as mulheres percebem-se mais valorizadas e com melhores condições financeiras, pelo fato do benefício ser pago em seu nome. Essa percepção, entretanto, não lhes garante autonomia suficiente para fazer aparecer significativas alterações nos papéis de gênero no interior da família. A gestão dos recursos do Programa é realizada pelas mulheres, destinada ao consumo de alimentos, vestimentas e materiais escolares para seus filhos e filhas. As mulheres percebem o cumprimento das condicionalidades como uma “obrigação natural” feminina.

1.3 Escolhas e procedimentos de aproximações com o objeto

A metodologia a ser utilizada em um trabalho científico constitui, *a priori*, tanto um conjunto de métodos e técnicas a serem devidamente aplicados no estudo de um determinado fenômeno da realidade, assim como inclui concepções teóricas acerca do referido objeto da pesquisa.

Desde que iniciei meu exercício profissional na condição de assistente social, aprendi que as Ciências Sociais Aplicadas, nas quais está inserido o Curso de Serviço Social, devem, além de construir conhecimentos em torno dos fenômenos da realidade, buscar formas de interagir com as pessoas e o meio em que vivem, com base no desenvolvimento de práticas que têm as relações sociais como seu campo prioritário de trabalho.

Nesse momento, porém, fiz um esforço de me deter em uma das tendências de minha profissão, que é a pesquisa acerca da realidade social.

Realizar reflexões e construir leituras das diversas expressões da questão social constitui-se elemento importante para a produção de práticas mais qualificadas.

Nesse sentido, para que pudesse dar continuidade ao meu percurso investigativo, a interface com outras disciplinas advindas das Ciências Sociais foi condição obrigatória. A Sociologia e a Antropologia deram-me o suporte necessário para a compreensão das nuances de meu objeto de pesquisa.

Remeto-me a Oliveira (1996), quando enfatiza o caráter constitutivo do olhar, do ouvir e do escrever como faculdades do entendimento sócio-cultural, próprio do modo de conhecer das Ciências Sociais. Para o autor, esses atos cognitivos, num momento posterior da pesquisa de campo, assumem um sentido particular, de natureza epistêmica, uma vez que tais atos constroem o nosso saber, a teoria social.

Nesta pesquisa, recorri às considerações de Minayo (1994) sobre o uso de categorias analíticas e empíricas para o desenvolvimento do conhecimento e da prática social. Dialoguei com as seguintes categorias analíticas: família, pobreza e gênero. Em relação às categorias empíricas, destacam-se as políticas públicas e, em especial, o Programa Bolsa Família.

Desse modo, acredito que a pesquisa de natureza qualitativa é a que melhor se adequa ao propósito de investigar os significados que o Programa Bolsa Família traz para a vida das mulheres pobres urbanas, a partir de sua condição de gênero, no interior de suas famílias.

Prestei mais atenção no que as mulheres tinham a me dizer, no sentido em que as denominadas “nativas” expressavam para mim, dadas suas vivências e valores construídos em meio à comunidade que habitavam. Importava-me menos com a linearidade de um conjunto ordenado de causas e efeitos, de fatos sociais e mais com a singularidade de cada sujeito, com as situações inusitadas vivenciadas tanto por elas, como por mim.

Abandonar a tentativa de explicar fenômenos sociais através de uma metodologia que os tece em redes gigantescas de causas e efeitos, e, em vez disso, tentar explicá-los colocando-os em estruturas locais de saber, é trocar uma série de dificuldades bem mapeadas, por outra de dificuldades quase desconhecidas. Imparcialidade, abrangência e fundamentação empírica – e também o poder da lógica – são sinais inequívocos de qualquer ciência que se preze. (GEERTZ, 2009, p. 13).

Assim, fiz uma tentativa de ir além do imediato e adentrar às questões particulares das condições de existência das mulheres pobres urbanas, suas trajetórias de vida, seus costumes, rituais e crenças. Privilegiei, ainda, o olhar para o interior de suas famílias, observando conflitos e consensos vivenciados e narrados pelas mulheres, em face de sua dinâmica familiar. Sabia, pois, que a palavra, a fala eram a matéria-prima da minha investigação. Entretanto, tentei articular o conteúdo simbólico da linguagem com a observação do próprio comportamento das mulheres, através da forma como vivenciam o cotidiano das suas vidas. Como diz Bourdieu (2007), foi preciso adentrar no *habitus*, nos princípios geradores de práticas distintas e distintivas daquelas mulheres, dada sua posição no espaço social.

Para esse autor, o *habitus* é um princípio de construção de práticas e bens de um agente singular ou de uma classe de agentes produzidos socialmente, mediante as posições ocupadas pelos agentes no espaço social. Operam esquemas de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos, diferentes. (BOURDIEU, 2007).

Nesse sentido, olhar suas práticas de consumo: o que comem, o que vestem, seus gostos, suas crenças e religiões, as músicas que escutam, suas opiniões políticas e as formas de expressá-las, o modo de falar entre si e com os filhos foram parte do meu ofício durante meus momentos de observação na comunidade.

Dada a natureza qualitativa da pesquisa, utilizei, como principal técnica de coleta de informações, durante o trabalho de campo, a entrevista semiestruturada, em profundidade, guiada por um roteiro orientador de pontos de interesses a serem abordados e os relatos orais de vida dos sujeitos. Fiz uso do diário de campo, como uma importante ferramenta de registro das minhas observações. Como diz Yasbeck (1996), cada narrativa é uma experiência pessoal que traduz uma apreensão do mundo, formulada pelas trajetórias em determinadas condições sociais.

No tocante aos informantes, a pesquisa qualitativa em si não trabalha com um número grande de sujeitos, pois é preciso aprofundar o conhecimento em relação ao sujeito com o qual se está dialogando. Assim, nessa metodologia de pesquisa, não se procura medidas estatísticas, mas trata de aproximar-se de significados, de vivências; não se trabalha com amostras aleatórias, ao contrário, tem-se a possibilidade de compor intencionalmente o grupo de sujeitos como os quais vai se realizar a pesquisa. (MARTINELLI,1999).

Optei por trabalhar com mulheres pertencentes a formas variadas de família, uma vez que vislumbrei fazer comparações acerca das semelhanças e diferenças entre as composições familiares. Dentre os principais critérios que escolhi para selecionar as entrevistadas, destacam-se: ter filhos/as e/ou netos/as; serem beneficiárias e representantes legais do Programa Bolsa Família e serem moradoras da comunidade Morro da Vitória.

Saliento que uma das mulheres entrevistadas encontra-se temporariamente sem receber o seu benefício. Esse fato foi importante, haja vista a identificação dos sentidos atribuídos por uma mulher que, mesmo na condição de beneficiária, não está recebendo o benefício. Ressalto, ainda, que, durante as entrevistas, tive apoio da presidente da Associação que me deu sugestões para identificar algumas mulheres com o perfil que eu procurava.

Posso afirmar que foi no momento das entrevistas, realizadas nas próprias casas das mulheres, que consegui captar, com maior precisão, as informações acerca das minhas indagações. A forma de como fui recebida pelas informantes em suas casas, o grau de disponibilidade para conceder os depoimentos, os tons de voz, os silêncios e as interrupções forneceram-me elementos para uma melhor compreensão do objeto da pesquisa.

Ao chegar à porta da casa de Cristal, ela me pediu para entrar e logo foi arrumando um cantinho num sofá velho – único móvel completo que vi naquele pequeno espaço. Fiquei sentada nesse sofá, com meus pés quase em cima de um colchão velho e rasgado que se encontrava na sala que também era quarto, no qual estava dormindo um de seus netos, um adolescente negro de corpo franzino. Durante toda a entrevista, seu neto continuou dormindo naquele colchão. Nossa entrevista era interrompida em várias vezes, seja pela tosse forte do rapaz, que segundo Cristal era

advinda do cigarro. Ela disse a mim que o menino havia aprendido a fumar e logo que acabasse a entrevista, iria atrás de romã para ele. Outra fonte de nossas interrupções era um pequeno cachorro que teimava em querer vir cheirar meus pés a todo custo. (Diário de campo, 06/10/2009).

Desse modo, a minha intenção era de realizar uma espécie de etnografia do Morro da Vitória. A observação participante da cultura daquele local, das formas de interação dos sujeitos no contexto em que vivem, e ainda, a possibilidade de registrar, descrever e interpretar tais feitos foram alguns dos meus objetivos nesta pesquisa.

Como diz Geertz (1989, p. 15),

praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual para uma "descrição densa".

Assim, busquei observar e captar, através do registro no diário de campo, do uso da câmera fotográfica, as informações necessárias, como as conversas informais, os comportamentos, as regras, os hábitos, os símbolos, enfim, as práticas cotidianas que ganham em inteligibilidade e constituem-se como princípios explicativos, sempre que rememoradas pela pesquisadora.

Além das informações e experiências observadas e descritas durante o trabalho de campo, busquei reunir, através de pesquisa bibliográfica, livros e estudos relacionados ao tema em questão. Realizei, também, pesquisa documental, em que garimpei documentos oficiais, legislações, reportagens de jornais e publicações administrativas como base para o estudo exploratório, a fim de interpretá-los à luz das teorias e conceitos que nortearam essa investigação científica.

Como fonte secundária, fiz uso, também, de dados quantitativos do Banco de Dados do Cadastro Único, com autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza. Ressalto que a exploração desses dados foi muito importante para traçar um retrato da realidade estudada, sob o ponto de vista quantitativo.

É significativo recorrer-se ao empirismo e à quantificação para melhor conhecer a realidade. Mas esse procedimento deve vir associado à análise qualitativa, pois ela possibilita um aprofundamento real do conhecimento e uma acumulação do saber, requisitos essenciais para a ciência. Desse modo, o debate deixa de se caracterizar pela oposição e pela coexistência pacífica das abordagens, para se constituir em uma atitude de compatibilidade e cooperação mútua. (MARTINELLI, 1999, p. 38).

1.4 O Lugar da pesquisa: as vitórias do Morro

Ao retornar, em março de 2009, à comunidade, agora na condição de pesquisadora, percebi mudanças na paisagem do bairro. Ressalto que, para chegar à comunidade Morro da Vitória, é necessário percorrer um longo trajeto de subida do morro. Nesse intercurso, o “viajante” passa por várias comunidades, como Morro Santa Terezinha, Castelo Encantado, Conjunto São Pedro.

Confesso que a sensação de familiaridade com a qual percorri, várias vezes, o caminho de subida ao Morro da Vitória, confundiu o meu real papel naquele instante. Parecia que as cores haviam mudado, as ruas ficaram mais vivas. Precisei ir em marcha lenta, afinal era preciso observar mais, deixar meus sentidos mais apurados, olhar a disposição dos prédios, captar as novidades, como um novo supermercado que acabara de ser construído, ver que a rua da feira estava vazia, pois não era domingo⁵, mas um dia útil da semana.

Entrei na rua principal do Morro da Vitória na qual encontra-se o prédio da Associação de Moradores. Desviei meu carro de um menino desatento que de pé descalços e vestido apenas com um short velho andava despreocupado pela rua. Ali, posso arriscar que as crianças são mais livres, andam, correm, criam brinquedos e brincam pela ruas. Era necessário, perceber o ritmo, as regras que regiam aquele pedaço⁶.

⁵ Geralmente, os encontros com o grupo de mulheres que eu realizava ocorriam aos domingos. Esse é o dia em que ocorre a feira na comunidade.

⁶ Remeto-me à categoria pedaço estabelecida por Magnani (2000). Segundo o autor, pedaço refere-se aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, entre os iguais. Essas pessoas reconhecem-se como portadoras dos mesmos símbolos, valores, hábitos de consumo, modos de vida semelhantes.

Magnani (2000) recomenda ao pesquisador, durante seu trabalho de reconhecimento de campo, a caminhada sistemática, mas não exaustiva, repleta de uma observação contínua e de uma busca pela identificação do padrão, das regras que regem as práticas sociais dos atores.

A recomendação era deixar-se impregnar pelos estímulos sensoriais durante o percurso. Devia estar atento principalmente à materialidade da paisagem: relação entre espaços vazios e construídos, disposição das edificações e equipamentos, escala, volumetria, ruídos, cores, cheiros. Não se tratava de buscar o inusitado, o inesperado, mas, ao contrário, o reiterativo, o padrão, a norma. A delimitação prévia do percurso e a cobertura do trajeto em sua totalidade sem interrupções são condições para captar a diversidade de uma rua, por exemplo, sem se deixar levar pela fragmentação que, à primeira vista, ela parece existir. Deve haver uma ordem, um ritmo, regras. Os usuários obedecem a essa ordem sem necessariamente dar-se conta disso, pois o padrão está internalizado. Ao pesquisador cabe identificar as regras. (MAGNANI, 2000, p. 37).

A comunidade Morro da Vitória constitui-se em uma área localizada nas dunas de Fortaleza, mais precisamente, nas proximidades do novo farol do Mucuripe. Essa comunidade, denominada também de Farol Novo, é considerada uma das áreas de risco mais populosas de Fortaleza, tendo cerca de 1.100 famílias em situação de vulnerabilidade social. (CAPITAL..., 2007).

Do ponto de vista geográfico, o Morro, como denominam os moradores do lugar, localiza-se no bairro Vicente Pinzon e corresponde à área da Secretaria Executiva Regional II. Enfatiza-se que essa área concentra os bairros que têm os maiores Índice de Desenvolvimento Humano - IDH⁷ da cidade. O bairro Vicente Pinzon possui IDH médio, de 0,479. Entretanto, percebe-se que essa realidade contrasta com cenários de extrema pobreza, traduzidos em áreas de vulnerabilidade e riscos sociais.

Cheguei ao destino desejado, à Associação de Moradores. Percebi que o prédio da Associação havia sido ampliado e que novos projetos estavam sendo realizados, a exemplo do grupo de mulheres que está trabalhando com costura. Fui muito bem recebida, falei da minha pesquisa, entreguei uma cópia do meu projeto à

⁷ Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Fortaleza, utilizou-se como referência o documento Fortaleza em Números (CEARÁ, 2007), elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento – SEPLA. Segundo esse órgão, o cálculo do IDH é estabelecido mediante três variáveis sociais: tempo de estudo, população alfabetizada e rendimento.

presidente e já comecei a conversar com as mulheres na sala de costura. Entre uma prosa e outra, sentadas à frente da máquina de costura ou mesmo tirando os moldes das peças de roupa, deixavam escapar as novidades do local.

Apesar das novas notícias, os sinais de miséria social permaneciam. Muitas das ruas esburacadas, lixos acumulados na rua. O local da “velha” reciclagem ainda era o prédio à frente da Associação. As muitas idas e vindas das pessoas com seus carrinhos de lixo reciclável, em busca de algum recurso financeiro para sobreviver, era o cenário vivo das estratégias de sobrevivência que os pobres utilizam no seu cotidiano.

Naquele meu retorno, percebi que estava “em cima” de Fortaleza, em meio a uma comunidade que sofre, cotidianamente, privações, as mais variadas possíveis. Enxergava, de cima, uma cidade repartida. De um lado, os prédios luxuosos concentrados na denominada área nobre de Fortaleza e de outro, o mar, paisagem natural que embeleza aquele lugar de cores fortes e de cenas firmes retratando um cotidiano que se revela a cada hora.

Era preciso mergulhar naquele local para perceber as manifestações latentes da miséria social e moral que assola a vida dos que habitam aquele lugar; seus comportamentos, suas expressões. Porém, após a verificação das regras, do comum, era também necessário adentrar no inusitado, no não visto tão rapidamente, no não dito com tanta altivez. Eu precisava ainda evitar conclusões rápidas. Teria que me despir de muitas das teorias e das minhas próprias ideias já direcionadas mediante os escritos que já havia lido sobre a pobreza.

Como fala Velho (1978), para se conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade, é necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo, pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem na superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia. Colocar-se no lugar do outro e captar vivências e experiências particulares exigem um mergulho difícil de ser precisado em termos de tempo. Trata-se de um problema complexo que envolve questões de distância social e psicológica.

Considerava os principais objetivos da minha pesquisa: identificar as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e perceber os significados do Programa nas suas vidas. Isso dar-se-ia num segundo momento, após o mergulho no cenário que viviam.

Se a observação direta é o instrumento para captar o cenário e também obter um primeiro levantamento dos atores, uma classificação mais precisa e a obtenção de dados e informações mais completos fazem-se por meio de entrevistas, questionários e histórias de vida. (MAGNANI, 2000, p. 38).

Assim, durante o período de março a maio de 2009 passei a fazer visitas mais freqüentes à comunidade, com o objetivo de entender mais de perto a dinâmica da associação de moradores, os projetos desenvolvidos e a ouvir mais as pessoas. Fiz entrevista com a presidente da Associação de Moradores, conversei informalmente com outras líderes comunitárias, garimpei jornais guardados que falavam sobre a comunidade, participei de algumas atividades dos projetos sociais executados e escutei narrativas sobre a história da comunidade.

No tocante à história da comunidade Morro da Vitória, sabe-se que a mesma é fruto de um processo de ocupação, ocorrido em 2001. Esse processo foi bastante tenso, uma vez que se desenvolveram fortes embates entre esta comunidade e o poder público, à época, por meio da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado.

A comunidade começou com as pessoas que não tinham dinheiro para pagar aluguel. Então, como esse terreno era do governo e estava há mais de quatro, cinco anos só mesmo o espaço, era porque o governo nem ligava. Aí, nós se reunimos, o povo. Eu sei que ocupação não era uma coisa muito boa, porque esse terreno não era nosso, mas a necessidade fala muito mais alto do que a gente pagar aluguel. O pessoal não tem condições nenhuma de sobreviver. Aí, a gente achou melhor ocupar (...) A primeira invasão começou em 2000. Mas, em 2001, foi que começaram a retirada". (Presidente da Associação de Moradores).

Essa ocupação foi noticiada nos jornais de grande circulação da cidade, sobretudo, dada a repressão policial e as tentativas de expulsão das famílias, do local. Vários parlamentares vinculados aos movimentos de luta pela moradia, organizações não governamentais e a Igreja foram sujeitos políticos que muito contribuiram no apoio à comunidade.

Como eu sou pequenininha passei no meio da polícia e entrei pra dentro dos terrenos. Aí, a polícia não deixou nós em paz. Os trator derrubando os barracos, jogando spray, sem dó, nem piedade, na época do governador Tasso Jereissati. Nós montamos um grupo de dez. Aí, quando nós montamos esse grupo, foi chegando a Igreja, as CEBs. O primeiro almoço quem deu foi as CEBs. Todo mundo morrendo de fome, nós no escuro, só vela, aí a Igreja viu a necessidade de dar comida. O povo ficava no meio do terreno, a polícia tirando e nós resistindo... Uma época muito ruim, aquela coisa de você olhar pra você mesmo e chorar. Eles ficaram aqui dentro, fazendo cordão humano, e nós dentro do cordão humano deles, apanhemos, fomos preso, mas nós não saímos. Aí, chegou os reforços. Na época, chegaram parlamentares, a gente reivindicou, porque eu acho que quando a gente reivindica alguma coisa e a gente, não desiste, a gente consegue. Começou essa comunidade desse jeito. Aí, começou as reuniões com o governo do Estado, o governo do Estado botando a gente pra trás. Mas a gente ficou. Aí, chegou os canais de televisão que deu muita força para a comunidade. Os repórteres montaram foi um meio de comunicação aqui mesmo. (Presidente da Associação de Moradores).

Durante a ocupação, a própria comunidade começou a construir a sede da Associação de Moradores, hoje denominada pelas pessoas do local como “Barracão”. A construção do barracão contou com a ajuda da Igreja católica, de pessoas próximas e de projetos de uma instituição internacional. Motivo de orgulho da comunidade, dado o seu próprio processo de resistência, o Barracão constitui-se, hoje, o principal espaço coletivo onde se desenvolvem ações de interesse comum da comunidade.

Nós começamos a fazer o barracão. A polícia saía de noite e nós fazendo, e conseguimos botar 55 famílias dentro desse barracão, morando todo mundo junto. Jovem, criança, adulto, era aquelas pessoas tudo aglomerado, que não tinha onde dormir. Botava tudo no chão, aquela areia. A gente arranhou panela, comida... Aqui dentro, só coube 55 famílias, mas as outras ficaram fora do barracão. Todo mundo no relento. (Presidente da Associação de Moradores).

Vários projetos, sejam pertencentes à esfera pública governamental ou não-governamental, são desenvolvidos junto ao público da comunidade. Um dos projetos de maior importância para a comunidade é o Cozinha Solidária que garante o almoço diário de quase 200 crianças. Essa ação conta com o financiamento de uma ONG da Inglaterra. Embora tenha uma natureza imediata de cunho compensatório, uma vez que colabora, de segunda a sexta, com a refeição das crianças, esse Projeto é percebido de forma muito positiva pela comunidade.

Em vários momentos, durante minha trajetória de campo, ouvi, sobretudo as mulheres-mães, falarem do Projeto como o “almoço das crianças no barracão”.

Segundo a presidente da Associação, muitas vezes, essa é a única refeição de muitas das crianças da comunidade.

A gente conseguiu comida com a ONG Crianças Famintas, da Inglaterra. Elas davam comida e a gente fazia a comida num fogãozinho de duas bocas. A comida do almoço das crianças que, na época, era 50 crianças, agora é 189; quase 200 crianças. Esse projeto começou em 2002. Projeto Crianças Famintas, de segunda a sexta tem almoço para elas. (Presidente da Associação de Moradores).

A sede da Associação de Moradores constitui-se de uma casa bem simples de dois andares, onde funciona a maioria dos projetos da comunidade. Esse prédio possui ainda uma espécie de biblioteca comunitária: um lugar composto por algumas prateleiras, em que são expostos livros antigos oriundos de doações. Ressalta-se que a iniciativa de construir essa biblioteca partiu do Projeto “Texto para um outro contexto”, viabilizado pelo SINTAF, projeto que, à época, eu também fui coordenadora.

Além da sede, há uma casa vizinha, considerada um anexo da Associação. Tendo a estrutura de um galpão, é nesse espaço que ocorrem as missas, as festas e os projetos que exigem um local mais amplo. No fundo do galpão, há um cômodo pequeno que agora está sendo usado por alguns moradores da comunidade para a fabricação de sandálias.

Em 2002 pra 2003, as pessoas começaram a vir até a nós. Aí, veio o PADC é o Projeto Amigos da Comunidade: são da Finlândia. Aí, vamos fazer o inglês. No baracão, tem o inglês, comida das crianças, a dança, a missa, batizado, crisma, tudo. Trabalhava, a igreja e trabalhava, a ONG. Nós aceitamos todo tipo de religião, tanto da religião católica, como evangélica. A Dra. V. doou outra casa; aí, nós começamos a crescer. Já tinha tudo isso que eu falei, aí, nós botamos, *jiu-jitsu*, *may-tie*, reforço escolar. Reforço escolar para as crianças que tá no colégio e as mães não têm como ensinar (...) A Associação do Morro tem vários projetos sociais que nós conquistamos sozinhos. Sozinhos, eu quero dizer: não quero tirar os órgãos não, mas eu queria dizer, particularmente. A gente, particularmente; como a gente tem a capoeira. O PADC nos ajudou. Tem o *may tie*, que é mantido pela Prefeitura, e nós temos o Adolescente Cidadão que é da Prefeitura.” (Presidente da Associação de Moradores).

Uma das maiores preocupações das líderes comunitárias é com a juventude. Em meio às dificuldades de conseguir trabalho, ao aumento da criminalidade e à presença real das drogas, sobretudo, do crack, denominado pelos

moradores como “a pedra”. É notório o interesse das líderes comunitárias em desenvolver projetos de cunho socioeducativos para os jovens da comunidade. Nas minhas andanças, constantemente via jovens nas esquinas, “meio que vendo” o tempo passar. Seus olhares distantes anunciavam um futuro de incertezas frente à realidade em que viviam.

Mas o jovem, a droga, a cocaína e o crack. Aqui tem o crack, que já chegou há muitos anos; a pedra, como eles chamam. Tudo é jovem de 12 a 18 anos. A gente sofre com isso. Eu sou representante da comunidade e me deparo dia a dia sem poder fazer nada, porque ninguém ajuda a gente. Eu fico muito triste. O que eu posso fazer aqui, eu faço. Muito jovem que está aqui dentro que já foi usuário de crack, e que nós conseguimos colocar nos projetos sociais e ele está bem, graças a Deus. Estamos fazendo um projeto com a *Croco Beach*, para que ele vá trabalhar de garçom. É um projeto do O Morro da Vitória e PADC, parceria com a *Croco Beach*. Nós precisamos muito, que se tenha muita oficina, mas eu quero dizer, também, que não adianta ter só oficina, ter projeto social, se eu não tenho emprego para dar a esse jovem. (Presidente da Associação de Moradores).

Ainda em relação ao processo organizativo da comunidade, destaca-se a articulação das principais lideranças comunitárias com o Movimento das Comunidades Populares (MCP). Não poderia também deixar de destacar que a maioria da diretoria da Associação é composta por mulheres. Recentemente, as lideranças do Morro apoiaram um processo de ocupação realizado nas proximidades da Praia do Futuro.

Admiro muito todas aquelas mulheres (a maioria das lideranças da comunidade é composta por mulheres) que, cotidianamente, desafiam a dura realidade em que vivem e, concretamente, lutam pela ampliação dos seus direitos. Mesmo sem muita consciência do que estão fazendo, fazem, vivenciam. Não precisam de muitas teorias para desvendar a realidade, haja vista que esta se mostra no pesar das carências diárias. Hoje, ao chegar no Morro, fui recebida por três líderes comunitárias e por uma criança, filha de uma das mulheres que, prontamente, foram entrando no meu carro e me pedindo para deixá-las no local do acampamento nas proximidades da Praia do Futuro, onde várias famílias estão acampadas na luta por moradia. Dentro do carro, elas foram me contando das negociações que estavam sendo feitas para que o terreno “dos Otochs” (como elas denominam) fosse desapropriado. Ao chegar no local, D. Lúcia que era do grupo de mulheres, logo foi me dando um forte abraço. Passei um tempo lá conversando com o pessoal, perguntando das negociações, do que já tinham conseguido. As mulheres pediram para que eu realizasse uma oficina com elas no acampamento, (Diário de campo, 08/08/2009).

No tocante à infraestrutura urbana da comunidade, sabe-se que esse lugar comporta uma série de vulnerabilidades retratadas na dificuldade da população

em acessar as políticas sociais públicas. As condições objetivas de vida permitem que os indivíduos que moram no Morro se identifiquem entre si, numa espécie de reconhecimento mútuo, dada a insuficiência de direitos sociais básicos.

A comunidade Morro da Vitória, segundo relato da presidente, não tem registro legal e, ainda, não passa transporte público nas suas imediações. “A comunidade não é registrada pela Prefeitura nem pelo governo do Estado. Ela não tem CEP, não tem nome de rua, quem botou nome foi nós”. (Fala da Presidente da Associação de Moradores).

A ausência de registro faz com que haja dificuldades dos moradores do Morro em conseguir acessar os serviços de saúde pública. Registra-se a inexistência de equipe de saúde da família na comunidade.

Tem posto de saúde, mas não recebe a comunidade porque ela não é registrada. Quando a gente vai fazer a consulta, é porque algumas pessoas dar o endereço do Conjunto, ou mesmo dessa rua, porque ela tá registrada. O posto de saúde é o CIES ou o do Castelo (refere-se ao Castelo Encantado, comunidade vizinha). Mas o Morro, é difícil conseguir uma ficha. A gente consegue, mas tem que ir dormir lá no Meireles. Pra tirar a ficha tem que dormir lá. (Presidente da Associação de Moradores).

Em meio aos diversos problemas sociais da comunidade, como a falta de atividades de lazer, o aumento da violência, a líder comunitária cita alguns avanços recentes. Segundo a mesma, atualmente, a comunidade passou a contar com a instalação de água encanada e com a disponibilidade de ônibus escolares que transportam as crianças que estudam em escolas distantes da comunidade.

Mesmo percebendo como graves, os problemas sociais que afetam os indivíduos que moram no Morro da Vitória, não quero me ater somente a aspectos negativos, os quais como fala Valladares (2005), constituem verdadeiros dogmas que demarcam a favela como *lócus* de pobreza, território urbano dos pobres e tradução da exclusão urbana da exclusão social.

Ao contrário do que se pensa, muitas das pessoas que moram na comunidade Morro da Vitória, mesmo conscientes dos problemas sociais que vivenciam, não querem sair do local e, ainda, não se consideram pobres por

completo. A vida simples vivida pelos habitantes do Morro proporciona a construção de vínculos comunitários e familiares que se tecem no compartilhar do dia-a-dia. Em nível organizativo, ressalta-se que a associação do Morro mantém articulações com as demais associações que compõem o complexo do Morro Santa Terezinha.

Nessa direção, nas comunidades pobres, os limites entre o espaço da casa e o da rua são, por demais, tênues. A vida doméstica é algo compartilhado entre parentes e vizinhos, uma vez que as casas com poucos compartimentos são muito próximas umas das outras. Os rituais de solidariedade, seja de cuidado com os filhos da vizinha ou na troca de alimentos, ou mesmo de água gelada para beber, pois nem todas as casas possuem geladeiras, funcionam como uma espécie de compensação em face da escassez das condições materiais e de uma rede de proteção social pública de qualidade.

No PBF, a família é a unidade beneficiária. De acordo com Osterne (2006), a família tem sido pensada como base estratégica das políticas públicas, numa perspectiva de parceria com os programas sociais, no sentido da construção de sua autonomia. Nesse contexto, a família e a comunidade têm se revelado como fontes naturais de solidariedade, uma vez que se aciona o protagonismo familiar para transferir, aos próprios sujeitos, portadores de necessidades, a responsabilidade pelos seus carecimentos, vinculando-os ao processo de ajuda mútua. (OSTERNE, 2006).

Além da solidariedade, no tocante às trocas de ordem material, percebe-se, sobretudo no universo das mulheres, a presença de trocas emocionais em que compartilham as experiências de vida, conversam sobre as tensões vividas no casamento, ou mesmo formulam esquemas morais ante os comportamentos umas das outras. Tudo é muito dividido, as alegrias, as tristezas, as separações, as dificuldades com a educação dos filhos, os problemas com os companheiros, dentre outros.

Como diz Sarti (2004), os princípios de reciprocidade estão mais bem visíveis nas famílias dos pobres. Reitera-se, pois, que para os pobres, a família não funciona como núcleo, mas como rede de relações, seja de parentesco ou

vizinhança, que enreda uma trama de obrigações morais entre os membros da família, são experiências que confirmam a referência simbólica e um valor alto da família para esses segmentos.

Nessa minha primeira fase da pesquisa de campo, em que caminhava pelas ruas, observava os modos de vida, conversava com as mulheres já conhecidas e outras que acabara de conhecer. Vivenciei várias situações desafiadoras, precisei romper com meus medos e com os estigmas, sobretudo sobre a pobreza e violência que os moradores daquele lugar carregam.

Hoje, ao descer o Morro no meu carro, utilizei um caminho diferente, um atalho que descobri, pois estava com um pouco de pressa. No meio do caminho, encontrei mais uma vez, com o carrão do Ronda do Quarteirão que 'rondava' as ruas próximas à comunidade. Percebi, bem próximo por onde eu passava que estava tendo uma briga entre dois adolescentes, uma moça e um rapaz. Quis parar, mas como não conhecia ninguém por ali, resolvi seguir. Não sei se fiz correto. Comecei a pensar em como é comum a partilha da vida entre os pobres. O cenário da rua serve, inclusive, para compartilhar as desavenças familiares. (Diário de campo, 04/11/2009).

Em alguns momentos, nas minhas atividades de campo, precisei esclarecer meus objetivos com esta pesquisa, afinal não estava ali na condição de assistente social, mas de pesquisadora. Sabia que mesmo com todas essas explicações, em alguns momentos eu continuaria a ser considerada o elo de intermediação entre as demandas daquela comunidade e o acesso a informações ou a algum benefício público.

Quando havia festas na comunidade, eu sempre era chamada para doar alguma coisa; as mulheres já passaram a me perguntar mais sobre o Programa Bolsa Família, queriam saber como fazer para desbloquear o cartão; outras confessavam suas dificuldades financeiras, que muitas vezes eram pintadas sobre cores fortes.

Como fala Zaluar (1985), narrando momentos da sua pesquisa na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, percebendo que nas suas idas e vindas passou a exercer um novo papel de mediadora intelectual entre os pobres temidos e os

temerosos iguais. Além das armadilhas clientelistas que, segundo a autora, vinham tão disfarçadas que só se dava conta após o acontecido.

Além dos pedidos materiais, foram tecidas relações de confiança entre minha pessoa e algumas mulheres da comunidade. Em alguns momentos, eu era procurada por elas que me pediam para dar uma opinião sobre suas vidas pessoais, me falavam sobre problemas referentes à separação entre casais; contavam histórias de maridos, filhos ou netos que estavam envolvidos com crack, dentre outros assuntos.

Sem me confundir com uma delas, afinal sabia da distância que nos separava e estava atenta à minha condição de pesquisadora, passei a desenvolver, como diz Magnani (2002), um olhar de perto e de dentro, mediante os múltiplos, diferentes e criativos arranjos desenvolvidos pelos atores sociais: seu comportamento, na paisagem da cidade.

1.5 Retratos das sete mulheres da pesquisa

Inicialmente, é salutar esclarecer que, na pesquisa qualitativa, a representatividade dos sujeitos informantes não se dá em virtude do número de pessoas a serem abordadas, mas, sim, da qualidade das informações obtidas em cada depoimentos.

Desse modo, procurei escolher informantes com base em critérios que favorecessem me aproximar das questões indagadas para o objeto da minha pesquisa. Entrevistei sete mulheres, considerando que, em uma pesquisa de natureza qualitativa, à proporção que as respostas vão se repetindo e que o material obtido já permite realizar análises das relações estabelecidas, dá-se praticamente por concluído, o trabalho de campo, mesmo que, em alguns momentos, se retorne para tirar dúvidas.

À medida que se colhem os depoimentos, vão sendo levantadas e organizadas as informações relativas ao objeto da investigação e, dependendo do volume e da qualidade delas, o material de análise torna-se cada vez mais consistente e denso. Quando já é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da

realidade e visões de mundo do universo em questão, e as recorrências atingem o que se convencionou chamar de “ponto de saturação”, dar por finalizado o trabalho de campo sabendo que se pode (e deve) voltar para esclarecimentos. (DUARTE, 2002, p.144).

Os aspectos comuns⁸ que identificavam as mulheres entrevistadas eram: todas estão em idade adulta, encontrando-se na faixa etária entre 25 a 55 anos, seis delas se autodenominam como morenas e uma como negra. Todas têm filhos, sendo que três delas têm netos que moram com elas; todas são moradoras do Morro da Vitória.

No tocante ao modelo de família, ressalta-se que três pertencem a famílias nucleares e quatro pertencem a famílias monoparentais, em que elas são as chefes do grupo. Quanto ao Programa Bolsa Famílias, as sete mulheres são beneficiárias do Programa, sendo inclusive as representantes legais, no entanto, uma delas encontra-se sem receber o benefício, por problemas nos dados do seu cadastro.

Ressalto que todas as entrevistas foram feitas em dias diferentes, como forma de aprofundá-las e aproveitar o máximo de tempo possível na convivência com essas mulheres. Adentrei suas casas que foram parte do cenário onde me foram concedidos os depoimentos. Conversei com elas na cozinha que também era sala, na sala que era quarto, no “terreiro” da casa, como elas mesmas denominam a entrada de suas casas. Apenas com duas entrevistadas conversei na Associação de Moradores. Preferi ir aos seus domicílios, onde eu poderia enxergar de perto e de dentro como a vida é vivida por elas.

Mesmo sabendo das infinitas particularidades que compõem a identidade de cada uma dessas mulheres, buscarei, a seguir traçar, se é que possível, um breve perfil de cada uma delas. Quem são essas mulheres que, a cada dia, buscam inúmeras estratégias de sobrevivência para enfrentar as expressões da pobreza, comum na vida de todas?

⁸ As referências analíticas sobre o perfil das mulheres e de suas famílias serão esboçadas ao longo dos próximos capítulos.

Enfatizo que, como forma de garantir o anonimato das informações, os nomes verdadeiros das entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios, vinculados a nomes de pedras preciosas. São elas:

- **Esmeralda:** 29 anos, autodenomina-se morena. É natural de Fortaleza, não concluiu o ensino fundamental. Acredita em Deus, mas não tem religião específica. Esmeralda convive, há 14 anos, com seu companheiro, com quem tem três filhos, em idade de 5, 10 e 14 anos. Todos se encontram estudando. Mora há 9 anos na comunidade Morro da Vitória. Sua casa, de terra batida, tem o chão coberto com um tapete, é bem pequena e tem dois cômodos. O único banheiro que a família utiliza situa-se fora de casa. Trabalha como serviços gerais ou como auxiliar de cozinha, mas, no momento de nossa conversa, estava desempregada. A única renda familiar advém do trabalho do seu companheiro, que atualmente gira em torno de R\$ 150,00. E trabalha como de ajudante dos feirantes na Feirinha da Beira Mar, montando e desmontando barracas dos feirantes. Esmeralda é a representante legal para recebimento do Bolsa Família. Entretanto, desde agosto de 2008, não está recebendo seu benefício, em virtude de, no passado sua família ter saído dos critérios do Programa, por ela ter estado trabalhando. O valor que do benefício era de R\$ 120,00.
- **Safira:** 48 anos, autodenomina-se morena. Nasceu em Fortaleza; não concluiu o ensino fundamental. É de religião evangélica. Mora, há nove anos, na comunidade Morro da Vitória. Safira passou por dois casamentos e tem quatro filhos/as. A filha mais velha é adotada e outros dois: uma mulher de 28 anos e um homem de 25 anos são frutos do seu primeiro casamento. Depois, teve outra filha, hoje tem 20 anos, com uma pessoa que não denomina como marido. Posteriormente, Safira casou-se novamente e esse seu marido assumiu todos seus filhos e filhas - “o pai que eles não tiveram” -, ressalta Safira. Atualmente, ela é chefe de família e mora com uma de suas filhas, de 16 anos, e com uma neta, de 4 anos. Ambas estão estudando. Sua casa tem cinco cômodos, incluindo o banheiro. Safira é uma das líderes comunitárias da comunidade e participa do Movimento das Comunidades Populares (MCP). Trabalha, eventualmente, como costureira na Casa da Costura. No mês que

tem encomendas para fazer, ela chega a receber em torno de, no máximo, R\$ 80,00. Em relação ao Programa Bolsa Família, é a representante legal. Segundo ela, recebe o benefício há cerca de uns dois a três anos. O valor desse benefício é R\$ 62,00.

- **Cristal:** 54 anos, autodenomina-se negra. Natural de Beberibe, é apenas alfabetizada, sabe escrever o nome. Sua religião é a Evangélica. Ao longo da entrevista, Cristal remeteu-se, várias vezes, à importância da religião em sua vida. Mora há sete anos na comunidade Morro da Vitória, numa casa bem pequena, em precárias condições, composta de três cômodos, dentre estes, um banheiro. Cristal é viúva e mora com sete netos e netas, a quem chama de “sete abençoados” e com uma filha adolescente, de 15 anos. A idade dos seus netos são 18, 14, 12, 11, 9, 8 e 7 anos; todos filhos/as de uma das filhas de Cristal, que, hoje, tem 33 anos, é usuária de drogas e vive “no mundo”, conforme relato, mas que, vez por outra, passa pela sua casa. Encontram-se estudando a filha adolescente de Cristal e todos os netos e netas, com exceção do mais velho, de 18 anos. Desse modo, a família de Cristal é monoparental, chefiada por uma mulher-avó. As condições de vida do seu grupo familiar é de extrema pobreza, uma vez que só conta com o recebimento do benefício mensal do Bolsa Família no valor de R\$ 140,00. Cristal diz que sua família recebe o benefício há cerca de quatro anos, no entanto, só posteriormente, o benefício foi passado para o seu nome (antes, a filha, mãe dos seus sete netos, era a representante legal da família).
- **Marcacita:** 30 anos, autodenomina-se morena. Natural de Teresina, concluiu o ensino fundamental. Sua religião é Católica. Convive há 9 anos com seu companheiro, com quem tem três filhas, em idade de 5 meses, 5 e 9 anos. Suas duas filhas mais velhas estão estudando. Mora há nove anos na Comunidade Morro da Vitória, em um dos beco. Sua casa tem três cômodos, incluindo o banheiro. Temporariamente, Cristal cuida das crianças de sua vizinha, levando e trazendo-as da escola; faz comida e arruma a casa. Recebe uma ajuda de custo no valor de R\$ 200,00 reais mensais. Seu companheiro trabalha como serviços gerais e recebe um salário mínimo por mês. Em relação ao Programa Bolsa Família, há dois anos Marcacita recebe o benefício, sendo

denominada a representante legal da família. O valor que recebe, atualmente, é R\$ 112,00.

- **Rubi:** 32 anos, autodenomina-se morena. Natural de Fortaleza, concluiu o ensino fundamental. Não tem religião, mas diz acreditar em Deus. Relata que, quando menina, morava no Castelo Encantado e, atualmente, mora no Morro da Vitória. Sua casa tem quatro cômodos, incluindo banheiro. Rubi é solteira, nunca casou, é chefe de família e mora com um filho de 15 e uma filha de 12 anos. Ambos estão, atualmente, na escola. Diz que começou a trabalhar aos treze anos, atualmente, exerce, esporadicamente, a função de cozinheira e recebe uma ajuda de custo de R\$ 200,00 reais por mês. Rubi participa das atividades na Associação de Moradores. Em relação ao Programa Bolsa Família, é a representante legal e há mais ou menos um ano recebe o benefício, cujo valor é R\$ 102,00.
- **Pérola:** 47 anos, autodenomina-se morena. Natural de Canaã, distrito de Trairi, não concluiu o ensino fundamental. Sua religião é católica, penso que notadamente praticante, uma vez que no momento da entrevista, ela veio me receber com a Bíblia na mão. Convive há nove anos com seu atual companheiro e mora com seis dos seus sete filhos. Os três mais velhos, dois homens e uma mulher, são frutos da sua primeira união. Da atual união, Pérola tem quatro filhos duas mulheres, nas idades de 18 e 15 anos e dois homens, nas idades de 17 e 13 anos. Dos seis filhos que moram com Pérola, os três filhos mais novos estão estudando, porém os outros três mais velhos, além de não estudarem, estão todos desempregados. Pérola mora há nove anos na comunidade Morro da Vitória, se intitula com a primeira moradora do lugar. Sua casa tem quatro cômodos, sendo o banheiro do lado de fora da casa e tem as paredes feitas de tábua. Pérola diz que trabalha desde os sete anos de idade. É rendeira e trabalha por conta própria, mas, atualmente, encontra-se sem trabalho. Anteriormente, expunha suas mercadorias na Feirinha da Beira Mar. Seu companheiro é pescador e recebe, em média R\$ 100,00 reais ao mês, quando há boas pescas. Em relação ao Programa Bolsa Família, há dois anos Rubi recebe o benefício, sendo a representante legal da família. O valor que recebe atualmente é R\$ 132,00.

- **Ametista:** 56 anos, autodenomina-se morena. Natural de Piauí, reside há 31 anos em Fortaleza. Não conseguiu concluir o ensino fundamental. É católica e há cinco anos mora na Comunidade Morro da Vitória. Sua casa tem apenas um cômodo, um quartinho pequeno que é, também, cozinha, quarto e sala, ao lado um pequeno banheiro separado por uma cortina. Ametista é solteira, mas já teve dois companheiros e, com cada um teve, uma filha. Suas filhas têm 29 e 25 anos. Ametista mora só com um neto de 10 anos, que está estudando. Para sobreviver, ela “vende merenda”, com o qual obtém uma renda média de R\$ 80,00 mensais. Diz participar da Associação, quando tem reuniões. Seu neto participa de dois projetos da Associação, o reforço escolar e a Cozinha solidária, que é o almoço semanal para as crianças. Em relação ao Programa Bolsa Família, é a representante legal e, há cinco anos, recebe o benefício, o qual denomina de “Bolsa-Escola”, no valor de R\$ 130,00.

Essas são, portanto, as principais personagens deste estudo. Percebe-se com esse breve perfil das entrevistadas, a diversidade de arranjos familiares experimentados pelas mesmas, o que, de certo modo, contraria, em parte, um dos pressupostos da pesquisa descritos anteriormente. A frequência de netos e agregados convivendo no mesmo domicílio, a presença de famílias monoparentais representadas por mulheres chefes de família, a quantidade de casamentos desfeitos e as novas uniões são marcas que confirmam o cenário vivenciado pelas famílias atualmente, o que não foge à regra dos modelos contemporâneos.

Assim, a riqueza de suas vidas, o conteúdo de detalhes e o modo como falavam de temas como família, gênero, casamento, maternidade, pobreza e prioritariamente, sobre o Programa Bolsa Família serão descritos nos próximos capítulos, por ocasião da interpretação de suas falas.

Fiz um esforço, portanto, de intercalar a realidade empírica da vida dessas mulheres com o referencial teórico deste estudo e também com minha interpretação de suas falas. Todas as vezes que chegava em casa, imediatamente, após a ida ao campo, solitariamente, como é de fato o ato de escrever, buscava decifrar o significado do que tinha visto, escutado e aprendido a cada ida ao Morro.

CAPÍTULO II - CONFIGURAÇÕES DA FAMÍLIA: CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UM OBJETO SOCIOLÓGICO

Nunca se falou tanto de família como nos últimos tempos, principalmente no âmbito das políticas públicas. Estudiosos esforçam-se para, constantemente, entender suas configurações contemporâneas, sob as novas bases de sociabilidade manifestadas pelos seus membros. Profissionais do social buscam caracterizá-la como o lugar prioritário de cuidado e proteção social frente às vulnerabilidades externas.

Olhar para a família é perceber as relações estabelecidas por um grupo de indivíduos e o significado dessas relações, através das elaborações das experiências vividas; é enxergá-la como um lugar de afeto, de socialização e ponto de apoio frente às adversidades da vida, mas também local de conflitos e sofrimentos vividos. Enfim, essa nossa velha conhecida, sugere um universo de perguntas inacabadas, dada a dinamicidade das relações estabelecidas dentro e fora da família.

Nessa perspectiva, convém perguntar: o que é família? Um grupo de pessoas ligadas por vínculos de aliança, consanguinidade, parentesco, afinidade? Grupo doméstico privilegiado onde se estabelece a divisão sexual do trabalho entre seus pares? Esfera de proteção social face às normatizações agenciadas pelo Estado? Ou seria a família, uma palavra, uma simples construção verbal, como fala Bourdieu (2007)? Como as incursões empíricas e históricas desse tema são traduzidas teoricamente? É possível falar de família, sem falar das relações entre os sujeitos que a compõe?

Destarte, a família passa a ser vista, de perto, pelos olhos de todos que, de certo modo, compartilham formas de convivência cotidiana, sejam de afeto ou mesmo de conflitos e, vista de longe, pelos estudiosos que buscam, nas manifestações do cotidiano, abstrair-se dos riscos das idealizações e estereótipos sobre a vida em família e problematizá-la como fenômeno científico.

2.1 Família: olhares de perto e de longe

Sabe-se que a naturalização das relações acontece de forma mais contundente em relação à família do que a outras instituições sociais, haja vista que a família é o espaço social onde se realizam os fatos da vida vinculados ao corpo biológico, como o nascimento, a amamentação, o crescimento, o acasalamento, o envelhecimento e a morte. (SARTI, 2008).

Parte-se dessa premissa para reiterar que, neste trabalho, a família será concebida como criação humana. Evita-se, nessa reflexão, qualquer pensamento que reforce a aparência de uma concepção universal de família, em virtude dos fenômenos de natureza biológica inerentes à dinâmica interna dos seus membros, a exemplo das relações de sexo, reprodução e idade. Faz-se um esforço para não se incorrer em análises naturalizadoras e, portanto, limitadas, de um elemento construído socialmente, a partir da pluralidade de formas historicamente expressas pelas interações humanas.

Entender a família como criação cultural é, portanto, abdicar a conotação normativa de um modelo de família previsível no imaginário social. O fundamento, pois, para “desnaturalizar” a família é compreender que a relação entre grupo conjugal, família, parentesco e divisão sexual do trabalho pode ser dissociada, dando origem a instituições muito distintas. (DURHAM, 2004).

A obra de Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* - primeira edição de 1884 - é um dos célebres escritos sobre a história da família e sua relação com a formação do Estado. Nesse livro, reafirma-se as descobertas de Morgan, como um dos primeiros autores a desconstruir a ideia de eternidade das atuais formas hegemônicas de família.

Segundo essa obra de Engels (1997), a família monogâmica não é uma forma de família natural que existiu em todos os tempos, mas é resultado de um longo processo de desenvolvimento. Segundo Morgan *apud* Engels (1997), a família desenvolve-se em três estágios: selvagem, barbárie e civilização. Cada um desses

estágios corresponde a formas de famílias que, sucessivamente, vão evoluindo, à medida que aumentam as proibições conjugais entre os consanguíneos.

Outro autor que contribui para a desnaturalização das formas de família é Claude Lévi-Strauss, em especial, na sua obra *As estruturas elementares do parentesco*, escrita em 1969. Através da sua explicação sobre o tabu do incesto, o autor afirma que a família se constitui pela aliança e não pela consanguinidade, sendo esta consequência da primeira.

Strauss *apud* Canevacci (1984) expõe que o casamento revela-se, em sua origem, como um sistema de troca, que assegura a exogamia⁹ cuja finalidade é a interdição do casamento nos graus proibidos. Finalidade que é de garantir a circulação total e contínua dos bens possuídos pelo grupo e que são suas mulheres e suas filhas.

O tabu do incesto ao impor a norma que proíbe as relações sexuais e, por extensão, o casamento entre homens e mulheres relacionados por vínculos de parentesco, constrói esquemas de proibição e permissão de parceiros sexuais. Sendo a regra da dádiva por excelência (MICHEL, 1983), o tabu do incesto é o primeiro ato de organização social, que possibilita condições para a sociedade desenvolver-se culturalmente, uma vez que há a abertura para o outro e para a construção de vínculos sociais.

Lévi-Strauss demole definitivamente as fantasias sobre a família enquanto fato substancialmente natural, fundado sobre a essência biológica do ser homem: a família biológica é uma abstração indeterminada, que não tem nenhuma relação com a realidade histórica. Ao contrário, com a solução do enigma do incesto, a família “expressa a passagem do fato natural da consanguinidade para o fato cultural da afinidade. (CANEVACCI, 1984, p. 177).

No entanto, na sociologia recente, o modelo estruturalista lévi-straussiano tem passado por questionamentos, dentre eles, destaca-se a crítica à primazia do parentesco cultural, presumindo uma cultura como totalidade unitária e distinta. Pierre Clastres *apud* Butler (2003) sustentou, no contexto francês, que não é

⁹ Segundo Canevacci (1984, p. 27), “a exogamia é a regra fundamental do parentesco: ela obriga a casar com o ‘outro’, isto é, com um membro de outro clã. É a regra positiva do tabu universal do incesto, ou seja, a proibição de estabelecer relações sexuais no interior do grupo familiar”.

possível tratar as regras de parentesco como regras de inteligibilidade para qualquer sociedade e que a cultura não é uma ideia autoevidente, mas deve ser percebida como relações de poder, não sendo redutíveis a regras.

Acredita-se que essas indagações coadunam com as transformações que a família tem passado na contemporaneidade. As relações de parentesco não-marital de gays e lésbicas, descritas por Weston *apud* Butler (2003), que emergem fora dos laços de família heterossexual e que só parcialmente se aproximam da forma de família é um dos exemplos dessas mudanças.

A diversidade de arranjos familiares aliados aos novos papéis de gênero e as novas formas de conjugalidades compõe um cenário significativamente diferente do editado nos séculos anteriores, em que a família nuclear composta por pai, mãe e filho era o modelo hegemônico a ser seguido socialmente.

Desse modo, a narrativa de Safira demonstra que o sentido de família, construído por ela, extrapola qualquer estrutura que vincula o parentesco à consanguinidade. Assim, família significa proximidade, pessoas com quem se compartilha a vida, com quem se estabelecem trocas emocionais e apoio mútuo, independente dos laços de sangue.

Eu acho que significa família é pessoas que estão junto com a gente no lar, os que 'convevem' indiferente que seja de sangue. Acho que pertenceu, tá dentro de casa, eu já coloco como se fosse família. **Pessoas que moram ao nosso redor, pessoas próximas, assim no caso das meninas, eu já me considero já família...** o pessoal das associações... as pessoas mais próximas que eu tenho amizade, eu considero como se fossem pessoas que fosse da minha família. (Safira, grifos meus).

A mutabilidade por que passa a família ultrapassa o alcance das concepções jurídicas, compondo regras não formalizadas, em que, muitas vezes, as relações de parentesco não se baseiam nas regras de aliança e nas relações biológicas. Dada sua multiplicidade de arranjos, a família pode ser percebida, conforme Osterne (2004), como uma unidade de referência.

Família seria, portanto:... algum lugar, seja o lar, a casa, o domicílio, o ponto focal onde se pode desfrutar do sentido de pertencer, onde se possa experimentar a sensação de segurança afetiva e emocional, onde se possa ser alguém para o outro, apesar das condições adversas mesmo independente das relações de parentesco e consanguinidade. Algo que

pode ser pensado como o local de retorno, o destino mais certo. Local para refazer-se das humilhações sofridas no mundo externo, expandir a agressividade reprimida, exercitar o autocontrole, reprimir, vencer o outro, enfim, sentir-se parte integrante. (OSTERNE, 2004, p. 65).

Retoma-se, nesse momento, a noção de família elaborada por Sarti (2008) como “categoria nativa”, ou seja, partindo do sentido atribuído por quem a vive, considerando-o como ponto de vista. Assim, a autora sugere uma abordagem de família como uma realidade que se constitui pela linguagem, elaborada socialmente e internalizada pelos indivíduos, ao longo de sua história, com base no que se conta a eles e por eles reproduzida e ressignificada.

Pensar a família como uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que não se antecipe à sua própria realidade, mas que nos permita pensar como ela se constrói, constrói sua noção de si, dos parâmetros coletivos do tempo e espaço em que vivemos que ordenam as relações de parentesco (entre irmãos, entre pais e filhos, entre marido e mulher). (SARTI, 2008, p. 27).

Os relatos das entrevistadas traduzem visões sobre família, baseando-se pelo lugar no qual se encontram, pelo tipo de família que pertencem e os valores construídos ao longo de suas histórias de vida, por cada uma delas. Um dos aspectos comuns das falas abaixo é que a identificação de família ultrapassa o universo das pessoas com quem convivem no espaço doméstico.

Pra mim, quem faz parte da minha família são meus filhos, os meus pais, meus irmãos... Mesmo **sem morar comigo em casa, pra mim é minha família** (Marcacita, pertence à família nuclear - grifos meus).

Minha família é: meu esposo, meus filhos, minha vó, meus sobrinhos, meus primos, meus tios (Esmeralda, pertence à família nuclear).

Minha mãe, minhas irmãs, meus filhos, meu padrasto... A minha mãe mora com ele, eles moram em cima, o meu padrasto, minha mãe e minha irmã. E a gente [Rubi e os filhos] mora embaixo (Rubi, família monoparental, mulher chefe de família).

Duas filha minha, dois genro e os meus quatro neto: Essa é a família que eu tenho (Ametista, família monoparental, mulher chefe de família).

Embora o significado de família para essas mulheres reflita as suas experiências objetivas, sendo tais vivências variadas e diferentes da condição de família nuclear, observa-se que a família ainda é uma instância bastante impregnada

de valores morais e ideológicos. Em alguns momentos, portanto, o pensado não necessariamente corresponde ao vivido.

Ter a família é muito bom... A gente somos unido. (Rubi).

A estrutura da vida, o alicerce de tudo. Eu acho assim, unida; apesar de tudo, unida. (Esmeralda).

Família que se entenda um com o outro, tenha amor próprio uns com os outros e viva na paz, tranqüilo é uma coisa muito importante; a pessoa que tem uma família. (Cristal).

Família, pra mim, significa um apoio. É uma companhia, apoio. Na hora da precisão, a gente poder contar com a família... (Ametista).

Mesmo que quatro das sete mulheres não estejam em famílias nucleares, o sentido que se constrói, simbolicamente, sobre família carrega o peso do “modelo” tradicional construído como ideal. A influência em torno da família composta por pai, mãe e filho coabitando num mesmo domicílio é algo que ainda corrobora como referência, seja no âmbito das estruturas e organizações da sociedade ou mesmo na subjetividade das pessoas. O modelo de família nuclear tida como “normal” e “estruturada” interioriza-se no imaginário das pessoas, levando-as a crer que tudo que se desvincule dessa modalidade de viver em família é considerado desestruturação.

Essa comunidade tem de todo tipo de família: Tem a chefe da casa, que é a mãe que cria seu filho sozinho; tem o pai que cria seu filho sozinho, como hoje eu deparei com um que veio aqui e pediu conselho; **e também tem a família organizada: que tem o pai, a mãe, os filhos. Eu tou falando em termo de família unida.** (Líder Comunitária - Grifos meus).

Acho que a vontade da gente, como mãe, é de **ter uma família bem estruturada**, uma família bem honesta uns com os outros, tudo naquela amizade, **naquele amor de irmão, de pai, de mãe**, e assim, às vezes, há desavença entre os irmãos, entre os pais, mas é uma coisa que a gente não gosta, mas isso são coisas que acontece, tá sempre acontecendo, e acontece nas melhores famílias. (Pérola).

A antropóloga Durham (2004) expõe que, embora o conceito de família refira-se a grupos sociais concretos, há de se compreender que, prioritariamente, falar de família é referir-se ao modelo¹⁰ cultural e à sua representação. Na nossa sociedade, “o modelo parece bem claro: a família é a unidade constituída pelo

¹⁰ Para Durham (2004), os modelos enquanto padrões culturais são utilizados na organização dos grupos sociais e do comportamento coletivo. Estes, por sua vez, são mutáveis; e ainda são construções sintéticas, nas quais a realidade cabe por inteiro.

marido, a mulher e seus filhos, que formam um grupo doméstico”. (DURHAM, 2004, p. 343).

Além disso, a autora acrescenta que é importante localizar a existência das exceções ao modelo de família que continua a ser a referência básica de ordenação do comportamento e padrão social. Essas exceções, portanto, apesar de numerosas, podem não significar nem a contestação da regra, nem mesmo a emergência de modelos alternativos.

Nesse sentido, compartilha-se com Bourdieu (2007), que a família revela-se ora como grupo concreto expresso na objetividade das relações sociais, ora como uma questão simbólica, presente nas representações dos sujeitos socializados.

A família como categoria social objetiva (estrutura estruturante) é o fundamento da família como categoria social subjetiva (estrutura estruturada), categoria mental que é a base de milhões de representações e de ações (casamento, por exemplo) que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva. (BOURDIEU, 2007, p. 128).

Para esse autor, a família é um princípio de construção comum a todos os agentes socializados, sendo, ao mesmo tempo, imanente aos indivíduos e transcendente em relação a eles. Os relatos das entrevistadas, nesta pesquisa, sobre o significado de família como lugar de união e de apoio e como algo muito importante na vida delas, corroboram com essa assertiva.

Esse princípio de construção é um dos elementos constitutivos do *habitus*¹¹, uma estrutura mental, que tem sido inculcada em todas as mentes socializadas, de certa forma, sendo simultaneamente individual e coletiva. Como

¹¹ A filosofia da ação em Bourdieu (2007) está condensada num certo número de conceitos – *habitus*, campo e capital – e que tem como ponto central a relação de mão dupla entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*). Para esse autor, o espaço social é construído de acordo com a distribuição dos agentes ou os grupos em face de sua posição ocupada por dois princípios de separação - o capital econômico e o capital cultural. Os agentes são distribuídos na primeira dimensão, de acordo com o volume global de capital (desses dois tipos diferentes) que possui e, na segunda dimensão, de acordo com a estrutura de seu capital, isto é, de acordo com o peso relativo dos diferentes tipos de capital, econômico e cultural, no volume global de seu capital. Cada classe de posições corresponde a uma classe de *habitus* (ou de gostos), produzida pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente.

princípio gerador de classificação de práticas distintas e distintivas, o *habitus* retraduz escolhas e comportamentos relacionados à posição ocupada pelos agentes e grupos na sociedade.

Nesse ponto, dada as implicações produzidas junto aos sujeitos sociais, a mediante as construções mentais do modelo oficial de família nuclear, apresenta-se, como importante, retomar a historiografia do surgimento e desenvolvimento desse tipo de família. Acredita-se que o conhecimento das transformações ocorridas ao longo da história seja um elemento importante que subsidia as análises dos modos de vida dos sujeitos em sociedade.

A célebre obra *A História Social da Criança e da Família*, de Ariès, escrita, em sua primeira edição, em 1977, retrata a família nuclear burguesa em contexto europeu, mais especificamente na França, no século XVII. A fecundação de um sentimento de família está diretamente relacionada, de acordo com o autor, com o reaparecimento da educação, no início dos tempos modernos, que atingiu o modo de convivência familiar. Gradualmente, após um período de severo confinamento das crianças nos colégios¹², dada a criação dos internatos, a escolarização foi se aperfeiçoando e permitiu a aproximação das crianças para perto dos pais. Os progressos da educação, durante o século XVII, fizeram com que a escola deixasse de ser exceção para torna-se o lugar de iniciação das crianças ao mundo social.

Essa nova preocupação com a educação pouco a pouco iria instalar-se no seio da sociedade, e transformá-la de fio a pavio. A família deixou de ser apenas uma instituição de direito privado para transmissão de bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas. Entre a geração física e a instituição jurídica existia um hiato que a educação iria preencher. O cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova que a iconografia do século XVII exprimiu com insistência e gosto: o sentimento moderno de família. (ARIÈS, 2006, p. 194).

Nasce, progressivamente, a família nuclear moderna. Composta por pai, mãe e filhos e coabitando no mesmo domicílio, esse núcleo familiar caracterizava-se por um grupo restrito. O casamento foi deixando de ser objeto de determinação paterna, passando a ser realizado mais por amor e escolha entre seus pares.

¹² Segundo Badinter (1985, p. 132), no século XVI, a escola toma lugar do aprendizado como meio de educação. No século XVII multiplicam-se as escolas para meninos e meninas, os colégios com internatos para maiores e os conventos para as meninas .

A partir do século XVIII, a valorização do estatuto social da família orientado por funções construídas em torno do sistema de aliança e parentesco previamente determinado e pela transmissão de bens, nomes e valores tradicionais oferece lugar a um novo paradigma de família voltada para o interior de seu núcleo conjugal e para práticas de atenções mútuas entre pais e filhos.

Inicialmente, o modelo de família nuclear moderna limitou-se às classes mais abastadas da sociedade que vivia no campo e na cidade. “Foi para a família dos homens ricos que os moralistas educadores escreveram seus tratados e que os colégios se multiplicaram” (ARIÈS, 2006, p. 179). Porém, a partir do século XVIII, a vida familiar, sob esses moldes, estendeu-se para as demais camadas sociais, contudo, salvaguardando as peculiaridades que se manifestaram nas múltiplas formas de viver esse sentimento de família para pobres e ricos.

A família nuclear moderna, importada do seio da burguesia europeia chegou ao Brasil no século XIX, em contextos imersos por uma realidade de base latifundiária. Inicialmente, esse modelo adentra os lares mais abastados socialmente. Entende-se que essa forma de família está diretamente ligada às transformações ocorridas na organização econômica e política da sociedade, no século XIX.

A chegada da Corte portuguesa ao Brasil trouxe consigo novas exigências à sociedade brasileira. O maior número de habitantes nas cidades, sobretudo de aristocratas e comerciantes estrangeiros, acelerou as necessidades de mudança no trato com as pessoas e com a própria cidade. Era necessário um maior controle da população e práticas de conduta que garantissem a ordem estatal e a manutenção de uma mão-de-obra dócil para o mercado de trabalho fabril nascente.

A privatividade do espaço da casa, o cuidado com as crianças e o bom relacionamento entre os cônjuges, sob o domínio da sexualidade dentro da legalidade matrimonial, contribuíam para a consolidação de um ideal de família que garantia, inclusive, a ordem e o progresso da sociedade. Aproximava-se assim, a noção da família composta por pai, mãe e filhos, numa tríade muito bem orquestrada sobre os cuidados progressivos da medicina e da higiene.

E quando falamos de família nuclear burguesa nos referindo àquela família intimista, agindo e circulando no espaço delimitado do privado, ao qual se opõe o espaço do público; a família que não se confunde com a área da produção, caracterizando-se por ser somente uma unidade de consumo. (ALMEIDA, 1987, p. 57).

Outro fato que merece destaque é o próprio cenário brasileiro em que se fundou esse novo modelo importado de família. A veiculação desse ideal de família nuclear burguesa, no século XIX encontrou, no Brasil, como remete Almeida (1987), uma realidade completamente distinta daquela em que ela havia sido gestada. Aqui, não havia classe burguesa citadina, industrial ou comercial em ascensão, mas, diferente disso, existia uma sociedade colonial, baseada no latifúndio para exportação, na devastação das terras e no trabalho escravo.

Nesse sentido, embora tenha havido uma aclimação da concepção importada de família, sob a obra dos higienistas e médicos, a realidade local resistiu e tentou apoderar-se desse novo ideário. Portanto, essa nova ideia, moldou-se ao cerne da mentalidade anterior estruturada sob o patriarcalismo dominante. (ALMEIDA, 1987).

2.2 Patriarcado nas famílias: novas bases de fabricações antigas

Inicia-se este item reafirmando que o paradigma do patriarcado, embora sob novas bases e em doses diferenciadas, ainda mantém-se vivo na realidade atual, mediante seus aspectos materiais e simbólicos, retratado nas vivências em família e no lugar que o masculino continua a ocupar no interior do grupo doméstico.

Remete-se ao conceito de patriarcado, expresso por Saffioti (2004), como o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens. Tal fenômeno, fabricado ao longo da história, encontra-se em constante transformação e abrange não só a família, mas atravessa a sociedade.

As duas falas abaixo revelam situações emblemáticas de dominação masculina descritas por duas das mulheres entrevistadas. Elas transferem para os filhos, o papel masculino desempenhado, historicamente, pelos homens na família. Já o depoimento de Pérola revela o poder exercido pelo seu marido, sobretudo, na

relação dele com os filhos, mesmo que, contraditoriamente, antes disso ela afirme que o companheiro não desenvolve nenhum tipo de decisão em casa.

Só é mais assim porque o Joca¹³ [remetendo-se ao filho] é muito tímido. Ele não é aquele menino de chegar, sentar, conversar. Às vezes, se ele passar o dia lá em casa, ele passa o dia olhando pra televisão. Às vezes, eu quero me queixar de alguma coisa, da minha irmã, aí, eu chamo ele; ele vem e dá lá as 'dura' dele, sabe? Vai embora, mas **eu tenho ele, como se fosse uma pessoa, aquele bicho homem... que eu fico confortável de ter... uma pessoa que quando eu vejo que o negócio tá mesmo duro, eu já vou lá... quando eu procuro ele é mais quando eu tou assim naquela carência de uma voz masculina dentro de casa, pra reverter a situação.** Mas, o meu filho é ótimo. (Safira – grifos meus).

... Ele [referindo-se ao companheiro] não dá pitaco em nada não... mas, assim, é aquela questão: tudo que ele disser, os filhos concorda. **Tudo que ele fizer, os filhos concorda. Eles têm medo... Eu digo: medo em concordar ... porque eles temem a ele.** Agora ele não é de ta: “menino, menino, não faz isso que isso tá errado”, não. Ele só olha com aqueles olhos pra mim, aí é pra mim resolver tudo. Ele não resolve nada. De nada, de nada, de nada ele num resolve. (Pérola – grifos meus).

Faz-se a relação dessas falas com o conceito de dominação masculina descrito por Bourdieu (2007). Para esse autor, as relações de dominação são inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisão objetiva das coisas no mundo social, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos, organizados segundo princípios de visão e divisão da construção social dos corpos biológicos.

Tudo isso se remete ao que Bourdieu (2007, p. 34) chama de “um extraordinário trabalho coletivo de socialização difusa e contínua que as identidades distintas que a arbitrariedade cultural institui e se encarnam em *habitus* claramente diferenciados”.

“Bicho homem”, “voz masculina”, “ter medo do pai”, são algumas das questões evidenciadas pelas mulheres que fazem com que elas próprias, automaticamente, acionem a ordem masculina socialmente instituída. A naturalização desse estatuto hierárquico dos homens sobre as mulheres é fruto de um “efeito duradouro” de predisposições não necessariamente racionais.

O efeito da dominação masculina simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua, etc) se exerce não na lógica pura das consciências

¹³ Nome fictício.

cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. (BOURDIEU, 2007, p. 49-50).

Como forma de deseternizar o que Bourdieu (2007) assinala como a “eternização do arbitrário”, no prefácio à edição alemã da obra “A dominação masculina”, ou seja, à tentativa das estruturas da divisão sexual do trabalho e dos princípios de divisão correspondentes aparecerem como eternos, é importante, remeter-se, brevemente, às construções sócio-históricas da família patriarcal como uma das maiores expressões da dominação masculina.

De acordo com Engels (1997), a família patriarcal inaugurou a filiação masculina e o direito hereditário ao poder paterno como organização a qual todos os membros da organização estão submetidos. O homem, denominado “chefe de família”, vive em plena poligamia. A família romana era considerada o tipo perfeito dessa forma de família. Assim, no sentido etimológico do termo,

a expressão família foi inventada pelos romanos como um novo organismo social, cujo chefe mantinha, sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravo, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles. (ENGELS, 1997, p. 61).

O reconhecimento da paternidade está diretamente vinculado à posse de bens materiais, ou seja, a partir do momento em que o homem passa a adquirir o domínio de seus bens cresce a necessidade de dar continuidade, de deixá-los por herança aos filhos de sangue.

Simmel (1993) assinala que a paternidade acarretou consequências notáveis de propriedade. A noção de pai está diretamente vinculada à ideia de propriedade privada e de uma absoluta fidelidade conjugal da mulher, uma vez que a solidez desses laços garantia a transmissão da herança dos bens paternos aos filhos legítimos.

Ao remeter-se à realidade brasileira, percebe-se que os signos do patriarcado arregimentaram a família rural ou semirural do Brasil Colônia. Caracterizada como extensa, na família patriarcal coabitavam um grande número de

parentes e agregados no mesmo domicílio, a exemplo da esposa, filhos, bastardos, dos capelões, criados, todos sob a tutela do patriarca.

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado, nem nenhuma companhia de comércio, é, desde o século XVI, o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra os escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. (FREYRE, 1999, p. 18-19).

A grande diferença de idade entre os cônjuges era outra característica da aliança matrimonial. Logo cedo, as meninas de treze a quinze anos casavam com homens bem mais velhos, escolhidos sob o olhar conveniente dos pais. “Era o pai que, defendendo o grupo, determinava o grau de instrução, a profissão, as escolhas afetivas e sexuais de seus dependentes”. (COSTA, 2004, p. 95).

Assim, não sendo o amor pré-requisito para a realização do casamento, o dote das mulheres foi considerado uma das cláusulas importantes para a transação matrimonial. “A circulação de bens condicionava a circulação de mulheres e prescindia do amor para se efetuar”. (COSTA, 2004, p. 216).

Outro mecanismo de domínio do patriarcado era o controle da sexualidade feminina. Logo no início da colonização, a moral católica dos missionários jesuítas percorria os ambientes da Casa-grande, haja vista os intercursos de dois povos - o português e a mulher indígena - considerados pelos clérigos de “sexualidades exaltadas” que primeiro se encontravam na América.

Com uma distribuição extremamente rígida e hierárquica de papéis, a família patriarcal caracterizava-se, também, pelo controle da sexualidade feminina e regulamentação da procriação, para fins de herança e sucessão. A sexualidade masculina se exercia, no entanto, livremente, através das classes e de raças. Os casamentos eram realizados por conveniência, entre parentes ou membros de grupos econômicos que desejavam estabelecer alianças. Como a atração sexual ou outras razões de ordem afetiva estivessem alheias a esse contrato, considerava-se legítimo que os homens buscassem satisfação sexual e emocional fora da órbita legal do matrimônio, mantendo concubinas, com as quais tinham filhos ilegítimos. (BRUSCHINI, 1990, p. 61-62).

Para Cândido *apud* Bruschini (1990), as relações sexuais apresentadas como ilegítimas e geradoras de bastardia, configuravam uma situação de verdadeira

promiscuidade sexual que ocorria na periferia das famílias, longe do núcleo central considerado legal.

Destarte, o patriarcalismo na família colonial brasileira pautava-se no poder paterno naturalizado em práticas de mando e obediência, sendo este, outro fator de impedimento da privacidade familiar, uma vez que o afastamento emocional dos homens, de suas famílias, era uma realidade vivida à época.

Segundo Costa (2004),

ao lado do escravo, o outro elemento inibidor do convívio íntimo era o tipo de solidariedade familiar. A família colonial fundou sua coesão num sistema piramidal cujo topo era ocupado pelo homem, em sua polivalente função de pai, marido, chefe de empresa e comandante de tropa (...) O pai representava o princípio de unidade da propriedade, da moral, da autoridade, da hierarquia, enfim, de todos os valores que mantinham a tradição e o *status quo* da família. (COSTA, 2004, p. 95).

O sadismo do mando materializado na ação persistente do conquistador sobre o conquistado, do senhor sobre o escravo, parece ser o fato ligado naturalmente à circunstância econômica da formação patriarcal do Brasil, sobretudo, da mulher ser tantas vezes reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai e do marido. (FREYRE, 1994).

DaMatta (2006) refere-se às obras de Freyre, *Casa-grande e Senzala e Sobrados e Mocambos*, como estudos dos espaços mais significativos da estrutura social brasileira, uma vez que esses lugares desvendam códigos e perspectivas e, ainda, reproduzem as próprias divisões dessa sociedade.

Esses dois livros identificam-se ao retratar a casa como campo, como lugar onde, mais que uma morada, se irradia modelos de comportamentos, símbolos e relações sociais e todo um sistema de vida e de dominação. Assim, sob o viés gilbertiano, é na casa “grande” ou de sobrado que as polaridades irreconciliáveis do sistema se materializam, e são igualmente amaciadas, conciliadas e mediatizadas. (DAMATTA, 2006, p. 18).

A casa-grande, como diz Freyre (1999), era considerada a expressão maior do sistema imperialista português. Do alto desse tipo de habitação foram constituídos os pontos de apoio da organização nacional, onde convergiam toda a vida econômica, social e política da região.

A casa-grande completada pela senzala representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro) de boi, o bangüê, a rede, (o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo poligâmico); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos. (FREYRE, 1999, iii).

No entanto, a partir de 1970, com o surgimento de novas pesquisas sobre o assunto, essas obras passaram por uma revisão crítica. Autores como Mariza Corrêa (1982) e Eni Samara (1987) questionaram, sobretudo, a representatividade da família patriarcal como modelo homogêneo de família exposta na obra de Gilberto Freyre.

As críticas que Corrêa (1982) assevera sobre a produção teórica de Gilberto Freyre e de Antonio Candido¹⁴ acerca da história da família referem-se à ênfase que ambos concedem à família patriarcal. Essas análises julgavam que a evidência desse tipo de família parecia substituir as demais formas de organização familiar na sociedade brasileira.

Segundo a autora, essa visão dominante tenta acomodar a realidade móvel e flexível, numa visão estreita e dualista do período colonial, a exemplo da casa-grande e da senzala, do senhor e do escravo.

A ‘família patriarca’ pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira. (CORRÊA, 1982, p. 25).

¹⁴ A autora fala especificamente das obras *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre e do artigo *The brasilian family* (1951) de Antônio Candido.

Samara (1987) compartilha com as observações de Corrêa (1982) acerca da invisibilidade de outras formas de família que coexistam com o modelo dominante da família patriarcal extensa. Observa, inclusive, os denominados casos ilegítimos de família, que não poderiam ser ignorados haja vista que estavam presentes no modo de vida da população, como a bastardia, os concubinatos e as uniões esporádicas.

Esse modelo genérico de estrutura familiar, comumente denominado patriarcal, serviu de base para caracterizar a família brasileira como um todo, esquecidas as variações que ocorrem na organização da família em função do tempo, do espaço e dos diferentes grupos sociais. (SAMARA, 1987, p. 30).

Destaca, ainda, exemplos de composições familiares existentes no Sul do País, sobretudo, em São Paulo, nos séculos XVIII e XIX, formadas por núcleos mais simplificados e com um menor número de membros. Estas últimas, porém, diferenciam do modelo descrito por Freyre na região de lavoura canavieira do Nordeste.

Em referência a esse diálogo entre os autores, acredita-se que foi pertinente a ênfase estabelecida por Freyre (1999) em relação ao modelo dominante de família patriarcal, uma vez muitas de suas características ainda predominam em muitos lares brasileiros. Sabe-se também que o autor afirmou que essa organização doméstica, engendrou outras manifestações familiares não-patriarcais.

Em ligação com o assunto, devemos recordar que o familismo no Brasil compreendeu não só o patriarcado dominante – e formalmente ortodoxo, do ponto de vista católico-romano – como outras formas de família: patriarcais, semipatriarcais e mesmo antipatriarcais. (FREYRE, 1999, p. 65).

DaMatta (1982) remete-se às interpretações de Freyre e Cândido como fontes que se referem a uma modalidade dominante de estrutura doméstica. Para o autor, esses estudiosos reconhecem uma diversidade de modelos de família, como forma de buscar entender a natureza das relações sociais. No entanto, visibilizam a família patriarcal como um valor e uma forma ideológica básica da sociedade brasileira.

Não se pode negar que essa “família patriarcal” exercia sua dominância e possuía uma visibilidade social iniludível, dado o seu poder e a capacidade

dos seus membros de exercerem o controle dos recursos de poder da sociedade. Note-se, ainda, que em seu espaço – na sua casa (que incluía a “casa-grande” e a “senzala”) – cabiam todas as formas de organização doméstica, vistas hoje como opostas à do grupo dominante. (DAMATTA,1982, p. 129).

Com DaMatta (1982), compartilha-se da afirmação de que, no Brasil, tanto há uma heterogeneidade de arranjos familiares que convive entre si como existem formas variadas de comportamentos desempenhados pelas mulheres. Entretanto, entende-se que, apesar da coexistência dessas diversas configurações, o modelo patriarcal de dominação masculina exerceu forte influência na sociedade brasileira à época colonial.

Ainda hoje, embora com menos ênfase dada às transformações evidenciadas nas relações de gênero, percebem-se manifestações materiais e subjetivas do poder patriarcal, no interior das mais diversas composições familiares, a exemplo dos altos índices de permanência de violência doméstica contra as mulheres, desigual divisão sexual do trabalho, dentre outros. Desse modo, embora materialmente a família patriarcal esteja cada vez mais desaparecendo, seus efeitos encontram-se duráveis nas formas de pensar e agir de muitos dos sujeitos socializados.

2.3 A Centralidade da “mãe de família”

A valorização social da maternidade tem sido um dos fenômenos que, historicamente, tem garantido a naturalização dos papéis desempenhados pelas mulheres, na sociedade. As mudanças na condição feminina, no interior das famílias, não foram suficientes para deslocar o lugar das mulheres como as principais responsáveis pela educação dos filhos, sendo esta a prerrogativa da considerada “boa mãe”.

A pesquisa realizada por Araújo e Scalon (2005), *Gênero, trabalho e família*¹⁵, aponta que, embora haja posições mais abertas e menos tradicionais para

¹⁵ A Pesquisa “Gênero, trabalho e família” foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Esse programa de pesquisa consistiu na realização de um *survey* nacional de atitude e opinião que contemplou vários aspectos das relações de gênero no âmbito da família. A coleta de dados foi realizada em novembro de 2003, em uma amostra de

o envolvimento feminino com a vida profissional, essas posições não parecem implicar ou vir acompanhadas de redefinições do papel maternal e da centralidade da maternidade na vida doméstica. Assim, 65,6% das entrevistadas acham que a melhor situação para uma criança de até dois anos é ficar em casa, com a mãe.

As falas abaixo ressaltam a responsabilidade assumida e reafirmada pelas mulheres, de cuidado para com seus filhos. No relato inicial, a entrevistada se expressa na primeira pessoa e com tom de orgulho, discorrendo os ensinamentos que passou a seus filhos, sendo estes uma herança de sua mãe. Na segunda fala, a entrevistada faz a distinção entre ter um filho, ou seja, a função biológica de parir, e cumprir o papel social destinado às mães. Expressa, ainda, o lugar que as avós vêm assumindo no cuidado com os netos.

Eu acho que meus filhos são umas pessoa assim bom pra mim; eles são umas pessoa muita esforçada. **Eu sempre ensinei a eles a respeitar as pessoas, no colégio... a respeitar a professora e sempre ensino os meus filhos diversas coisas que eu aprendi com a minha mãe.** (Pérola, grifos meus).

Têm as 'mãe' mesmo e tem as parideira. As parideira é aquelas que jogam os meninos fora e joga aí nas 'costas' da mãe, ou pega e já dá". (Safira)

No entanto, assim como a autoridade masculina, a “devoção” materna foi algo construído, socialmente, ao longo da história da humanidade. O controle da sexualidade feminina, vinculado ao casamento heterossexual e para fins de procriação depositou, nas mulheres, um destino imperativo de ser mãe, como condição quase que natural de realização plena.

De acordo com Foucault (2007), a partir do século XVII, quatro dispositivos específicos de saber e poder foram desenvolvidos em torno do sexo: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do poder perverso.

A exaltação do amor materno desenvolve-se, segundo Badinter (1985), no último terço do século XVIII. A transformação da imagem de mãe, seu papel e

domicílios de 2 mil indivíduos maiores de 18 anos, controlados por setor censitário urbano e rural, com cotas de sexo, idade, escolaridade e região. Abrangeu 195 municípios de 24 estados brasileiros. Ressalta-se que essa pesquisa culminou na publicação do livro “Gênero, família e trabalho no Brasil”, organizado por Araújo e Scalón (2005).

sua importância modificaram-se, operando uma espécie de revolução nas mentalidades, embora os comportamentos tardem um pouco a se alterar.

Igualmente nova é a associação das duas palavras, “amor” e “materno”, que significa não só a promoção do sentimento, como também a da mulher enquanto mãe. Deslocando-se insensivelmente da autoridade para o amor, o foco ideológico ilumina cada vez mais a mãe em detrimento do pai, que entrará progressivamente na obscuridade. (BADINTER, 1985, p. 146).

A mulher é chamada a desempenhar o papel de boa mãe, através do desenvolvimento de cuidados e da atenção para com os seus filhos. Um dos discursos operados pelo pensamento social da época era de que o cuidado para com as crianças, realizado pelas serviçais, poderia ocasionar doenças e mortalidade infantil que, por sinal, era alta nos séculos XVII e XVIII.

De acordo com Donzelot (2001), o tema de conservação das crianças surgiu em meados do século XVIII. Passa-se a colocar em questão, pelos médicos, administradores e chefes de polícia, os costumes educativos daquele século, visando três alvos privilegiados: a prática de hospícios de menores abandonados, a criação dos filhos por amas-de-leite e a educação “artificial” das crianças ricas.

Dentre as mudanças ocorridas no comportamento materno, destacam-se: a vontade das próprias mães de aleitarem seus filhos; o abandono tradicional da faixa¹⁶ que aprisionava os bebês, deixando seus corpos em liberdade; a boa higiene e limpeza dos bebês; e, ainda, a vigilância na educação dos filhos.

Salienta-se, ainda, que as práticas de dedicação maternal aos filhos foram, inicialmente, absorvidas pelas mulheres burguesas. O poder da maternidade foi algo significativo no universo das famílias. Sob fontes idealizadoras de um comportamento aprovável socialmente e tido como destino feminino, as mulheres passaram a ser consideradas as “rainhas do lar”.

A moralização do sacrifício do amor materno delegava às mulheres a autoridade e a nobreza do exercício das tarefas. Essa função, socialmente

¹⁶ A moda tradicional da faixa, ao mesmo tempo em que aprisionava os bebês, possibilitava que as mães realizassem seus afazeres mais comodamente. A libertação da faixa fez com que as mães pudessem agarrar, brincar, tocar e conhecer a criança. (BADINTER, 1985).

construída, foi naturalizada a tal ponto que, não ter as “aptidões” para desenvolvê-la seria objeto de culpa das próprias mulheres que não tinham filhos e, ainda, fonte de julgamento social.

Segundo Badinter (1985), sob os discursos autorizados, a exemplo de Rousseau¹⁷ e das teorias psicanalíticas de Freud, as mulheres que não tinham filhos eram consideradas anormais. Mesmo que sob outras bases, ainda hoje, percebe-se que essa ideologia ainda encontra ecos na sociedade.

As mulheres mais realizadas em sua condição de mãe aceitaram com alegria carregar esse terrível fardo. Mas as outras, mais numerosas do que se podia supor, não puderam, sem angústia e culpa distanciar-se do novo papel que lhes queriam impor. A razão é simples: tomara-se o cuidado de definir a “natureza feminina” de tal modo que ela implicasse todas as características da boa mãe. Assim fazem Rousseau e Freud, que elaboraram ambos uma imagem da mulher singularmente semelhante, com 150 anos a separá-los: sublinham o senso da dedicação e do sacrifício que caracteriza, segundo eles, a mulher “normal”. (BADINTER, 1985, p. 238).

Entretanto, o sacrifício da maternidade não foi estendido de forma automática e igualitária a todas as mulheres. Como dito anteriormente, a nova mãe pertencia à classe média e, formas alternativas de comportamento feminino, sobretudo, dada a posição social, conviviam com o modelo hegemônico. Tanto as mulheres mais pobres como as mais ricas foram as que mais resistiram a incorporar o papel da boa mãe.

Até o século XIX, mesmo que em reduzido número na sociedade francesa, as mulheres de posse, pertencentes à aristocracia, recusavam-se a desenvolver os devotamentos maternos, uma vez que tinham outras ambições, intelectuais e profissionais. Essas mulheres delegavam, então, suas funções de mãe às amas-de-leite instaladas no próprio domicílio.

No pólo oposto, as últimas mulheres a serem atingidas por essa nova forma de comportamento foram aquelas das camadas populares, uma vez que suas

¹⁷ Badinter (1985) remete-se a Rousseau, em sua obra denominada *Émile*. Esse escrito era um verdadeiro tratado pedagógico de como deve se comportar uma “verdadeira” mulher. Idealizada sob o olhar do filósofo, a personagem feminina denominada Sophie deveria cumprir com sua obrigação de boa esposa e mãe, uma vez que, para o autor, isso fazia parte tanto da natureza feminina, como da boa educação da mulher. Émile sendo o esposo de Sophie tinha características superiores, típica dos homens e uma inteligência abstrata face à inferioridade e submissão de Sophie.

precárias condições materiais faziam dos filhos um problema em suas vidas. O abandono das crianças, que aumentara muito na segunda metade do século XVIII, cresce ainda mais na primeira metade do século XIX. Acredita-se que o sistema de “roda”¹⁸, nos asilos, e as consequências da industrialização e do crescimento urbano tenham contribuído para isso. (BADINTER, 1985).

De modo geral, a exaltação da maternidade construída, a partir dos séculos XVIII em paralelo com a obrigação do amor conjugal, contribuiu para que a família, típica das camadas médias, passasse a ser o núcleo de revelação da intimidade e de aprofundamento dos afetos entre seus membros. Para que tais cuidados tornassem normas quase naturalizadas, foi necessário um árduo trabalho de normatização das condutas, pelos técnicos da medicina e do social.

Roudinesco (2003) remete-se à ordem familiar econômico burguesa, do final do século XIX, e destaca três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres e a dependência dos filhos.

Assim, ao se outorgar à mãe e à maternidade um lugar considerável, proporciona-se meios de controlar aquilo que, no imaginário da sociedade, corre o risco de desembocar em uma perigosa irrupção do feminino, isto é, na força de uma sexualidade julgada tanto mais selvagem ou devastadora na medida em que não estaria mais colada à função materna. A mulher deve, acima de tudo, ser mãe, a fim de que o corpo social esteja em condição de resistir à tirania de um gozo feminino capaz, pensa-se, de eliminar a diferença dos sexos. (ROUDINESCO, 2003, p. 38).

Desse modo, sob novos pactos entre a conduta machista dos homens e as normas médicas, sociais e políticas, as mulheres tinham seus destinos determinados. Aquelas que não se adequassem a esses dispositivos eram consideradas figuras estereotipadas, com comportamentos sexuais descontrolados. As denominadas mundanas ou prostitutas são exemplos desses desvios. O nervosismo passou a ser um dos alvos da ação dos médicos em nome da normatização do comportamento histórico feminino.

¹⁸ A roda, trata-se de “um cilindro cuja superfície lateral é aberta em um dos lados e que gira em torno do eixo da altura. O lado fechado fica voltado para a rua. Uma campainha exterior é colocada nas proximidades. Se uma mulher deseja expor um recém-nascido, ela avisa a pessoa de plantão acionando a campainha. Imediatamente, o cilindro, girando em torno de si mesmo, apresenta para fora o seu lado aberto, recebe o recém-nascido e, continuando o movimento, leva-o para o interior do hospício. Dessa forma, o doador não é visto por nenhum servente da casa”. (DONZELOT, 2001, p. 30).

A transição de um modelo tradicional de maternidade, no qual a mulher era definida exclusivamente como mãe e cuidadora da prole, para um modelo moderno de maternidade, em que as mulheres poderiam optar por menos filhos e planejar a gravidez, deu-se com o avanço da industrialização e da urbanização, no decorrer do século XX.

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho também trouxe impactos nos padrões de maternidade, muito embora as mulheres ainda estejam ocupando empregos mais precários e acumulando inúmeras tarefas. A dupla responsabilidade entre o trabalho fora do lar e o exercício da maternidade ocasionou mudanças nos valores e no tempo de dedicação das mulheres à sua prole.

Nesse sentido, a possibilidade de escolha da maternidade está ligada às conquistas tecnológicas no campo da contracepção medicalizada moderna, com a difusão da pílula anticoncepcional, a partir dos anos 1960. Essas mudanças influenciaram na sexualidade feminina, uma vez que separou o exercício da sexualidade da reprodução.

Na década de 1980, as novas tecnologias de concepção, a exemplo das inseminações artificiais e da fertilização *in vitro*, dissociaram a gravidez da relação sexual. A desvinculação do sexo da função de reprodução foi uma das grandes mudanças que possibilitou uma vivência mais prazerosa das relações entre os casais, uma vez que a escolha do cônjuge passa também pelo crivo da satisfação sexual feminina.

Segundo Scavone (2001), a teoria feminista contribuiu para verbalizar a tomada de consciência das mulheres acerca das implicações sociais e políticas da maternidade. Para ela, o feminismo libertário, que influenciou a politização das relações da vida privada, colocou em destaque, nos anos de 1970, a discussão do significado da maternidade.

Um outro debate contemporâneo que vincula-se a essa escolha reflexiva das mulheres em torno da maternidade é a paternidade compartilhada, ou seja, o

modelo tradicional de pai ausente vai sendo substituído por uma maior participação paterna na vida dos filhos.

É possível observar, em relação à família e à experiência da maternidade, que estamos vivendo um período de transição para a consolidação de um novo modelo de maternidade, o qual tem como ideal a busca pela equidade na responsabilidade parental e cuja efetivação ainda está longe de ser alcançada em todos os seus aspectos, já que ela pressupõe uma relação igualitária entre os sexos. Para alcançar esta equidade muitos elementos estão em jogo e, entre eles, a emergência de uma nova sensibilidade social que derrube o ideário do determinismo biológico. (SCAVONE, 2001, p. 57).

No entanto, arrisca-se dizer, considerando as vivências ao longo desta pesquisa empírica, que essa realidade de equidade na responsabilidade parental, ainda não é tão comum nas famílias pobres. O elevado número de famílias chefiadas por mulheres faz com que o cuidado pelos filhos destine-se quase exclusivamente a elas ou às demais mulheres do seu grupo familiar. Mesmo nas famílias nucleares, essa realidade foi algo bem observado.

Nesse momento, resgata-se o lugar que as mulheres-avós têm representado na vida das famílias pobres, seja de cuidado para com os netos, seja até mesmo de garantir o sustento financeiro da família. A aposentadoria, sendo, em muitos casos a única possibilidade de renda fixa das famílias faz com que as mulheres avós assumam o papel de chefe de família nas famílias monoparentais ou auxiliem financeiramente a família de seus filhos. Ser avó também é visto como algo que garante satisfação às mulheres, sobretudo, às entrevistadas que, na condição de avó, criam alguns de seus netos.

Pra mim, ser mãe é muito bom... ser mãe é ótimo... pra mim ser mãe, além de eu receber o fruto na minha barriga, eu acho que é assim uma coisa muita importante, é uma graça que Deus dá às mulheres. [Quando perguntado sobre o fato de ser avó...] Melhor ainda. É ser uma mãe pela segunda vez, porque a Maria¹⁹ pra mim é a alegria que tava faltando um pouquinho ainda, foi o nascimento da Maria." (Safira, mãe e avó)

Ser mãe é tá ali em todos os momentos,...Essa é a resposta mais criteriosa que eu tenho... ser avó é muito sublime, porque eu não tenho nem palavras. Gosto [ser avó...], eu sou muito agradecida a Deus, por tudo. Essas duas coisas que eu fiz, ser mãe e avó..." (Cristal, mãe e avó)

Ser mãe, eu acho, é um ser muito importante, porque você vai botar no mundo uma vida. É, eu me dou muito bem com elas [referindo-se às filhas]. Uma [das filhas] tem três [filhos] e a outra [filha] tem dois [filhos]. Ta na

¹⁹ Nome fictício.

véspera dos dois... [“ao falar de uma de suas filhas que está perto de ter filho]” (Ametista, mãe e avó)

Nas falas abaixo, reitera-se a representação da maternidade pelas mulheres como um destino na identidade feminina, algo sacralizado. Revela-se a satisfação da maioria das entrevistadas com exercício da maternidade, nas responsabilidades assumidas para com a prole. Isso se configura com um valor moral para elas e uma garantia de aprovação social.

Mãe é muito bom, é muito importante a pessoa ser mãe porque, dizem os mais velhos, que a árvore que não tem fruto, não presta. (Rubi, mãe).

Ser mãe é tudo, é a maravilha. Eu tenho minhas filhas, eu faço de tudo, tudo pelas minhas filhas; eu dou amor, eu dou carinho, eu brinco, eu passeio com elas, eu saio com elas... eu saio muito; eu gosto muito de brincar com as minhas filhas. (Marcacita, mãe).

Ser mãe é maravilhoso. Tudo que eu sou hoje, eu agradeço a Deus por ter me dado esses três filhos. Tem momentos que a gente entra em estresse, no dia-a-dia, mas eu agradeço muito a Deus por Ele ter me dado esses três filhos, porque tudo que eu vou fazer, eu tenho que pensar neles três; se eu não pensar neles três, quem vai pensar é eles três; então, já tem coisas que tem que fazer pensando no que vai dá o futuro deles... porque vai ter o futuro deles. (Esmeralda, mãe).

Outro fato que, inclusive, será discutido posteriormente refere-se aos investimentos que os Programas Governamentais têm feito em torno da responsabilidade feminina com a maternidade. As mulheres mães tem sido alvo de investidas. “A maternidade vem sendo construída por diversos discursos, entre eles os que são dirigidos especificamente às famílias e às mulheres-mães, através de programas governamentais e outras instâncias sociais”. (KLEIN, 2005, p. 31).

No entanto, mesmo que a maioria dos discursos das entrevistadas reafirme a valorização quase natural da maternidade em suas vidas, ressalta-se uma das exceções às falas relatadas sobre o significado de ser mãe.

É, às vezes, eu digo que se eu fosse solteira e não tivesse filho, eu não queria ser mãe. Porque é um papel muito difícil. Do jeito que tá as coisa, hoje em dia, minha filha... E, em termo, também ,de responsabilidade por o filho... você não pode tá com seu filho todo tempo debaixo da sua saia. Um dia, ele vai crescer, um dia ele vai sair sem você, e aí é que tá o perigo... o perigo nas amizades. Bom, na minha relação com meus filhos eu não tenho o que dizer; dessa parte aí, eu não tenho o que dizer deles”. (Pérola, grifos meus)

Diante do exposto, percebe-se que o ser mulher-mãe, na sociedade contemporânea, é algo povoado de ambivalências, em face das transformações na vida das mulheres e das famílias. A ocupação dos espaços públicos pelas mulheres, sobretudo, do mercado de trabalho e a conciliação dessa esfera com as “obrigações” da maternidade desencadeiam uma tensão ainda insolúvel. No entanto, é importante destacar que ser mãe ainda configura-se como um construto social de valorização feminina, sobretudo, quando estas desempenham a maternidade de acordo com regras e convenções sociais, sejam de permanências ou de mudanças.

2.4 As Transformações da família na contemporaneidade

A partir da segunda metade do século XX, a família ocidental começa a passar por várias redefinições. Essas transformações contemporâneas não devem ser decodificadas como “crise ou desestruturação da família”, mas implicam em novos sentimentos e vivências familiares decorrentes de inúmeros fatores, dentre eles, destacam-se as mudanças nas relações de gênero e suas repercussões na estrutura e composição do núcleo doméstico.

Dentre as modificações ocorridas na família, principalmente na segunda metade do século XX, descrevem-se: crescimento das uniões estáveis; ampliação do número de separações e divórcios; aumento das famílias monoparentais e recompostas; diminuição dos índices de fecundidade, principalmente após a difusão dos métodos contraceptivos; aumento do número de famílias compostas por casais homossexuais e de casais sem filhos.

Singly, Peixoto e Cichelli (2000), ao falarem das famílias contemporâneas na França e nos países ocidentais, ressaltam as consequências do processo de individualização sobre os próprios membros das famílias em relação aos seus grupos de pertencimento e separam, esquematicamente, a família, em dois períodos: O primeiro momento, denominado o da “família moderna 1”, corresponde desde o início do século XX até os anos 1960, cujas características pautam-se na lógica do grupo centrado no amor e na afeição. Nessa perspectiva, o foco gira em torno da instituição casamento e das relações interpessoais, sobretudo, no cuidado dos adultos para com as crianças, estando os membros a serviço do conjunto. Já a

denominada “família moderna 2”, apesar de preservar características da primeira, tem algumas peculiaridades, a exemplo do processo de individualização. Nela, o foco passa a ser os indivíduos, sendo exigida uma relação de maior atenção para com os filhos. A lógica do amor como condição de conjugalidade se impõe com mais força entre os casais.

Peixoto *apud* Singly (2000), no prefácio à obra “*Sociologia da família contemporânea*”, ressalta o conteúdo que o autor francês atribui às relações entre os indivíduos no interior da família moderna.

O individualismo não é aqui percebido negativamente, mas como uma forma contemporânea de criar laços sociais, que não mais se restringem aos papéis e lugares anteriormente definidos pela família. Ou seja, a família muda de estatuto ao se tornar em espaço relacional mais do que uma instituição. Desse modo, as pesquisas nesse campo passam a privilegiar análise dos comportamentos dos indivíduos, e não mais da família, considerando que eles são fundamentais para entender as novas estruturas familiares e suas manifestações nas sociedades marcadas pela valorização da autonomia individual. (PEIXOTO *apud* SINGLY; PEIXOTO; CICHELLI, 2000, p. 17).

Partindo dessa tendência, as relações intrafamiliares passam a ser tidas como “saudáveis”, a partir do momento que também realizam as satisfações individuais de cada um dos seus membros. Ser feliz em família, portanto, passa, impreterivelmente, pelo resguardo da individualidade de cada uma das pessoas que a compõe.

Entretanto, esse processo de personalização nos membros da família acarreta uma maior instabilidade do vínculo familiar. Singly, Peixoto e Cichelli (2000), ao designarem a família contemporânea pelo termo “relacional e individualista”, ressaltam a tensão que assola os dois pólos nos quais se constroem e desfazem essas famílias.

Com pólo de individualização, o exercício pleno da sexualidade adquire uma importância central nas relações entre os cônjuges. Além da possibilidade de escolha, advinda principalmente da separação entre sexo e procriação, homens e mulheres buscam o prazer sexual como base para o bem-estar de ambos e para a realização de uma união saudável.

Bózon (2004) ressalta a diversificação e individualização de trajetórias conjugais e afetivas típicas do momento atual, sendo que isso vem atrelado ao declínio da regulamentação sexual, por meio da flexibilização das normas absolutas. O autor revela, assim, que a reciprocidade entre parceiros assumiu uma grande importância na sexualidade conjugal, entretanto, essa assertiva funciona articulada com o valor da autonomia individual, constituindo-se numa injunção dupla. (BÓZON, 2004)

Todas essas características atuais da família contemporânea sofreram influências das mutações ocorridas na sociedade em torno de novas formas de comportamentos. É válido lembrar o espírito libertário e questionador da racionalidade ocidental que perpassou os anos 1960. O movimento denominado contracultura, nos Estados Unidos, e a radicalização do movimento estudantil, sintetizadas pelo Maio de 1968, na França, foram experiências que potencializaram novas formas de pensar e vivenciar a sexualidade pela juventude da época.

Nos dias atuais, homens e mulheres vivem uma interação frenética em busca de prazeres repentinos, movidos por relações instantâneas, cujo desejo é passageiro e deve ter satisfação rápida. As relações virtuais parecem ser feita sob medida para a fluidez do tempo presente. Os relacionamentos tornam-se influenciados pela exacerbação do consumo que favorece o uso imediato e descartável dos produtos. Concomitante a isso, sintomas de ansiedade e de insegurança assolam a vida dos humanos, cada vez mais vulneráveis à rapidez do tempo presente.

Ao falar sobre o líquido cenário do mundo moderno, Baumann (2004) ressalta a fragilidade dos vínculos humanos, cujo sentimento de insegurança tem inspirado desejos conflitantes entre permanecer juntos ou viver separados. O autor remete-se também à nova fragilidade das estruturas familiares, em que a vida de muitas famílias pode, inclusive, ser mais curta que a dos seus membros.

“Formar uma família” é como pular de cabeça em águas inexploradas e de profundidade insondável. Cancelar ou adiar outras sedutoras alegrias consumistas de uma atração ainda não experimentada desconhecida e

imprevisível – em si mesmo um sacrifício assustador que se choca fortemente com os hábitos do consumidor prudente – não é a única consequência provável. (BAUMMAN, 2004, p. 60).

Nessa lógica, o processo de individualização da sociedade contemporânea favorece movimentos de dessacralização da família. A estrutura e a dinâmica interna familiar passaram por mudanças. O casamento diminui, cada vez mais, sua força simbólica e os laços de parentesco não fundamentalmente devem estar vinculados a fatores biológicos. Assim, a consanguinidade não mais determina as relações entre os membros no interior do núcleo doméstico. As recomposições das famílias permitem que os irmãos, de laços carnis ou não, frutos de novas uniões conjugais entre seus pais, construam novos códigos de solidariedade.

Denominada pela psicanalista Maria Rita Kehl (2003), de *família tentacular*, essas novas expressões de vínculos abrem o núcleo original para relações mais horizontais, sobretudo, entre irmãos, sejam consanguíneos ou não.

Com frequência, nas famílias que se desfazem e refazem ao longo da vida das crianças, os irmãos constituem referências sólidas para as identificações horizontais; alianças de afeto e cumplicidade entre irmãos são mais estáveis do que os laços com os adultos. (KEHL, 2003, p. 171).

Nesta pesquisa, as famílias recompostas aparecem como um fenômeno significativo durante o trabalho de campo, conforme dito anteriormente. Em alguns momentos, surgiram dificuldades na assimilação da composição familiar das entrevistadas, sobretudo, no tocante à identificação da paternidade dos filhos. Das mulheres entrevistadas, três têm filhos de pais diferentes. Em um dos casos, os pais dos seus filhos de nossa entrevistada não foram, necessariamente, maridos dela e, ainda, o seu atual companheiro, apesar de não ser pai de nenhum dos seus filhos, em alguns momentos, exerce com eles, a paternidade.

Eu tive são três [filhos], mas, no geral assim, são quatro, porque a minha primeira filha é adotada. A menina mais velha e o menino são filhos de um pai só... Aí, tem a outra que é de outro pai... que foi uma pessoa que apareceu e a gente teve “uma coisa”... não foi coisa de marido não; era um tempo que eu era jovem, gostava de brincar, de curtir... quando rolava... aí, foi gerada essa mais nova [filha]. Mas, o **meu companheiro, o que me ajudou a criar os filhos [que não é pai deles], foi o pai que eles não tiveram.** (Safira, grifos meus).

O relato de Safira remete ao debate elencado por Simmel (1993) acerca das relações primitivas de casamento. O autor acredita que o núcleo fixo em torno do qual a família cresceu, apresentou-se na relação entre mãe e filho, e não na relação entre homem e mulher. O filho, assim, pertence à mãe e, ao pai na medida em que sua mãe a ele pertence.

Desse modo, não importa a identidade do verdadeiro pai da criança, uma vez que, a “posse” da mãe por um homem, faz com que o filho dela se torne filho dele. Isso é devidamente discorrido na fala de Safira, quando diz que seu último companheiro, com o qual não teve nenhum filho, exerceu a função paterna com uma qualidade maior do que a dos pais biológicos de seus filhos.

As mudanças referentes à conjugalidade têm sido percebidas nos relatos das entrevistadas, sobretudo, no que se refere à perda progressiva do casamento como arranjo institucional e eterno na sociedade contemporânea, à medida que seus matrimônios e/ou uniões foram desfeitas, porém, em alguns casos, refeitas com novos pares. Nesse contexto, enfatiza-se a diferença que as mulheres fazem entre o casamento oficial e o “viver junto”. Muitas vezes, quando lhes era perguntado se elas eram casadas, elas respondiam que eram “juntas”.

Eu acho que hoje em dia, pra se casar, precisa assim uma coisa muito sincera, muito sincera mesmo, tanto da parte do homem como da parte da mulher. Porque, hoje em dia, os casamentos, nos pobre não, mas, nos ricos, é só por interesse; é só mesmo pelo interesse de crescer e crescer e crescer. Aí, você casa hoje, amanhã você já vai pra fora e já se separa; **Assim, eu acho que morar junto, tem gente que leva mais a sério do que mesmo o casamento.** (Pérola, grifos meus).

Eu fui casada, tive meu primeiro marido... eu tive uma relação de uns cinco anos. **Convivência mesmo, eu tive só com o primeiro e com o último; os outros foi só, assim num linguajar... foi só um flash, um encontro de sexo, essas coisas...** (Safira, grifos meus).

Ah meu Deus... **casamento é bom e, ao mesmo tempo, ruim**, porque tem algumas dificuldades... porque a gente tem que ‘querer bem’ [gostar] mesmo pra poder conviver com homem... sinceramente, tem cada homem, que Ave Maria... realmente não vale a pena. (Marcacita, grifos meus).

Acho o casamento quando dá certo vale a pena, né? Deu não, deu não... eu vi que não dava certo, aí deixei. Mas depois que a gente se separou foi que ele morreu. Porque ele bebia muito e quando ele bebia, era daquelas pessoas que ninguém suportava. (Cristal, grifos meus)

Deus me defenda... quero não [casar]. Quero viver com toda pobreza minha, com toda necessidade minha, mas eu prefiro só. Não tem o

ditado “antes só que mal acompanhado”? Isso mesmo. Antes só do que mal acompanhado. Não é que ele era ruim pra mim; ele não me agredia com ‘peia’, mas me agredia com palavra; era só isso. Aí eu não quero mais... (Ametista, grifos meus).

Eu vejo que muita mulher, hoje em dia ainda, que tem medo do marido, tem medo duma separação, tem medo de ficar só porque depende do marido pra comer, pra se vestir, pra se calçar; eu acho que ainda tem muito essa dependência na parte da mulher. **Se ele for embora hoje, amanhã a minha vida vai ser mais melhor ainda de que com ele. Eu não tenho medo de viver no mundo, porque eu não tenho medo de trabalho seja ele qual for.** Apesar de eu não ter condições de trabalhar, mas eu não tenho medo de enfrentar a vida no trabalho. (Pérola, grifos meus).

Entende-se como necessário destacar, em seguida, a fala de Rubi, mulher chefe de família que mora com seus dois filhos. Este relato é emblemático, quando se trata das transformações dos valores no tocante à constituição e indissolubilidade do casamento. Rubi nunca casou e nem quer casar.

Ele morava na casa dele, eu tinha minha mãe, e a gente nunca falou de ficar junto numa casa. Eu nunca casei, mas eu também num tenho vontade de casar, não. Eu num quero; é muita responsabilidade. Num gosto não. Eu acho que a mulher tem que ter vontade de ficar com a pessoa, mas imagine a pessoa ficar com outra sem ter vontade, nem prazer de ficar. (Rubi)

Concomitante a isso, percebe-se um sentido subjetivo do casamento, através da centralidade do afeto e do respeito como características importantes da vida conjugal. Três questões importantes aparecem nos discursos abaixo: a relação tradicional do casamento como elemento relacionado ao desejo das mulheres, a naturalização da traição masculina e a importância de sentimentos de companheirismo como algo importante na vida a dois.

Muito importante, porque é aliança né? É uma aliança com Deus. E a gente deve casar... Eu acho que **pra mulher é um sonho. Elas dizem que não quer, mas é um sonho.** Olha tem um livro, foi minha colega quem emprestou... o título é ‘a mulher faz amor e o homem faz sexo’, tu acredita? É impressionante; a mulher faz o homem e o homem faz a mulher... então, naquela ocasião “vamos fazer sexo”, eu já digo “vamos fazer amor”, porque se faz sexo quando é pago, né? Sexo é quando é uma coisa paga... A mesma coisa que sempre eu achei, muito importante, só que as pessoas tão desvalorizando, acham que “ah, eu num vou casar não porque depois vou ter que me divorciar, não sei o quê”... **Eu acho assim: o casamento, pra ele ser duradouro, tem que obter o respeito de ambas as partes.** É importante, quando haja o respeito, porque o casamento que não tem respeito e há só a parte de desconfiança, não tem importância porque vai tanto ser estressante para um lado quanto pro outro (...) Eu ainda acredito que exista ainda pessoas que realmente tem estrutura de elevar um casamento até mais tempo. Mas eu volto a repetir: se houver o respeito... e além do respeito como pessoa, cada um respeitar o espaço do outro... sem

ter aquela desconfiança... porque se houver a desconfiança, aí começa o transtorno; mas, se você der credibilidade a um e a outro... claro que a gente não pode dizer que tudo pode ser perfeito, porque existe um longo caminho a correr... às vezes, **o fato de o casamento não ser estruturado, é alguma coisa que acontece e a pessoa, vamos supor - o homem -, é fundamental ele gosta de fazer as “traição” dele... Desde que seja distante: que o que os olhos não vê o coração não sente.** (Esmeralda, grifos meus).

O casamento, eu vejo, hoje, que é a união, a compreensão, esse é que... A senhora acha que existe no casamento de hoje isso? Existe. Tem casamento, não é todos, mas tem muitos casamentos que hoje existe a união, a compreensão... (Ametista, grifos meus).

Diante do exposto, percebe-se um cenário de contradições em que as mudanças estruturais, subjetivas e simbólicas, em torno da família e de todas as questões que esta traz, expressam sinais de avanços e de permanências. Valores conservadores e modernos convivem ora de forma tensa, ora de modo consensual. Um exemplo emblemático desse tipo de questão refere-se aos discursos das próprias mulheres acerca da sexualidade.

Nesse movimento de idas e vindas, ainda há resquícios e defesas de uma moralidade sexual que caracteriza as mudanças atuais como símbolos de perversão à ordem social. Essa moralidade é desenvolvida pelos vários mecanismos normativos que impõem interditos a tudo o que não condiz com as condutas denominadas corretas.

Nas falas das entrevistadas, todos os sentimentos de afeto, respeito e união que estas desenvolvem sobre família parecem conter o erotismo e fazer com que as vivências afetivas no interior das relações conjugais pautem-se, ainda, em formas de amor disciplinado, típico dos tempos modernos.

Giddens (1993) ressalta que o domínio do corpo e do prazer, especialmente, das mulheres e das crianças – descobertas como também sexualmente ativas, bem como, as práticas homoeróticas, eram foco do discurso médico ascendente, na época moderna. “A sexualidade emergiu como uma fonte de preocupação, necessitando de soluções; as mulheres que almejavam prazer sexual eram definitivamente anormais”. (GIDDENS, 1993, p. 33).

Falar sobre sexualidade não era algo muito fácil para as mulheres entrevistadas. Seus relatos sobre esse assunto foram pouco expressivos, carregados de poucas palavras ou monossílabos simples. Percebe-se com isso, a força com que ainda reverberam os discursos e saberes em torno do controle da sexualidade feminina nos dias atuais. Seguem, abaixo, as respostas de algumas mulheres acerca da importância da sexualidade em suas vidas.

Pra mim tanto faz. (Ametista)

É importante sim. (Esmeralda).

Eu acho assim que com certeza, tem que existir, se existir o amor, existe o desejo sexual também... (Safira).

Eu acho que a mulher tem que ter prazer de ficar com a pessoa, mas imagine a pessoa ficar com outra sem ter vontade, nem prazer de ficar.. (Rubi).

É mister ainda destacar o aspecto de classe, uma vez que essas mulheres vivem em situação de pobreza. Isso implica em práticas pouco freqüentes de problematizações e/ou psicologização dos conflitos entre os membros do grupo familiar, tão caras aos grupos mais abastados da sociedade.

Nesse sentido, embora vivenciem, com intensidade, os aspectos subjetivos de suas identidades, seus conflitos, suas angústias, seus transtornos, assim como qualquer ser humano de qualquer classe social, é evidente que os níveis de reflexão e abstração em torno de si e de suas vidas ainda são práticas pouco exercitadas. O acesso a esse tipo de direito é, notoriamente, subestimado em face das questões materiais de existência.

Em face dessa leitura sobre a perspectiva de classe, destaca-se o processo de individualização no qual vários teóricos que discutem o tema família na contemporaneidade, inclusive, relatado neste trabalho, não atingem, de forma homogênea, todos os segmentos sociais. Entende-se que, no horizonte das famílias das camadas mais pobres, os códigos frenéticos da individualidade contemporânea não adquirem a mesma intensidade com que se desenvolvem nas camadas mais abastadas. Salvo exceções, as famílias dos pobres têm características peculiares.

Segundo Sarti (2004), nas famílias pobres, os princípios de reciprocidade estão bem mais evidentes. As adversidades econômicas, a divisão complementar de autoridade entre homens e mulheres na família, aliada à rede de parentesco e vizinhança que enreda uma trama de obrigações morais entre seus membros são experiências que confirmam a referência simbólica e o valor significativo de família para esses segmentos.

Bruschini (1990) complementa, expondo que

a ideologia individualizada incide com maior vigor nos segmentos mais modernos, representados, principalmente, pelos grupos intelectualizados e psicanalisados. A sociabilidade é construída com base em critérios de escolha pessoal e de afinidade. (BRUSCHINI, 1990, p. 75).

Todavia, Machado (2001) acredita numa espécie de coexistência de dois códigos: O primeiro, de natureza relacional, é vinculado à honra familiar. O segundo, visto como individualista, perpassa toda a sociedade, construindo variedades de formas de articulação de um ou de outro, segundo as posições e situações de classes. Para essa autora, tanto um como o outro se instituem como fábricas de construção de subjetividades. Desse modo, o código relacional presente nos modelos tradicionais de família reitera tanto práticas de violência sob a legitimação das relações hierárquicas e de poder de gênero como pode validar relações baseadas na reciprocidade e no pertencimento comunitário. Já o código individualista, mais presentes nas famílias abastadas, é responsável pela automatização dos indivíduos e pela separação destes das esferas de pertencimento social.

Com isso, reitera-se que, para os pobres, a família ultrapassa o sentimento intimista nuclear dos segmentos médios e altos da sociedade, constituindo-se como rede de relações, seja esta de suporte material e/ou afetivo, nas quais se movem seus membros, face às privações do cotidiano. A vida compartilhada nas comunidades periféricas acontece em meio a uma rede de parentesco e vizinhança que é o suporte imediato das dores e das condições objetivas dos que lá habitam.

A primeira característica a ressaltar sobre a família dos pobres é sua configuração em rede, contrariando a idéia corrente de que esta se constitui como núcleo. Assim, cumpre desfazer a confusão entre a família e unidade doméstica, a casa, imprecisão que tem conseqüências nas ações a ela pertinentes, uma vez que leva a desconsiderar a rede de relações na qual se movem os sujeitos em família e que provê os recursos materiais e afetivos com que contam. (SARTI, 2008, p. 28).

Nesta pesquisa, observou-se que o cotidiano de exclusão que caracteriza a vida dos sujeitos residentes do Morro da Vitória, faz com que uma rede de relações, propagada, sobretudo pelas mulheres, dêem o suporte familiar necessário para garantia da sobrevivência dos membros da família. Assim, em meio a uma realidade de poucos equipamentos públicos e de dificuldades como: falta de local nas proximidades para deixar as crianças durante o dia, empregos incertos e uniões instáveis, contar com o apoio afetivo e financeiro da vizinha, das avós ou mesmo de outras mulheres que compõem a rede de parentesco é algo que permeia a vida das mulheres chefes de família que têm filhos pequenos.

Desse modo, abertas a possibilidades, a família contemporânea brasileira modela-se entre o moderno e o tradicional. A individualidade, tão cara aos países ocidentais avançados, desafia uma sociedade historicamente baseada em relações de proximidade e de hierarquias, em que o mérito de ter uma família é um diferenciador de respeitabilidade social.

Segundo Venturini, Racaman e Oliveira (2004), na Pesquisa “*A mulher brasileira nos espaços público e privado*”, promovida pela Fundação Perseu Abramo, 70% das mulheres responderam que a família constitui uma dimensão importante em suas vidas. A ideia de ter um núcleo familiar harmonioso é um desejo para a maioria das mulheres entrevistadas, um objetivo a ser alcançado ou a ser mantido se já conquistado.

Finaliza-se, portanto, este capítulo, reafirmando o valor que a família tem no imaginário, na constituição da subjetividade das mulheres e na realidade concreta de suas vidas. Assim, diante da coexistência de uma pluralidade de fenômenos que perpassam o universo familiar, acredita-se que a família ainda manifesta-se como uma referência simbólica e como uma importante instituição de sociabilidade humana.

Prossegue-se, ressaltando que tanto neste capítulo como no próximo, optou-se por discorrer acerca das três principais categorias – família, pobreza e gênero nas quais se baseia este trabalho, através da articulação entre o conteúdo teórico conceitual e as narrativas das mulheres do Morro da Vitória - sujeitos principais deste estudo.

Reconhece-se que este esquema teórico-metodológico, possibilita aprofundar as questões que anunciarão os resultados advindos da pergunta principal deste trabalho, que se refere aos significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres pobres. Estes serão evidenciados no último capítulo. A seguir, abordar-se-ão as categorias gênero e pobreza, sob o prisma da interseção entre ambas.

CAPÍTULO III - POBREZA E GÊNERO: FACES QUE REVELAM REALIDADES

Discorrer sobre gênero e pobreza constitui-se um exercício de reafirmar que esses fenômenos interagem entre si, à medida que os processos de desigualdade social expressam assimetrias, cujas características, além de causas econômicas, carregam marcas de gênero, raça, etnia, geração, dentre outros.

Embora se reconheça a relevância da raça como uma variável que determina lugares de homens e mulheres pobres, sendo esta pontuada em alguns momentos deste estudo, é importante afirmar que este capítulo será focado nas expressões da relação estabelecida entre pobreza e gênero. Priorizar-se-ão análises que problematizem as exclusões vividas pelas mulheres pobres, uma vez que estas se constituem-se principais sujeitos desta investigação.

As mulheres negras são as principais afetadas pela pobreza, sobretudo, por serem as responsáveis pela gestão cotidiana das necessidades da família. São as mulheres pobres que realizam o trabalho doméstico, que cuidam das crianças, dos idosos e dos doentes da família, suprimindo, muitas vezes, a ausência do Estado na manutenção de políticas públicas para essa população.

Quanto ao mercado de trabalho, é revelador a inserção precária e a instabilidade de acesso feminino, o que significa dificuldades de usufruir dos direitos trabalhistas e das coberturas da previdência social. Aliado a esses fatores, o trabalho profissional das mulheres é sempre visto como complementar às suas “responsabilidades” domésticas.

A realidade observada no Morro da Vitória e as narrativas das mulheres corroboram com essas afirmações e, ainda, revelam as inúmeras interseções entre as categorias gênero e pobreza. Sob os signos de uma pobreza que estrutura modos de vida, as entrevistadas relataram o cotidiano incerto de suas biografias, a ausência ou precariedade de trabalho, as condições insalubres de moradia e as dificuldades de acesso às políticas públicas.

As narrativas das mulheres são transmitidas mediante o lugar onde se encontram e a forma como se percebem tanto na família como na sociedade. Temas como: a desigual divisão sexual do trabalho doméstico; o peso das responsabilidades a que são designadas socialmente, muitas vezes, pelo próprio Estado; e o exercício, mesmo que velado, da dominação masculina, apareceram em várias ocasiões, durante as entrevistas.

Compartilha-se com Zaluar (1985), dada sua trajetória na Cidade de Deus²⁰ que,

(...) os pobres urbanos, descobri, como quaisquer seres humanos, pensam a respeito de suas condições de vida e dos inúmeros valores, normas, regras, significados com que costumam ser “educados” ou “formados” pelas inúmeras agências estatais e religiosas, bem como pelos meios de comunicação de massa. (ZALUAR, 1985, p. 28).

No entanto, percebe-se uma resistência, mesmo que fragmentada e não consciente, à dureza de suas vidas e, ainda, um certo otimismo considerando-se a condição em que se encontram.

A esperança da mudança; a fé em Deus; a relação entre “ser pobre de espírito” e “ser pobre materialmente”; as constantes estratégias de sobrevivência que as obrigam a conciliar o trabalho doméstico com o trabalho produtivo; as situações de perdas emocionais enfrentadas, dentre outras questões, são relatadas e analisadas à luz das teorias, neste capítulo.

Faz-se importante destacar o esforço que as esferas públicas brasileiras têm feito, no sentido de construir estratégias de superação da pobreza bem como os resultados positivos que se têm alcançado. Contraditoriamente, a pobreza ainda se revela como um desafio no contexto brasileiro.

Este capítulo, portanto, refaz o percurso histórico de acirramento da pobreza, mediante as transformações econômicas, sociais e políticas desenvolvidas

²⁰ Cidade de Deus, bairro pobre da cidade do Rio de Janeiro, foi local em que a antropóloga Alba Zaluar desenvolveu a pesquisa empírica de sua tese de doutoramento em Antropologia, pela Universidade de São Paulo. Sua tese resultou no livro “A Máquina e a Revolta”. (ZALUAR, 1985).

no âmbito do Estado e da sociedade. Analisa-se, assim, os seus rebatimentos na América Latina e do Brasil, ante a consolidação do neoliberalismo.

Após o debate sobre pobreza, mediante um diálogo entre a literatura que trata do tema e as narrativas das entrevistadas do Morro da Vitória, discorrer-se-á sobre gênero, dando continuidade a esse estilo de escrita que privilegia a interação entre a teoria e a empiria. As especificidades e os cruzamentos dos temas são expressos ao longo do capítulo.

3.1 Contexto neoliberal: cenários edificadores da pobreza

A partir da década de 1970, o modelo de desenvolvimento neoliberal passou a ser adotado em vários países, com um conjunto de receitas econômicas e programas políticos que têm como base a crítica ao Estado de Bem-estar social²¹. Percebe-se, nesse período, uma constante desqualificação da responsabilidade do Estado no trato da questão social, transformando o mercado em esfera privilegiada de regulação da sociedade.

Iniciava-se um momento de crise estrutural do capital, exacerbada pelo choque do petróleo, o que demonstrou os limites do modelo de acumulação e regulação social ora vigente. Nesse sentido, a sinergia orquestrada entre o crescimento econômico, o pleno-emprego e o desenvolvimento dos direitos do trabalho e de proteção social, típica dos chamados “Trinta Anos Gloriosos²²” começou a apresentar sinais de esgotamento.

²¹ O Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State* caracterizou-se por uma nova forma de regulação social do Estado que estava diretamente relacionada com a expansão do capital e o desenvolvimento da sociedade salarial, no pós-1945. De acordo com Pereira *apud* Dias (2006), o paradigma dominante do Estado de bem-estar social foi orientado a com base no pacto entre três doutrinas: primeiro, o receituário keynesiano, em que o Estado era legítimo para intervir por meio de uma série de medidas econômicas e sociais; segundo, nas postulações *beveridgeanas*, ou seja, nas reformulações sobre o sistema de seguridade social, baseados no direito de feição universal, e terceiro, na teoria da cidadania de T. H. Marshall composta por três tipos de direitos: civis, políticos e sociais, este último caracterizado pelo acesso a um mínimo de bem-estar e de segurança, a partir do *Welfare State*, como instituição responsável pelos serviços sociais.

²² O período entre os anos 1945 – 1975, denominado “Trinta Anos Gloriosos”, caracterizou-se pela ampla expansão da economia capitalista, sob a liderança do capital industrial e pela regulação sistemática do Estado nas relações sociais e econômicas, nas sociedades de capitalismo avançado.

Ressalta-se que as políticas de bem-estar social, adotadas pelo Estado durante o período de 1945-1975, estavam diretamente vinculadas ao desenvolvimento da sociedade salarial, na qual o trabalho e o salário eram elementos que garantiam a coesão social. O aumento real da renda, através da garantia dos salários diretos e indiretos e a cobertura dos riscos sociais tanto para os que estavam inseridos na ordem formal do trabalho, como para a parcela excluída dessa ordem configuravam as políticas de bem-estar adotadas pelo Estado.

Frigotto (2000) remete-se às crises do sistema capitalista, como um movimento cíclico e inerente à própria natureza desse sistema.

O caráter contraditório do capitalismo, que leva a crises periódicas e a ciclos abruptos e violentos, como demonstra Marx ao analisar a natureza do capitalismo e a sociedade capitalista nascente, não advém de algo extremo, mas deriva da dominação do capital e exploração do trabalho. (FRIGOTTO, 2000, p. 64).

Segundo Antunes (2000), os traços mais evidentes da crise foram:

- a queda da taxa de lucro, dado o aumento do preço da força de trabalho e a intensificação das lutas sociais nos anos de 1960²³;
- o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista²⁴ de produção, dado pela incapacidade de responder à retração do consumo, fruto do início do desemprego estrutural;
- a hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos;

²³ Ressalta-se que no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, eclodem revoltas do operário-massa que passaram a questionar os métodos tayloristas/fordistas de controle social da produção pelo capital.

²⁴ O padrão de acumulação fordista foi instituído por Henry Ford, mais ou menos em 1914, esse regime introduziu a jornada de trabalho de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha de montagem de carros que se estabelecera em Dearborn, Michigan (HARVEY, 2001). Sob o ponto de vista econômico, o período pós-45 foi caracterizado pela maturidade do fordismo. O regime fordista, por sua vez, estava diretamente aliado ao taylorismo, inspirado por Taylor. Essa forma de organização científica do trabalho estruturava-se com base na decomposição de cada processo de trabalho, segundo padrões rigorosos de produção, tempo e movimentos. O encadeamento repetitivo de tarefas rigidamente cronometradas do trabalhador na indústria, a racionalização do processo de trabalho e uma nova dimensão da relação salarial desembocaram no desenvolvimento de um consumo de massa.

- a maior concentração de capitais, em virtude das fusões entre as empresas monopolistas e oligolistas;
- a crise do *Welfare State* e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos;
- o incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

Como forma de dar resposta à crise instalada, o capital passou a se reorganizar segundo novos processos de produção denominados acumulação flexível que caracteriza-se pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se ainda, por novos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e principalmente, pela intensificação da inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 2001).

De acordo com Frigotto (2000), os sinais de esgotamento do sistema fordista coincidem com uma revolução na base técnica do processo produtivo. A microeletrônica associada à informatização, a microbiologia e engenharia genética que permitem a criação de novos materiais e novas fontes de energia são a base da substituição de uma tecnologia rígida por uma tecnologia flexível. Entretanto, essa forma de produção menos rígida e com inovações da base tecnológica produziu sinais negativos no mundo do trabalho, elevou os índices de desemprego estrutural, destruiu as habilidades e os ganhos salariais dos trabalhadores, além de promover um ataque excessivo ao poder sindical.

A precarização do mundo do trabalho foi expressa na intensificação do ritmo produtivo, na ampliação do conjunto flutuante e flexível de trabalhadores através do aumento das horas extras, na terceirização no interior e fora das empresas e na contratação de trabalhadores temporários. (ANTUNES, 2000).

Todos esses fatores desembocaram na crise da sociedade salarial, o que fez emergir, assim, uma nova questão social que, segundo Castel (1998), está diretamente ligada ao enfraquecimento das proteções sociais, oriundas das funções integradoras do trabalho. O que se observa é a quebra do vínculo entre trabalho e segurança, devido às frágeis relações de trabalho e desemprego.

O autor enumera três fenômenos que contribuem para a cristalização dessa nova questão social: Primeiro, a desestabilização dos estáveis, através da ameaça de oscilação de uma parte da classe operária que estava integrada e dos assalariados da pequena classe média; o segundo fenômeno refere-se à instalação da precariedade, os contornos incertos do trabalho aleatório, a alternância entre o emprego e o não-emprego que faz com que uma significativa parcela da população, sobretudo os jovens, vivam relativamente empregados em tarefas de curta duração, tendo a precariedade como destino. Por fim, o terceiro fenômeno, que emerge na conjuntura dos anos 1970, é a precarização do emprego e o aumento do desemprego como manifestações de um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social. Esses lugares, por sua vez, relacionam-se a uma utilidade social e um reconhecimento público.

Percebe-se, com isso, uma parcela significativa de trabalhadores que não têm mais lugar no processo produtivo, como é o caso dos “mais velhos” (muitos ainda não chegaram aos cinquenta anos), dos jovens à procura do primeiro emprego, e também dos desempregados que, sem sucesso, passam por inúmeras requalificações ou motivações. Para o Castel (1998), esse perfil de população, os chamados “inúteis para o mundo” ocupam a posição de *supranuméricos*, sendo estes não integrados e provavelmente não integráveis à sociedade salarial.

Diante desse contexto de acirramento da questão social e de crise do da regulação estatal, a proposta neoliberal foi considerada uma das principais estratégias político-econômicas utilizadas pelo Estado para garantir a reprodução do capital. Dentre os argumentos que respaldam esse projeto destaca-se a redução do papel do Estado para as políticas sociais de cunho universal, através de uma melhor disciplina orçamentária do Estado.

Anderson (1995, p. 11), ao falar do neoliberalismo afirma que,

o remédio, então, era claro: manter um Estado forte sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso, seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos.

Desse modo, acreditava-se que era necessário diminuir a ação reguladora do Estado, pois os gastos públicos e sociais ocasionaram um desequilíbrio orçamentário, provocando inflação e desemprego, além do aumento da carga tributária, que diminuía os investimentos privados.

Vários programas de ajuste econômico foram propostos pelas Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs)²⁵, a exemplo do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, ainda, pelos governos para os países da América Latina. Estes constituíam em planos de estabilização econômica, de curto prazo, que permitiriam o reequilíbrio da balança de pagamento dos países devedores do FMI, a fim de estimular o crescimento da economia dos países.

Dentre as principais medidas que conformam a política de ajuste, destacam-se: desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, privatização do setor público de serviços, reforma do Estado, flexibilização do mercado de trabalho e estabilização monetária, todas voltadas para a liberalização da economia. (FRANCH; BATISTA e CAMURÇA, 2003, p. 32).

Historicamente, o neoliberalismo surgiu logo após a 2ª Guerra Mundial, na região da Europa e dos Estados Unidos, onde imperava o capitalismo, como reação teórica e política ao Estado intervencionista, tendo como texto de origem “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayeck, escrito em 1944. O neoliberalismo tinha

²⁵ As Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) são instituições públicas, que têm como acionistas os governos de várias partes do mundo. Estes atuam financiando e emprestando dinheiro a governos e à iniciativa privada, através das solicitações de ajuda para executar políticas vinculadas ao desenvolvimento das nações. Ressalta-se, ainda, que os empréstimos das IFMs estão hoje comprometidos com a implementação das políticas de ajuste estrutural. (FRANCH; BATISTA e CAMURÇA, 2003, p. 32).

como tese fundamental que a limitação dos mecanismos de mercado por parte do novo igualitarismo do Estado de Bem-estar ameaçava a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência. (ANDERSON, 1995).

No entanto, é somente no final da década de 1970 que a ideologia neoliberal vem a tomar concretude. Foi em 1979, na Inglaterra, no governo eleito de Thatcher e em 1980, com Reagan, nos EUA, que o programa neoliberal foi posto em prática nos países de capitalismo avançado. Ressalta-se, porém, que foi no Chile, sob a ditadura de Pinochet que se deu a primeira experiência neoliberal, quase uma década antes de Thatcher.

Desse modo, a década de 1980 inaugura a consagração mundial do capitalismo, sob moldes neoliberais. Em nível transnacional, o mercado torna-se esfera de regulação social e o Estado enfraquece seu poder, em face da desregulamentação econômica via privatizações e da retração das políticas sociais.

Para Santos (2001), o predomínio do princípio do mercado²⁶ tem uma forte dimensão ideológica que tanto possibilita a retirada do Estado da prestação da providência social quanto oculta o fortalecimento, aparentemente contraditório, da intervenção do Estado na área econômica.

Outra questão é que o predomínio do princípio do mercado para obter legitimidade na transferência dos recursos da esfera social estatal para o setor privado não lucrativo faz apelo ao princípio da comunidade e as ideias que as envolve como a solidariedade, a participação e o autogoverno (SANTOS, 2001).

Na América Latina, o sucesso do neoliberalismo ocorreu principalmente devido às políticas antiinflacionárias e de ajuste fiscal do Estado, através da elevação das taxas de juros concomitante à preservação dos capitais financeiros. O

²⁶ Para Santos (2001), o projeto sócio-cultural de modernidade assenta-se em dois pilares fundamentais: o pilar da regulação que é constituído de três princípios: princípio do Estado, princípio do mercado e princípio da comunidade e o pilar da emancipação constituído pela articulação em três lógicas de racionalidade: racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura, a racionalidade moral-prática da ética e do direito e a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica.

aumento dos investimentos especulativos, em detrimento dos produtivos, ocasionou o crescimento do desemprego, o agravamento da pobreza e o acirramento das desigualdades sociais.

Nos países latino-americanos, submetidos (ou em vias de) aos rigores dos ajustamentos macroeconômicos e à devastação social que vêm provocando, a receita neoliberal parecia estar contida no conjunto de prescrições de reformas dos sistemas de proteção social, orientadas para a privatização, descentralização e focalização de programas (fundos) sociais de emergências. (DRAIBE, 1995, p. 18).

Salienta-se que a privatização deslocou parte da produção de bens e serviços sociais públicos para o setor privado lucrativo e não lucrativo. Em relação a esses últimos, novos sujeitos se inserem no trato da questão social, dentre eles, as associações de filantropia, as organizações comunitárias e as organizações não-governamentais.

Ressalta-se, pois, que o debate em torno da pobreza iniciou-se nos anos 1970, quando os organismos internacionais voltados para o desenvolvimento das nações ditas menos desenvolvidas passaram a enxergar que os resultados do crescimento econômico não necessariamente reduzem a pobreza e as desigualdades sociais.

3.2 Pobreza: novas evidências, velhos problemas

Na sociedade brasileira, a pobreza é um fenômeno que tem acompanhado todo o processo histórico deste país, tendo suas raízes seculares em uma nação que já nasceu tutelada sob os signos da colonização europeia e, posteriormente, norte-americana. Assim, mesmo diante do processo de modernização, urbanização e industrialização do Brasil, e, mais recentemente, das inúmeras inovações tecnológicas que acompanham o desenvolvimento contínuo desse país, percebe-se que a pobreza desafia a civilidade e o progresso da sociedade brasileira, uma vez que carrega consigo os sinais de atraso do antigo Brasil patriarcal.

Visível por todos os lados, nas suas evidências, a pobreza é percebida como efeito indesejado de uma história sem autores e responsabilidades.

Nesse registro, aparece como chaga aberta, a lembrar, o tempo todo, o atraso que envergonha um país que se quer moderno, de tal modo que sua eliminação é projetada para as promessas civilizatórias de um progresso que haverá algum dia, quem sabe, absorver os que foram, até agora, dele excluídos. (TELLES, 2006, p. 103-104).

Fonte de discurso político dos poderes públicos e privados, a pobreza é sempre vista, registrada aos olhos de todos, como objeto que, em alguns momentos, inquieta e choca a sociedade. No Brasil, a pobreza contemporânea manifesta-se no empobrecimento crescente de uma massa de trabalhadores urbanos que transitam, principalmente, nos centros das grandes cidades.

Telles (2006) registra o cenário presente na virada dos anos 1980 para os anos 1990. De acordo com a autora, os efeitos de uma inflação que corroía salários, de uma crise prolongada e de políticas econômicas que provocaram recessão e desemprego induziam a um arrocho salarial sem proporções, reduzindo os gastos sociais e provocando a deteriorização dos já precários serviços públicos.

Apesar da pobreza persistir no descompasso da desmedida, sabe-se que, nos últimos anos, os indicadores sociais e econômicos têm anunciado mudanças no quadro das desigualdades sociais, no Brasil. O aumento dos gastos sociais do governo Lula, através da elevação do salário mínimo e da expansão dos programas de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família, são exemplos dessas mudanças.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2008, no Brasil, a pobreza recuou 16% passando de 64,8 milhões de pobres, em 2006, para 54,4 milhões de pessoas, em 2008. No Nordeste, o número absoluto de pobres caiu 12%, passando de 29,85 para 26,2 milhões de pessoas (BOLSA..., 2009).

Ainda em relação à PNAD (2008), no País e no Nordeste, o Coeficiente de Gini²⁷, no intervalo de 2006 a 2008, representou um redução de 3,18% e 3,22%,

²⁷ O coeficiente de Gini é um índice de desigualdade proposto por Corrado Gini em 1914, utilizado para expressar o grau de desigualdade de renda. O índice assume valores teóricos mínimo de zero, quando expressa nenhuma desigualdade, e máximo de 1 desigualdade máxima. (ROCHA, 2003).

ficando em 0,554 e 0,5656, respectivamente, em 2008. No Ceará, a concentração de renda foi reduzida em 2,43%, chegando a um índice de 0,5455, em 2008.

Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2008, apontam que o crescimento e a estabilidade econômica do País e os programas de transferência de renda foram os principais indutores para essa movimentação entre os mais pobres. (JORNAL O POVO, 2008).

Análises do Laboratório de Estudos da Pobreza, da Universidade Estadual do Ceará, mostram que a renda familiar *per capita* no Estado, conforme estudos comparativos da PNAD (2008), nos intervalos de 2006 a 2008 cresceu, atingindo a média de R\$ 352,55, em 2008. Entretanto, esse valor ainda está abaixo da média nacional, de R\$ 591,20, e da média nordestina, de R\$ 360,16.

Diante desses dados, percebe-se que enfrentar a pobreza tem sido um dos principais dilemas contemporâneos, uma vez que a natureza do sistema econômico capitalista vem, criativamente, reproduzindo-a. Cabe, portanto, às esferas públicas governamentais e, também, à sociedade construir mecanismos de diminuí-la e de amenizar seus efeitos sobre a vida da imensa população pobre que habita este país.

Com efeito, a pobreza como um fenômeno real que persiste e, ao mesmo tempo, renova-se sobre novas faces, continua a ser uma categoria que desperta curiosidade nos ambientes de pesquisa, principalmente, no âmbito das Ciências Sociais. As tentativas em descrevê-la, analisá-la, buscar formas de mensurá-la persistem em face da concretude cada vez maior e mais visível desse fenômeno.

Nesse sentido, sabe-se que, de forma imediata, a pobreza está relacionada à variável renda. Esse debate decorre da natureza das sociedades monetarizadas atuais, em que a renda proveniente do trabalho é um dos maiores indicadores de garantia das necessidades básicas das pessoas.

No entanto, embora a renda seja um indicador importante na mensuração da pobreza, é necessário ampliar essa abordagem. Olhar a pobreza como um fenômeno de natureza complexa requer pensá-la mediante outros indicadores para além da renda. O acesso a políticas públicas, como educação, saúde, habitação, saneamento, moradia são exemplos de indicadores que influenciam nos diferentes níveis de pobreza.

Nesta pesquisa, o relato da presidente da Associação do Morro da Vitória ressalta as assertivas acima. Ela fala, de forma contundente, da insuficiência de políticas públicas na sua comunidade, o que agrava as condições de pobreza da população.

Em termo de organização, na comunidade tem: desemprego, falta de moradia, falta de asfalto, que eu tou lutando para conseguir ajeitar, o asfalto, pra botar dois ônibus aqui. Não tem transporte coletivo, não tem asfalto, porque a comunidade não é registrada pela Prefeitura, e nem o governo do Estado, tem que botar. Ela é descoberta. Ela não tem CEP, não tem nome de rua; quem botou nome foi nós. Quando quer transporte tem que descer o morro. Nessa gestão da Luizianne, ela botou ônibus escolar e ele passa por essa rua. O ônibus passa aqui porque tem muita criança aqui que estuda longe, como no Torres de Melo que é lá na Abolição. [em relação às escolas] Aqui tem o Murilo Borges, Matias Beck e aqui tem o CAIC e o Belarmino Campos. Mas tem criança aqui que estuda no Torres de Melo, que é lá no Mucuripe. Lazer não tem; a comunidade não tem. Quando a gente quer botar as crianças pra jogar, nós vamos pro campo ali aberto, que devia ser equipamento público. A gente leva pra Beira Mar. As quadras do Conjunto São Pedro tão tudo quebrada. (Presidente da Associação)

No âmbito dessa discussão sobre pobreza, destaca-se a diferenciação entre pobreza absoluta e pobreza relativa, haja vista que ambos os conceitos trazem consigo questões relacionadas tanto à renda como ao alcance das necessidades básicas e às desigualdades sociais.

A pobreza absoluta, portanto, refere às questões de sobrevivência física, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. Já a pobreza relativa define as necessidades a serem satisfeitas, em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdade. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos. (ROCHA, 2005).

A pobreza relativa traz consigo a discussão sobre as desigualdades sociais, em virtude das comparações internacionais entre países. Além do critério da renda, o debate sobre a pobreza relativa aborda questões vinculadas à justiça distributiva, considerando a especificidade de desenvolvimento socioeconômico e cultural de cada país.

Estabelecer um mínimo vital impõe, contudo, inúmeras dificuldades, pois as normas que permitem defini-lo são relativas. Variam segundo modelos de existência que evoluem na história. (...) Variam também conforme o meio ambiente, os hábitos culturais e os modos de vida, a tal ponto que é sempre difícil comparar a pobreza entre as sociedades que não atingiram o mesmo nível de desenvolvimento econômico, e, às vezes, no interior de um mesmo país, de compará-la entre regiões cujas condições geográficas são desiguais. (PAUGAM, 2003, p. 49).

Outra discussão em que se recorre à renda como principal variável de mensuração da pobreza refere-se às determinações das linhas de pobreza. Como o Programa Bolsa Família²⁸ é um dos principais focos desta pesquisa, é importante falar dessas linhas, uma vez que esse Programa tem a renda *per capita* familiar como o principal critério de classificação entre as populações pobres e extremamente pobres.

Os estudos sobre as linhas de pobreza estabelecem um valor monetário entrecruzado com o gasto de atendimento das necessidades de uma pessoa, pelos parâmetros da população total que é dividida em dois subgrupos, a partir da linha de pobreza e indigência, tendo como critério a renda. Assim, configuram-se como pobres, portanto, aqueles incapazes de atender às necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Já os indigentes são um subconjunto de pobres cuja renda é inferior para atender apenas às necessidades nutricionais. (ROCHA, 2005).

A autora, por sua vez, advoga a necessidade da utilização de dois conceitos complementares para se analisar a pobreza: renda e necessidades básicas, sobretudo, nas comparações da realidade entre países. A complexidade desse fenômeno e suas especificidades em contextos diversos dificultam o estabelecimento de parâmetros universais.

²⁸No capítulo posterior discorrer-se-á, detalhadamente, acerca dos princípios, objetivos e características do Programa Bolsa Família.

Adotar as necessidades básicas insatisfeitas significa ir além da alimentação para incorporar uma gama mais ampla de necessidades humanas, tais como educação, saneamento, habitação, etc. Diferente da abordagem centrada nas necessidades de alimentação, definir pobreza com base em patamares mínimos de satisfação dessas necessidades abre diversas possibilidades. (ROCHA, 2005, p. 19).

Na situação brasileira, o conceito de pobreza absoluta ainda é bastante relevante, uma vez que existe um grande número de pessoas que não tem suas necessidades básicas atendidas. Trata-se, portanto, de definir parâmetros de valor relacionados a uma cesta de consumo mínima. A linha de indigência associa-se aos gastos com alimentação e a linha de pobreza relaciona-se à determinação de valor que atenda às necessidades vitais que extrapolam a alimentação, a exemplo do vestuário. Nesse sentido, o consumo das famílias é a fonte mais adequada para o estabelecimento das linhas de pobreza.

Assim, a distribuição do rendimento e o consumo familiar são duas variáveis importantes de garantia do bem-estar dos indivíduos. Desse modo, a garantia da satisfação das necessidades das pessoas não depende exclusivamente de suas rendas individuais, mas da repartição das rendas entre os membros da família. Essa assertiva justifica o parâmetro adotado por várias instituições de pesquisas e, ainda, pelos órgãos públicos para mensurar os patamares de pobreza tendo como foco a renda *per capita* familiar.

A fala de uma das entrevistadas neste estudo enfatiza a relação material estabelecida entre a insuficiência de renda e a ausência de condições para garantir o consumo das necessidades familiares.

Ser pobre é quem não tem condições de botar na sua mesa tudo que você tem vontade de botar. E dar uma vida melhor pros seus filhos, ou então pros seus netos. Pelo menos eu, tem dias que o meu neto, o que eu crio ele, ele me pede “mãe, eu quero comer um biscoito”, “mãe, me dá o dinheiro pra mim comer um biscoito” e eu não tenho. “Mãe, compra isso pra mim, compra um brinquedo pra mim”. “Mãe, quebrou minha chinela”, “Mãe, tá faltando um caderno pra mim”, eu não tenho dinheiro, no momento. Então, vou batalhar pra comprar seu caderno, sua chinela ou comprar um brinquedo pra você, um brinquedo de R\$ 1,99, que é o único brinquedo que eu posso dar pra ele. É isso. Me acho [pobre] (Ametista, grifos meus)

Outra característica da sociedade brasileira é a relação entre pobreza e desigualdade de renda. Segundo Rocha (2003), a incidência de pobreza absoluta,

no Brasil, decorre da forte desigualdade na distribuição de rendimentos, sendo o coeficiente de Gini, conforme já descrito, um dos mais elevados do mundo. Segundo estudos do Laboratório de Estudos da Pobreza, da UECE, baseando-se nos dados da PNAD (2008), a alta concentração de renda no Ceará, fez com que o contingente de pobres no Estado caísse 13% a menos que os 16% no Brasil.

Essa situação de desigualdade provoca processos de estigmatização da figura dos pobres gerados, sobretudo, pelas pessoas de classes mais abastadas. Os rótulos construídos em torno dos pobres estabelecem barreiras de classe, manifestadas no olhar atento e nas práticas de exclusão daqueles que dizem estar inclusos no “mundo civilizado”. Infelizmente, o acesso a lugares, considerados “nobres”, exige certos comportamentos, falas e vestimentas comuns à cultura homogeneizadora do consumo.

A fala de Esmeralda revela que a circulação dos pobres em alguns pontos da metrópole é permeada de barreiras invisíveis que revelam preconceitos que os separam dos ricos.

Eu não gosto de ver as injustiças, tipo assim: se a gente for no Pão de Açúcar, você vê a diferença. se eu entrava, quando eu tava arrumada, quando eu tava trabalhando no ‘Del-Primo’ [empresa onde trabalhou], e eu fazia muito mandado pro gerente, era uma coisa... **Então eu ia arrumada, aí pronto não tinha discriminação.** (Esmeralda, grifos meus).

Diante dessa narrativa, percebe-se que, embora o enfoque monetário seja extremamente importante na definição da pobreza, sabe-se que esta engloba uma infinidade de outras análises. Entender as múltiplas faces da pobreza que inclui questões como, a perda de status, os princípios de estigmatização, o pertencimento ao lugar que moram, as estratégias de sobrevivência e as relações construídas entre si qualificam a categoria ora tratada.

Santos (2004) extrapola os indicativos econômico-sociais de classificação dos pobres, no Brasil, e entende-os como uma categoria fluida, mas real, sendo esta um estado, uma maneira de ser, instituída no passado pela vadiagem e vagabundagem, produtos de uma desterritorialização primitiva e, hoje, pela desclassificação.

Um proletário (ou semiproletário) vendedor de mão-de-obra no mercado de trocas capitalistas pode ser pobre por qualquer dos indicativos sociais disposição, mas um pobre não é necessariamente um proletário (ou mesmo um semiproletário). Frequentemente em nosso país ele é o que se vira, uma mão-de-obra informal, um trabalhador livre da economia capitalista que, desde a liquidação do escravismo, se desenvolveu ao lado da outra. (SANTOS, 2004, p. 72).

Yasbeck (1996) alerta para a necessidade de não se considerar a pobreza apenas como uma categoria econômica, haja vista que esta não se expressa apenas pela insuficiência de renda e privação dos bens materiais, mas igualmente como uma categoria política, traduzindo-se pela carência de direitos e de possibilidades de esperança.

Desse modo, a pobreza está diretamente vinculada a situações de exclusão social que se constituem em ocasiões de insegurança e até mesmo de desespero em face da vida atual e das possibilidades de futuro. A fala de Cristal expressa as vulnerabilidades que ela e sua família vivem em virtude da pobreza extrema.

Da chinela a tudo, eu dependo que os outro me dá... tudo... eu não posso comprar. O pai dele [aponta para um dos netos] manda, dos cinco maior [netos], manda, mas só dá pra pagar a energia. Tá com 21 dias no escuro, que eu fui lavar uma roupa pra pagar... porque quando eu cheguei, a casa escura; como eu já tinha o dinheiro do papel, eu paguei uma e fiquei esperando que ele mandasse; aí foi quando ele chegou pra mim, eu já tenho ali encostado outro papel... só Deus. Tem horas que eu me sento no canto, mas eu não vou desistir. (Cristal, grifos meus).

Como diz Lavinás (2003), falar de exclusão implica considerar aspectos subjetivos, que mobilizam sentimentos de rejeição, perdas dos laços comunitários, resultando numa retratação das redes de sociabilidades, com quebra de mecanismos de solidariedade e reciprocidade. Percebe assim, a exclusão como um percurso que se soma às desvantagens acumuladas por processos de dessocialização, ocasionados por rupturas, perdas de status social e reduções drásticas das oportunidades e poucas chances de ressocialização.

Castel (1998) remete-se ao termo desfiliação ao invés de exclusão. Para o autor, este último é estanque; designa um estado ou estados de privação, não levando em conta os déficits em trajetórias, os pontos de oscilação que, nos percursos estabelecidos, geram os estados limites. “Falar de desfiliação não é

ratificar uma ruptura, mas reconstituir um percurso. A noção pertence ao mesmo campo semântico que a dissociação, a desqualificação ou a invalidação social. (CASTEL, 1998, p. 26).

Abaixo, a fala de Esmeralda retrata a continuidade de um percurso de vida permeado de perdas. A situação comum de abandono da família pelos homens revela o peso assumido por muitas mulheres que, sozinhas, têm que sustentar os filhos e, muitas vezes, os netos, em virtude dos “déficits de trajetória”, como diz Castel (1998).

Na época que eu me juntei com ele [seu companheiro], nem panela eu tinha...Eu me juntei com ele eu tava grávida, tinha 17 anos, tinha perdido minha mãe. Perdi minha mãe aos quinze anos, sofri muito. Fiquei trabalhando nas casas. [Sobre o pai] Nunca conheci... foi comprar um cigarro e até hoje. Meu pai: “eu vou comprar um cigarro aqui”... Eu tava na gravidez da minha mãe ainda, minha mãe ainda tava grávida... Aí, ele disse: - “Tânia ²⁹, eu vou comprar um cigarro e volto já”, e nesse cigarro, minha filha, até hoje; vai fazer trinta anos, “ô cigarro longe” (...) sempre moramos [ela, a mãe e o irmão] com a minha avó; sempre a gente morou junto: tia, primo, era muito, no Castelo [bairro Castelo Encantado]. Ali, onde é a fábrica de manteiga, morava de aluguel. (Esmeralda).

Segundo o autor, a desfiliação é produzida mediante os efeitos negativos da não integração dos indivíduos em atividades produtivas, ou seja por não ter um lugar ocupável na divisão social do trabalho e por não participar das redes de sociabilidades, nem nos sistemas de proteção social. Além da desfiliação, o autor remete-se à vulnerabilidade social como a zona intermediária, instável que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade.

Tomando por base a classificação de Castel (1998), nesta pesquisa, observam-se situações de indivíduos classificados tanto como desfiliaados, ou seja, completamente destituído de qualquer integração econômico-social e indivíduos que se encontram no limite dessa desintegração. No entanto, ao perguntar às entrevistadas sobre o significado de pobreza e se elas se consideram “uma pessoa pobre”, obtém-se respostas carregavam um tom de contradição, ora reafirmando, ora negando essa condição.

²⁹ Nome fictício da mãe da entrevistada.

Ser pobre não é o que você não tem na casa; é o que você não tem no espírito; sabe? Acho que essa coisa assim tá muito errada, essa história de ser pobre, acha que é não ter um canto... **Ainda me considero (pobre), me considero, por conta assim da falta de emprego**, mas eu não sou muito apegada com negócio de móvel. A gente tem que comer o melhor da terra, mas ainda não chegou a minha oportunidade, quando chegar, **vou tá com paciência pra melhorar... claro que tenho esperança e fé em Deus... Que vai melhorar..** (Esmeralda, grifos meus).

Eu acho assim.. sem muitos recursos, porque a vida não me deu o privilégio de eu ter. A **pessoa ser pobre é você ser amarga com a vida, ser uma pessoa sem sonho**; a pessoa que não tem sonho; ser uma pessoa assim que não tem amor próprio, que acha que é a mínima das criaturas, que se acha rejeitada... Eu acho assim, a pessoa ser pobre de espírito. (Safira, grifos meus)

Materialmente sim. Porque eu vejo necessidade materialmente dentro da minha casa e eu não posso comprar. Que nem um short, uma toalha, uma chinela, um colchão... uma coisa melhor pra eles, eu não posso dar. Materialmente me considero pobre. **Eu me considero ricamente espiritualmente.** (Cristal, grifos meus).

Não. **Pobre, pobre não, porque tem gente mais...** assim que eu sou, minha casa é humilde... Mas tem gente que necessita mais do que a gente. **Nós mora aqui numa área de risco, mas tem gente que mora pior do que a gente.** (Marcacita, grifos meus)

Não. **Pobre, pobre não. Nós três, no mês, a gente só tem R\$ 300, a gente paga água, paga luz, paga o gás, o restante a gente paga alguma coisa, compra um caderno, um lápis, alguma coisa assim.** Uma pessoa pobre é quando a pessoa tá passando necessidade com os filhos, vai atrás de um emprego e num encontra. (Rubi, grifos meus).

Assim em termo de uma parte sim; de outra não. Por ser pobre assim, de eu não possuir um casa que preste pra mim morar; de eu não possuir o que eu tenho vontade de dar pros meus filhos, pra minha filha, aí, eu me acho pobre. Mas de espírito, não. Eu acho que é isso mesmo, não poder ter um conforto, não poder dar um conforto pros filhos, isso aí eu acho que é a pobreza que eu possuo. (Pérola, grifos meus).

Nota-se, nas narrativas, que a percepção das mulheres sobre pobreza está vinculada a dois aspectos: o material e o “espiritual”. Do ponto de vista material, a pobreza é algo que realmente existe em suas vidas e concretiza-se na ausência de um emprego, na falta de uma casa em boas condições para morar e, em virtude do conteúdo de gênero, na escassez de dinheiro para comprar alimentos ou vestimentas, sobretudo, para os filhos.

No entanto, em vários momentos das falas, as mulheres negaram, mesmo que parcialmente, a pobreza em que vivem, sob o argumento de que “espiritualmente”, elas não se consideram pobres. Atenta-se, assim, para os diversos sentidos que são dados à pobreza. Sentidos estes que podem ser, inclusive,

considerados como mecanismos de resistência, uma vez que a pobreza está vinculada ao estigma da inferioridade social.

Desse modo, para as entrevistadas, a pobreza transcende a esfera material e vincula-se aos seus valores, suas crenças morais e religiosas e, aos seus próprios comportamentos. Outra questão abordada refere-se aos anseios de mudanças e à sensação de esperança, perante as dificuldades vividas, que são sustentadas, principalmente, devido à forte influência que as religiões exercem nos meios populares.

Essas informações, de natureza empírica, são articuladas às análises de Serge Paugam (2003) sobre a pobreza. Segundo esse autor, nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência. (PAUGAM, 2003)

Paugam utiliza mais especificamente o conceito de desqualificação social. Assim, o autor permite compreender por um lado, como os indivíduos em estado de privação estão relacionados aos serviços de assistência social pública, mediante a modalidade de intervenção e, por outro lado, o sentido que os indivíduos dos diferentes grupos atribuem às suas experiências, tendo como foco o eixo teórico da desqualificação social.

Estudar a desqualificação social ou, em outros termos, o descrédito daqueles que, à primeira vista, não participam plenamente da vida econômica e social significa estudar a diversidade dos status que os definem, as identidades pessoais, ou seja, os sentimentos subjetivos acerca da situação que esses indivíduos experimentam no decorrer de diversas experiências sociais, e, enfim, as relações sociais que mantém entre si e como o outro. (PAUGAM, 2003, p. 47).

Em linhas gerais, Paugam (2003) classifica três tipos de indivíduos: os assistidos, os fragilizados e os marginalizados. Os assistidos são aqueles que denotam dependência dos serviços socioassistenciais; os fragilizados são os que se beneficiam de uma intervenção social pontual na esfera do seu orçamento; e os marginalizados trata-se de pessoas que não mais se beneficiam ou nunca se

beneficiaram de uma intervenção social regular do tipo assistencial, portanto, são desprovidos de status e de poder.

Nesta pesquisa, em vistas dos entendimentos revelados pelas mulheres entrevistadas sobre suas condições de pobreza, torna-se importante concentrar-se num outro aspecto que os pobres se identificam que é o lugar, a comunidade em que vivem.

Assim, diferente do olhar comum que, muitas vezes simboliza a comunidade, enfatizando-a apenas como território dos problemas sociais, lócus de pobreza e marginalidade e, ainda estigmatizando os que lá habitam, é necessário ampliar a visão no sentido de enxergar as particularidades, os modos de vida que garantem, inclusive, a identidade de seus moradores.

É importante lembrar que o termo favelado, originalmente o habitante da favela, ou seja, de um lugar determinado, passou a designar, de maneira pejorativa, quem quer que ocupe qualquer lugar social marcado pela pobreza ou pela ilegalidade. Nesta representação, o morador de uma favela só pertence ao mundo popular como também ao mundo dos problemas sociais. Com a crescente difusão da imagem da favela como enclave, reafirma-se a pobreza engendrando a pobreza, e a pobreza engendrando os problemas. Será que não estamos diante de um círculo vicioso da estigmatização? (VALLADARES, 2005, p. 151).

Valladares (2005), em seus estudos sobre a favela carioca, expressa que falar de favela no singular tem implicações importantes, uma vez que a adoção da homogeneidade como pressuposto e o desinteresse pela diversidade podem tornar secundárias as diferenças internas ao mundo da favela. Enxergar as comunidades a com um único olhar, é ocultar o mosaico de imagens, a pluralidade das formas e das relações que permeiam o dia-a-dia desses lugares.

Eu gosto, lugar onde eu moro. Só fico assim, porque a gente mora aqui e sabe que qualquer instante pode aparecer um empresário que compre aqui...(Marcacita, grifos meus)

Ah, eu acho maravilhoso, apesar de ser tudo, eu acho ele maravilhoso. Só essa vista pro mar é uma coisa muito boa... “tá com problema, desça aqui pra Praia do Futuro e vá pro mar... pronto acabou-se”. É... maravilhoso. (Esmeralda, grifos meus)

Não, assim, é boa, a única coisa que precisa mais aqui é as pessoas investisse mais em área de lazer, em saneamento, é ônibus, porque

isso aqui ficaria muito mais no auge se nós tivesse ônibus, asfalto, essas coisas... aí, ficava uma coisa bem estruturada. (Safira, grifos meus)

Gosto. Ave Maria, eu adoro esse lugar. Eu gosto de ficar perto do meu trabalho, ficar perto do trabalho do meu marido e devido à amizade que eu já tenho aqui dentro. (Pérola, grifos meus).

Ah é boa [a comunidade], é um pessoal... um companheirismo... **eles entende os problema da gente, eles podendo, tendo condições de ajudar a gente, eles ajudam. Um é amigo do outro, um ajuda o outro.** (Ametista, grifos meus)

Os relatos acima indicam um sentimento de pertencimento com o lugar. Embora o Morro da Vitória registre sinais de pobreza, de carência de políticas públicas e de violência, em todas as entrevistas foram relatados os vínculos de sociabilidade estabelecidos pelas mulheres com o lugar onde moram.

As redes de solidariedade entre a vizinhança também são bastante comuns. Somente Cristal (embora relate que gosta da comunidade em que mora) deseja mudar-se, em virtude do envolvimento de um dos seus netos com as drogas.

Eu quero sair daqui, não por eu ter mau vizinho não, graças a Deus, mas pra ver se eu amenizo só essas coisas que a vida aprontou pra mim. Mas eu creio que já foi tudo desmanchado. Acredito que Deus até já trabalhou na vida dele [refere-se ao neto]; pedi a Deus que trabalhe na vida dele e de todos. **Droga [remete-se ao uso de drogas por um de seus netos]. Ele vou lhe dizer, ele usava (...).** Tá em casa, já vai fazer quinze dias, e eu disse: “meu filho, agora é Deus e você, porque agora você tá de maior, é Deus e você”, nem por morte, nem que por doença, mas se é pelo amor de Deus, que Deus o livre, um dia...” porque pior que lá onde ele tava [remete-se ao CECAL³⁰, onde seu neto encontrava-se abrigado]... Não é presídio, cadeia não, é pra de menor, não constrange a gente, não, graças a Deus não, mas passou pra de maior... [refere-se à passagem para a maioria do neto] (Cristal, grifos meus)

Mediante este relato confuso e emocionado³¹ acima de Cristal, sobre o envolvimento de um de seus netos com drogas e do retorno dele do CECAL, a religião aparece como uma compensação não só para os alhures da pobreza material, mas como uma saída em face da drogadição juvenil e da violência.

³⁰ O Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider (CECAL) é um equipamento público, vinculado à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, do governo do estado do Ceará que atende em regime de internato, adolescentes e jovens do sexo masculino, em conflito com a lei e autores de ato infracional grave, com privação de liberdade.

³¹ Durante vários momentos da entrevista, Cristal chorou. Essa foi uma das questões difíceis de ser verbalizadas pela entrevistada, por isso é notória a natureza confusa, mas profunda, de suas palavras.

No entanto, mesmo sabendo que a criminalidade, o tráfico de drogas e a violência têm sido crescentes nas últimas décadas, não se quer aqui reforçar o olhar de criminalização dos pobres, ou de associação da pobreza com a violência e o tráfico de drogas. A intenção é, pois, tornar visível, conforme descrição das mulheres, o cotidiano do lugar em que moram e as dificuldades enfrentadas por elas e suas famílias.

Teve um tiroteio e a menina gritava muito (...) Hoje de madrugada, às três horas da manhã... Aqui no beco, no segundo beco, eu fiquei apavorada. Era o marido [de uma vizinha], porque parece que ela não quer mais ele, e ele é traficante, e ele deu um tiro, acho que deu um tiro na perna dela. E ele correu pra cá pra esse beco da gente aqui, os cachorro ficaram tudo doido, foi horrível. Aí, a gente **se depara com a polícia na porta, que empurra e não pede licença(...)** Minha filha, aqui acontece de tudo. Infelizmente a polícia é corrupta, ela solta os traficantes só por dinheiro, ela não vai pegar o traficante e não vai prender; nunca aconteceu isso, ele espera tal hora, “isso aqui, é três mil”, aí tal hora o traficante vai deixar o dinheiro. Eu não acredito em policial nenhum, não vou mentir pra você, a gente moramos aqui, a gente sabe. Aí ele entra na casa e é empurrando. Esse menino [aponta para um dos seus filhos] morre de medo. O major, graças a Deus, a gente nunca viu situação errada dele não. Mas, até o do Ronda... É horrível, aí veio, disse que tinha um ladrão, que pulou num sei pra onde, aí empurrou... [a porta] (Esmeralda, grifos meus).

A fala descrita por Esmeralda mediante a realidade vivida no Morro da Vitória traz à tona o debate estabelecido por Zaluar (2004) sobre a ação confusa da polícia junto às comunidades pobres. A discriminação básica do sistema policial e jurídico brasileiro rotula, com sucesso, como criminoso, o delinquente advindo das classes populares e o trata com violência. (ZALUAR, 2004).

A polícia, como se sabe, tem tido uma atuação confusa, em que se definam, com clareza os princípios e também os limites da sua atuação. Muitas vezes, por força de sua política repressiva, o efeito dela é oposto do desejado: termina frequentemente na antipedagogia da corrupção e da violência arbitrária. (ZALUAR, 2004, p. 77-78).

Observa-se, pois, que a compreensão acerca da pobreza relatada pelas mulheres do Morro traz conteúdos que se coadunam com as argumentações dos estudiosos citados acima. A pobreza é vista como uma situação de privação material, mas também como uma ausência de políticas públicas e, ainda, como um processo que estigmatiza e inferioriza os pobres.

O lugar onde moram os pobres carrega especificidades. Espaço marcado por uma geografia própria e fora das normas de ocupação do solo urbano, a

comunidade apresenta singularidades nas quais, ora os modos de vida dos pobres são compartilhados, explicitando códigos de solidariedade entre si, ora demonstram os conflitos advindos dos vínculos desfeitos, mediante os efeitos do individualismo moderno e da cultura do consumo por que também perpassa a vida dos pobres.

Como diz Zaluar (1985), a população empobrecida é altamente heterogênea em relação à sua inserção no processo produtivo, às suas preferências religiosas ou às suas tradições, mas homogeneizadas no tocando às suas condições de vida.

A seguir, discorre-se acerca das relações estabelecidas entre a pobreza e a vida das mulheres, uma vez que as desigualdades sociais estão transversalmente permeadas pelas relações de gênero e raça.

3.3 Mulheres, pobreza e a desigual divisão sexual do trabalho

Nas últimas décadas, conforme descrito no capítulo anterior, as relações familiares e de gênero têm passado por inúmeras transformações. Nesse momento, destacam-se as mudanças vivenciadas pelas mulheres nas últimas décadas, concomitante aos efeitos, sejam estes positivos ou negativos, dessas variações nas suas condições materiais de vida. Busca-se, portanto, dimensionar a pobreza de forma sexuada, uma vez que ser mulher e ser pobre são dois imperativos bastante interrelacionados entre si.

É sabido que a partir da década de 1970, a participação feminina no mercado de trabalho aumentou significativamente, assim como o nível de escolaridade destas. Concomitante a isso, as estruturas familiares tornam-se cada vez mais heterogêneas, a diversidade de arranjos familiares criam novas formas de convivência entre seus membros e, ainda, as chefias femininas nos lares brasileiros é um fenômeno cada vez mais visível e frequente.

Segundo a pesquisa “*Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*”, realizada por Pinheiro (2008), ao longo do período de 1993 a 2007, a tendência na proporção de família chefiada por mulheres, passou de 22,3% para 33%. Essa

tendência, por sua vez, tem sido relacionada diretamente ao fenômeno da feminização da pobreza.

As condições adversas das mulheres chefes de família de administrar duplamente a sua participação nas esferas produtivas e reprodutivas e o grande número de mulheres pobres que se encontram nessa situação, há que se ter alguns cuidados ao realizar a abordagem da feminização da pobreza articulada à chefia feminina.

Macedo (2008) problematiza algumas questões da interrelação entre pobreza e chefia feminina. Ressalta a homogeneidade artificial construída em torno das mulheres em situação de chefia de seus núcleos domésticos, uma vez que essa situação é vivenciada por mulheres pertencentes a várias classes sociais.

Outro argumento apresentado pela autora (2008) é que a associação negativa entre chefia feminina e pobreza é vista como se o crescimento dos domicílios fosse símbolo de quebra de valores familiares e da desorganização familiar, portanto uma situação de retrocesso no ciclo “ideal” de desenvolvimento da família. Por fim, ressalta a conotação negativa da escolha das mulheres chefes de família como objeto de políticas sociais.

Em que pese uma série de argumentos contrários, não há como negar que a ênfase excessiva na vulnerabilidade dos domicílios com chefia feminina, contida na perspectiva de análise da feminização da pobreza, termina por reforçar estereótipos e por provocar um alto nível de estigmatização das unidades domiciliares e dos sujeitos que se encontram nessa situação. O próprio movimento feminista realiza uma crítica a essa perspectiva e propõe a adoção da expressão pauperização das mulheres, questionando-se: por que associar ‘feminização’, palavra culturalmente desvalorizada, à palavra ‘pobreza’, também socialmente depreciativa? (MACEDO, 2008, p. 398).

Lavinas e Nicolli (2006) reforçam essa tese ao discorrer que a questão das diferenças salariais entre os sexos uma problemática muito maior da “masculinização da riqueza” do que da “feminização da pobreza” no Brasil. Os rendimentos das mulheres mais escolarizadas e de maior capital humano e social representam 68% dos rendimentos masculinos em situação semelhante.

Os autores ressaltam, ainda, que o debate atual da relação entre a denominada feminização da pobreza e a chefia familiar feminina precisa ser melhor problematizada. As análises generalizantes e com base na ideologia eurocêntrica da família nuclear da realidade podem reforçar os estereótipos construídos em torno das famílias chefiadas por mulheres.

Assim, leva-se em conta a relação estabelecida entre a chefia feminina e a feminização da pobreza, sobretudo, para que não se corrobore com processos de estigmatização das mulheres. No entanto, convém destacar que as mulheres, sejam estas pertencentes a qualquer estrutura e composição familiar, ainda encontram-se em condição desigual em relação aos homens.

Um dos exemplos concretos dessa desigualdade e que perdura por várias décadas, refere-se à participação das mulheres no mercado de trabalho. Esta ainda ocorre mediante uma inserção em condições desiguais de tratamento, tempo, mobilidade e remuneração, em relação aos homens.

A segregação no mercado de trabalho destinou às mulheres os empregos mais precários, geralmente informais ou em tempo parcial, salários mais baixos, menor cobertura dos serviços de seguridade social e dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas.

Lavinas (1999) expõe algumas razões que podem explicar o aumento do sexo feminino no mercado de trabalho. Uma delas decorre da amplitude do processo de reestruturação produtiva, iniciado nos anos 1980, e que afeta, sobretudo o mercado industrial, cuja redução tem rebatimentos negativos, incidindo mais nos trabalhadores homens que compõem a maior parte da mão-de-obra desse setor.

Outro fato, segundo essa autora, que estimula a inserção produtiva das mulheres é a expansão da economia de serviços. Uma terceira questão refere-se à maior flexibilização no mercado de trabalho e a precarização das relações de trabalho, com o aumento da ocupação por conta própria e da informalidade em geral.

O trabalho doméstico remunerado, por exemplo, é ainda é uma atividade desempenhada principalmente pelas mulheres negras no Brasil. Em 2007, 12,1% de mulheres brancas estavam ocupadas no trabalho doméstico remunerado em contraposição a 21,4% das mulheres negras. (BRASIL, 2008)

Algumas questões expostas na falas das entrevistadas revelam um cotidiano marcado pelo trabalho informal e em tempo parcial e ainda, pelas situações de desemprego que atingem as mulheres pobres.

Outro fato importante a ser destacado é a participação de algumas mulheres nas atividades comunitárias. Em especial, no Morro da Vitória, algumas das entrevistadas desenvolvem atividades na Casa de Costura, como uma alternativa de receber algum ganho extra.

Durante o dia, de manhã eu saio com minhas merendazinha, pra eu poder ganhar meu pão. Chego duas horas, três horas, aí eu vou... descanso ali um pedacinho, aí vou atrás de comprar mais alguma coisa pra mim poder trabalhar no outro dia. **Em casa, quando eu num tou fazendo minhas merenda, eu tou fazendo meu crochê, o meu bicozinho, além do meu Bolsa Escola** [refere-se ao benefício do Programa Bolsa Família], **porque só Bolsa Escola não dá pra mim comer, não dá pra mim pagar luz, pagar água, vestir e calçar; isso pra mim e meu neto, não dá; eu tenho que fazer essas viraçãozinha, minha merenda e meu crochezinho..** (Ametista, grifos meus)

Assim, quando eu não tou prestando serviço... **eu tou aqui na Associação, ajudando a correr atrás de algum projeto, ajudando também nessa parte da comida, que, às vezes, eu fico na cozinha pra organizar, ou quando não, tou prestando favor a alguém lá fora,; alguém que não tem como ir, que não entende, eu já vou. Porque se eu tiver dentro de casa, aí entra muita baboseira na cabeça,;aí eu quero me manter ocupada (...)** Eu vejo aquelas (mulheres), tipo: tem a mulher guerreira, né? ... assim como eu, como a Liduína, tem aquelas pessoas que lutam mesmo, não só pelos seu objetivo, mas, sim, pela causa dos outros também; mas têm aquelas também acomodada, sabe, que fica ali. (Safira)

Bom, durante o dia, eu quando eu não vou lá pra Casa da Costura, eu tou na minha casa trabalhando, fazendo esse trabalho aí que você tá vendo [refere-se ao trabalho doméstico]. Às vezes eu vou pra uma reunião do colégio, às vezes eu vou pra uma reunião do projeto da minha filha, às vezes, as meninas me chama pra mode eu ir pra algum canto, eu vou com elas, ou às vezes eu vou lá pro terreno. É assim, meu dia-a-dia; é isso. Não, às vezes quando eu tou dentro de casa, eu faço o almoço... eu num gosto muito de fazer não porque eu vivo com um problema seríssimo na minha cabeça, de não é tá podendo tá se movimentando; eu tenho que tá sentada. (Pérola, grifos meus)

A pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça³², desenvolvida por Pinheiro (2008) revela o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Em 1996, 46% da população feminina estava ocupada ou à procura de emprego. Essa proporção sobe para 52,4% em 2007, sendo ainda inferior em relação aos homens, que alcançou 72,4% no mesmo ano.

Em relação ao rendimento médio na principal ocupação no mercado de trabalho, em 2007, enquanto as mulheres brancas ganhavam, em média, 62,3% do que ganhavam os homens brancos, as mulheres negras ganhavam 67% do que recebiam os homens do mesmo grupo racial e apenas 34% da renda média dos homens brancos. Não obstante, vale destacar que os diferenciais de remuneração entre os grupos de brancos e negros reduziram em cerca de 13% e, entre mulheres e homens diminuíram em 10%.

Esses indicadores comprovam mais uma vez que as discriminações de gênero e raça se refletem na inserção desigual dos sujeitos no mercado de trabalho e na diferenciação de renda advinda dessas atividades. Dentre os fatores que explicam tal realidade, destaca-se o “destino histórico” das mulheres serem as principais responsáveis pelas atividades de cuidado da casa e da família. A responsabilidade das mulheres pelo trabalho doméstico não-monetarizado, mas extremamente útil para a reprodução e manutenção da sociedade, dificulta o investimento na sua formação profissional e no trabalho remunerado, dada sua limitação de tempo e recursos.

Uma questão importante revelada nesta pesquisa é que mesmo sob condições precárias, há um nível de aceitabilidade do trabalho pago, seja ele formal ou informal, como parte constitutiva da vida das mulheres. Essa aceitação manifesta-se numa espécie de valorização econômica e social da condição de ser mulher e trabalhadora.

³² Essa pesquisa, em sua terceira edição, é fruto da parceria entre o Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). O Retrato das Desigualdades apresenta indicadores referentes ao período de 1993 a 2007 oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Eu acho que as mulheres hoje tão chegando do mesmo nível que os homens, em termo de atividades, né? É em tudo, porque as mulheres antigamente, na minha época, na época do meu pai, as mulheres não saía pra trabalhar fora.. sempre o marido não deixava ela podia sair. Hoje não, hoje já tá totalmente diferente. (Marcacita)

As mulheres que eu vejo.. bom, eu vejo que muitas têm coragem de dar o duro de trabalhar, outras não. Outras só querem moleza. Eu tiro por mim, porque eu sou uma velha, eu vou fazer 56 anos, mas eu não me troco por certas mulheres novas de hoje que não tem coragem de dar o duro, como os velhos de antigamente tem (...). **Porque o que os homem, faz as mulher também faz. No trabalho. Porque eu tiro por mim - agora não, mas antes já fiz -,se o homem trabalha em construção, a mulher também tem condição de trabalhar.** (Ametista, grifos meus)

Eu acho que seria tudo igual né? Não tem esse negócio assim... pra mim, na minha mente não existe, mas só que tem né? **Então mulher ela pode ser eletricista, ela pode ser bombeiro, ela pode ser professora de educação física, ela pode ser... como é que se diz, ela pode ser uma advogada..** (Esmeralda, grifos meus)

Entretanto, a valorização do trabalho pago coaduna-se com a exaltação do trabalho doméstico, como algo naturalizado na vida das mulheres pobres. Assim, apesar de penalizado, dada as precárias condições de serviços, como esgotamento sanitário e água encanada e, ainda, a dificuldade de acesso a bens duráveis, como máquina de lavar, a execução das atividades domésticas ainda permanece como algo não questionado em face da condição de ser mulher.

Eu só paro 11 horas da noite. Fazendo as minhas coisas, lavando louça, lavando as roupas deles, correndo resolvendo problema de colégio, resolvendo outros problema pros outros também...(Cristal, grifos meus)

Aqui... cuidar das minhas filhas, brincar com elas, levar elas pra passear, pra se divertir. Em casa, a gente brinca...Em cuidar da casa faz tudo né? Ela [refere-se à filha mais velha] me ajuda muito, principalmente a Lilian³³, ela me ajuda muito com a pequena, ela lava uma louça, ela varre uma casa, Meu tempo de mulher mesmo, é só dentro de casa (Marcacita)

Roupa, comida, cuidar dos meninos pra ir pra escola, essas coisas assim (...). Faço almoço, a comida dele [refere-se ao marido] que tem que ir cedo [para o trabalho], aí, depois eu vou lavar a louça, vou lavar um pouquinho de roupa, dou uma varrida (...) Aí, vou um pouco conversar com minhas colegas. Eu sou muito divertida, eu gosto muito de conversar, as meninas me conhecem aqui. É, vou aqui, vou acolá; e tomo café numa... às vezes, de manhã também, quando eu tou indisposta de fazer alguma coisa, eu já digo pra ele [refere-se ao marido] “meu filho, vou fazer um lanche, e não tou com vontade de fazer isso”, aí ele não me obriga, sabe que, graças a Deus, foi um presente de Deus. Tive uma época, tive uma depressão muito grande durante um ano, depois desse menino [aponta para um dos filhos] (Esmeralda)

³³ Nome fictício da filha da entrevistada.

Assim, salvo algumas narrativas descritas abaixo que revelam avanços nas percepções e práticas de algumas mulheres acerca da distribuição das tarefas domésticas, no interior de suas famílias, observa-se que a divisão sexual do trabalho doméstico permanece inalterada, frente aos papéis tradicionais de gênero.

As tarefas é assim: eu, antes quando eles era tudo pequeno, mas aí foi uma coisa que eu ensinei logo, aqui todo mundo sabe fazer café, aqui todo mundo sabe fazer o almoço... **Tanto homem como mulher, todo mundo sabe varrer uma casa, todo mundo sabe lavar...** aqui, a única coisa que eles não gostam de fazer é lavar banheiro. (Pérola, grifos meus)

Eu acho que isso depende de convivência, porque pelo meu companheiro mesmo... se ele chegasse em casa e eu tivesse no pé do fogão e cuidando da roupa pra enxaguar, ele dizia “cuida da comida” e ele já ia lá enxaguar a roupa. Se ele chegasse e eu tivesse na roupa e ainda faltasse ainda limpar a casa, ele pegava o mais pesado, que era... aí roupa, “tu vai lá cuida da casa”; quer dizer a gente repartia, tá entendendo? Nunca teve esse negócio “não... eu não, eu não vou fazer isso é serviço pra mulher”, não, não tinha essa divisão. Meu filho também, o que é casado, também ele faz essa parte aí, ele chega em casa, se a mulher tá ocupada com a neném, ele vai... Até roupa ele lava, tá entendendo? Não existe essa rejeição, de jeito nenhum. (Safira)

Em face das falas expostas pelas entrevistadas, recorre-se à análise de Kergoat (2003) acerca do significado da divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) (KERGOAT, 2000, p. 55-56).

Segundo a autora, essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação, no qual há uma ideia de que existem trabalhos diferentes para cada um dos sexos, e o princípio de hierarquização, em que o trabalho desenvolvido pelos homens é considerado mais valorizado do que o trabalho desempenhado pelas mulheres.

A divisão sexual do trabalho visibiliza o processo de legitimação da naturalização dos lugares ocupados por homens e mulheres, nos quais vincula as práticas sociais aos papéis construídos, historicamente, pela diferença entre os sexos. Assim, às mulheres são destinadas às atividades vinculadas ao cuidado, a exemplo das profissões ditas tradicionalmente femininas. É relevante lembrar que

essas atividades são, geralmente, menos valorizadas socialmente, tanto do ponto de vista da remuneração, quanto do *status* social.

Durham (2004) expõe que, com o processo de industrialização, houve uma inclusão simultânea, porém contraditória, das mulheres nas duas esferas, a pública e a privada. As mulheres precisam lidar com duas situações, uma que a iguala aos homens, na esfera da produção social e do mercado, e outra que é a de sua desigualdade na esfera doméstica de reprodução.

Nesse sentido, à medida que as mulheres passam a transitar entre as esferas do trabalho doméstico familiar e do trabalho mercantil, mais forte são as exigências de conciliação e uso do tempo por elas. A baixa participação doméstica dos homens faz com que esses tempos se sobreponham entre si e que as mulheres experimentem a contínua tensão de estruturar suas vidas mediante as inúmeras tarefas que lhes são impostas no cotidiano.

Segundo Carrasco (2003),

com a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a resposta social e masculina nula a essa mudança de cultura e comportamento das mulheres, elas assumirão a dupla jornada e o duplo trabalho, deslocando-se continuamente de um espaço a outro, superpondo e intensificando seus tempos de trabalho. Tempos que vêm determinados, por um lado, pelas exigências da produção mercantil e, por outro, pelas exigências naturais da vida humana. (CARRASCO, 2003, p. 38).

A autora (2003) afirma que o trabalho de cuidado das pessoas nos lares envolve uma carga subjetiva que está diretamente relacionada com a sustentabilidade da vida humana. Esse conjunto de tarefas, realizadas, sobretudo pelas mulheres, tendem a dar apoio não só às pessoas dependentes por motivos de idade e saúde, mas também à grande maioria dos homens.

Nessa perspectiva, embora a cobertura de serviços básicos à população brasileira tenha aumentado nos últimos anos³⁴, é mister dizer que a fragilidade dos

³⁴ O aumento na cobertura dos serviços de saneamento básico demonstra que em 2007, 98% dos domicílios urbanos do Brasil conta com serviços de coleta de lixo. O serviço que oferece menor cobertura populacional, apesar do crescimento de quase 13 pontos observados no período, é o de esgotamento sanitário, com percentual de 82,3% dos domicílios atendidos. (BRASIL, 2008).

serviços sociais básicos que poderiam contribuir para diminuir o trabalho das mulheres em determinadas atividades domésticas e familiares, colabora para que as mulheres pobres ocupem posições de vulnerabilidades e riscos sociais.

Segundo Lavinás e Nicolli (2006), os estudos têm demonstrado que, no Brasil, as mulheres pobres carecem não apenas de renda monetária, mas de meios e serviços para ampliar sua autonomia no âmbito das relações sociais de gênero e expandir suas posições no mercado de trabalho.

Diante do exposto, percebe-se que as especificidades de ser mulher e ser pobre estão relacionadas à condição em que se encontram, frente à conciliação entre o trabalho doméstico e o trabalho mercantil. O trabalho doméstico, para as mulheres pobres, tem um peso e ocupa um tempo maior, pois estas não podem contar com soluções individuais que aliviem sua carga de trabalho, a exemplo da compra de bens e serviços pelas mulheres com rendas altas.

Além disso, a inserção das mulheres pobres no mercado de trabalho ocorre através de trabalhos precários, informais e em tempo parcial, em atividades tradicionalmente ditas como femininas, como o trabalho doméstico remunerado, das atividades esporádicas de faxina, da feitura e venda de comidas, da lavagem de roupas, dentre outras.

O baixo nível de escolaridade dessas mulheres e as histórias de vida marcadas pelo trabalho infantil, principalmente vinculado às atividades domésticas são fatores que corroboram para que as oportunidades de autonomia financeira entre as mulheres pobres seja algo mais difícil de ser alcançado.

3.4 Gênero: expressões das relações desiguais entre homens e mulheres

A realização voluntária do trabalho doméstico e familiar pelas mulheres, em nome de sentimento amoroso e da promoção de afetos, contribui para a internalização de uma lógica naturalizadora que identifica as mulheres aos papéis tradicionais de esposas e mães.

Tal lógica baseia-se, fundamentalmente no modo que as relações sociais de gênero têm sido construídas historicamente, nos diversos espaços de sociabilidade. Essas relações são baseadas em práticas, representações, valores, e normas aprendidas e vivenciadas, culturalmente, por homens e mulheres, a partir das suas diferenças sexuais.

A emergência dos estudos de gênero, em nível internacional, sobretudo, na década de 1980, está diretamente relacionada às pesquisas feministas. As produções acadêmicas, nessa área, foram influenciadas por um contexto de efervescência das lutas sociais, nos anos 1960, em que se destaca o feminismo.

Na realidade brasileira, os estudos de gênero também decorreram das pesquisas desenvolvidas sobre a mulher. Ressalta-se que tais estudos, atravessam, especialmente, o campo interdisciplinar das Ciências Sociais, assim como se articula com o cenário de lutas do movimento de mulheres e feminista³⁵ que ressurge, no Brasil, a partir dos anos 1970.

No fim dos anos 80, especialmente a partir de 1987, no Brasil, na academia de Ciências Sociais e na academia de estudos da Literatura e crítica literária, postula-se a primazia dos estudos dos papéis sexuais pelos de gênero. (MACHADO, 1992, p. 26).

Dentre as inúmeras produções relacionadas à temática das relações de gênero, destacam-se os estudos acerca do sistema sexo/gênero realizados pela antropóloga e feminista Gayle Rubin. Essa autora, através do texto *The Traffic in women: notes on the political economy of sex*³⁶ (RUBIN, 1975), busca responder a recorrência da opressão e subordinação feminina, com base em um diálogo crítico com a teoria antropológica de Lévi-Strauss, a psicanálise de Freud e com o marxismo. (SCAVONE, 2008).

Outra autora bastante citada nos estudos realizados, no Brasil, sobre gênero, é a historiadora americana Joan Scott. Segundo ela (1989), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas

³⁵ Nesse período, os estudos sobre mulher no Brasil são influenciados pelos diálogos com o movimento feminista francês e anglo-saxônico. (MACHADO, 1992)

³⁶ O Tráfico das mulheres: notas de uma economia política do sexo

entre os sexos. É também uma forma primeira de significar as relações de poder. Gênero constitui-se como uma categoria útil, uma vez que rejeita justificativas biológicas e refere-se às origens sociais das identidades de homens e mulheres.

A autora ressalta quatro elementos constitutivos nos quais são alicerçadas as relações de gênero. Dentre eles, destacam-se: os símbolos culturalmente disponíveis, que evocam as representações múltiplas, e os conceitos normativos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, a partir da oposição binária entre o masculino e o feminino. Um terceiro elemento remete-se à dimensão organizacional que aprofundam as desigualdades de gênero e, por fim, a identidade subjetiva, ou seja, a maneira de construção das identidades de gênero.

Dentre as análises realizadas pelas feministas marxistas francesas, destaca-se a produção de Kergoat (2003), citada anteriormente, em que utiliza a expressão relações sociais de sexo. Segundo ela, essas relações denominam a tensão permanente que atravessa o campo social entre os grupos de interesses antagônicos, representados pelo grupo social dos homens e o grupo social das mulheres.

Ainda de acordo com a autora, a tensão permanente entre esses grupos gira em torno da questão do trabalho e suas divisões. Assim, “as relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são duas expressões indissociáveis e que forma epistemologicamente um sistema.” (KERGOAT, 2003, p. 58).

Partindo desse diálogo entre essas estudiosas, percebe-se que os estudos de gênero estimularam novas questões a serem investigadas. A divisão sexual do trabalho, as relações desiguais de poder estabelecidas entre homens e mulheres, o controle do corpo e da sexualidade das mulheres como um mecanismo de dominação masculina são exemplos desse mosaico de temas que contornam os debates de gênero.

É salutar falar, ainda, da necessidade de articulação gênero com outras formas de desigualdade, como raça e classe. Considerados o tripé que institui as

desigualdades, no Brasil, esses três temas funcionam como marcadores das assimetrias que provocam lugares de subordinação, mediante as construções das sociabilidades humanas.

Nesse trabalho, compreende-se gênero como categoria teórica capaz de explicar as urgências das relações sociais desiguais em que vivem homens e mulheres, mas também como categoria política. Assim, ao enxergar as mulheres como sujeitos de direitos, delimita-se uma posição de negação das formas de opressão e subordinação a que as mulheres estão submetidas, rumo à construção de valores e práticas que promovam a emancipação humana, através da igualdade entre ambos os sexos.

Ainda persistem inúmeros preconceitos que os estudos feministas e/ou estudos de gênero causam às /aos cientistas sociais em geral, que, ao recusarem sua relativa autonomia histórica, teórica e política, consideram-no de menos importância diante de questões sociológicas e políticas abrangentes. Além disso, há também, dentro do campo específico dos estudos de gênero, aqueles/as pesquisador/as que trabalha(m) com temas, mas nega(m) ligação de suas pesquisas com o feminismo, como se gênero fosse uma categoria neutra, apenas denominativa. Por fim, há aqueles/as que não consegue(m) ultrapassar o patamar da denúncia e minimiza(m) o diálogo com as teorias sociais, recusando o caráter científico de suas pesquisas. (SCAVONE, 2008, p. 174).

Destarte, a não neutralidade dessa categoria faz com que se destaque, a seguir, inclusive, como forma ser coerência histórica, algumas lutas desencadeadas pelo movimento de mulheres e feminista. Ressaltam-se as contribuições que esse movimento tem dado à conquista de direitos das mulheres, mediante a organização política das mulheres nos espaços públicos de debate, o que possibilita a afirmação da cidadania feminina e o aprofundamento da democracia no contexto brasileiro.

O surgimento do feminismo contemporâneo está diretamente vinculado à emergência dos novos movimentos sociais no Brasil, a partir dos anos 1980. Em meio ao cenário repressivo dos últimos anos de ditadura militar, os movimentos de base popular, a exemplo dos movimentos sociais urbanos como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); o fortalecimento do novo sindicalismo urbano e, posteriormente, o rural; o movimento feminista; ecológico; dentre outros, deram força à consolidação de um processo de novas experiências democráticas no cenário político.

Boaventura dos Santos (2001) refere-se às duas últimas décadas do século XX como anos de grande experimentação social, a partir das formulações políticas alternativas ao capitalismo. Essas composições são explicitadas pelos novos sujeitos sociais e traduzidas nos novos movimentos sociais, sobretudo, nos países centrais e em toda a América Latina.

De acordo com Santos (2001, p. 258),

a novidade maior dos NMSs³⁷ reside em que constituem tanto uma crítica da regulação social capitalista, como uma crítica da emancipação social socialista tal como ela foi definida pelo marxismo. Ao identificar novas formas de opressão que extravasam das relações de produção e nem sequer são específicas delas, como sejam a guerra, a poluição, o machismo, o racismo ou o produtivismo, e ao advogar um novo paradigma social menos assente na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida, os NMSs denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade.

Enfatiza-se que os movimentos sociais, na América Latina, sofreram influências dos movimentos de contracultura que ocorreram em contexto internacional, em meados do século XX. Essas lutas político-culturais, também denominadas movimento das “minorias”³⁸ adquiriram expressividade a partir da Revolução de Maio de 1968, quando novos protagonistas entram em cena, a exemplo das mulheres, estudantes, jovens, negros, homossexuais, dentre outros segmentos.

Os movimentos sociais trouxeram questões referentes à afirmação das múltiplas identidades dos sujeitos, do reconhecimento das diferenças como algo fundamental na afirmação das desigualdades contestadas pelos movimentos de esquerda tradicional.

Reconhece-se a importância histórica e contemporânea dos movimentos dos trabalhadores em torno das desigualdades socioeconômicas, entretanto, como

³⁷ Sigla referente aos novos movimentos sociais.

³⁸ O sentido de minorias expostos não traduz uma minoria quantitativa, mas uma referência qualitativa do direito à diferença.

forma de qualificar e ampliar tais processos reivindicatórios é necessário dar visibilidade às diferenças nas lutas mais amplas de transformação social.

De fato, a luta das minorias é exemplar desse debate entre a igualdade e liberdade e da busca de um equilíbrio entre esses dois valores. De um lado, as minorias necessitam afirmar suas diferenças, e aqui podemos lembrar a repressão dos comunistas aos que não seguiam a norma do partido e/ou regime. De outro, exigem que o direito de exercer sua singularidade não implique, na prática em desigualdades (sociais, políticas, econômicas e éticas). (BARBALHO, 2008, p. 104).

A nova noção de cidadania vinculada à experiência dos movimentos sociais redefine a ideia de direitos, cujo ponto de partida, segundo Dagnino *apud* Osterne (2008), é a concepção de um *direito a ter direitos*. Essa redefinição, portanto, absorve não só o direito à igualdade, mas também à diferença.

A questão da diferença face à igualdade é retratada de forma bastante singular pela historiadora americana Scott (2002), em seu livro “*A Cidadã Paradoxal: as feministas e os direitos do homem*”. Scott (2002), nessa obra, repensa a história do feminismo, baseando-se no paradoxo construído em torno das estratégias discursivas entre a igualdade e a diferença utilizadas pelas feministas desde a Revolução Francesa.

O agir feminista expressava-se sobre um discurso universal de direitos e de cidadania que ao mesmo tempo em que negava a diferença sexual em nome da igualdade de direitos, evocava-a para justificar a exclusão das mulheres da arena política.

O feminismo era um protesto contra a exclusão da mulher: Seu objetivo era eliminar as “diferenças sexuais” na política, mas a reivindicação tinha de ser feita em nome das “mulheres” (um produto do próprio discurso da ‘diferença sexual’). Na medida em que o feminismo defendia as ‘mulheres’, acabava por alimentar a ‘diferença sexual’ que procurava eliminar. Esse paradoxo – a necessidade de, a um só tempo, aceitar e recusar a “diferença sexual” – permeou o feminismo como movimento político por toda a sua história. (SCOTT, 2002, p. 27).

Destarte, a partir da década de 1970, o movimento feminista contemporâneo³⁹, teve como expressividade, as lutas pela afirmação das diferenças

³⁹No Brasil, a primeira fase do movimento feminista ocorreu no final do século XIX e início do século XX, em que as lutas das mulheres se fundavam na perspectiva de igualdade de direitos entre

e da identidade, sobretudo, ao abordar questões mais específicas da condição feminina. Nessa época, surgem as demandas por novos direitos, tais como os direitos sexuais e reprodutivos.

É importante lembrar que a origem do feminismo contemporâneo brasileiro está vinculada à esquerda. Assim, os grupos feministas estavam articulados às diversas instituições de influência marxista, à época, e nasceram comprometidos com a oposição à ditadura militar, que perdurava nos países da América Latina, e com as lutas pelas “liberdades democráticas” e pela anistia. (SARTI, 2001).

De modo geral, as mulheres das camadas médias e intelectualizadas foram as precursoras do feminismo brasileiro nos anos 1970, que posteriormente, expandiu-se às camadas populares e às organizações de bairro. O caráter de movimento inter classista fez com que se formassem grupos de mulheres localizados nas periferias das cidades, sendo suas reivindicações voltadas, sobretudo, para a melhoria das condições de vida das mulheres.

Nos anos 80, o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As idéias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastravam-se pelo país. Houve uma significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular. (SARTI, 2001, p. 41).

Durante a década de 1980, as mulheres organizadas adentram os partidos políticos, sindicatos e associações comunitárias. Destacam-se, nesse período, as reivindicações voltadas para o enfrentamento da violência doméstica. Nos anos de 1990, muitos grupos feministas ganharam uma forma mais especializada transformando-se em organizações não-governamentais (ONGs) e,

homens e mulheres. Nesse período, as demandas das mulheres referiam-se à causa abolicionista e, posteriormente, ao direito à participação eleitoral. A luta pelos direitos políticos foi reforçada pelas exigências de melhores condições de trabalho para as mulheres. As manifestações das mulheres também foram bastante expressivas na denominada imprensa feminina alternativa, em que elas traziam para a cena pública questões como, a dominação masculina e o direito à educação.

mediante canais institucionalizados, buscaram influenciar as políticas públicas no tocante às questões das mulheres.

No período entre 1980 e 1990, os organismos de cooperação internacional para o desenvolvimento como, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF passaram a discutir o impacto das políticas de desenvolvimento sobre a vida das mulheres.

Franch, Batista e Camurça (2003) ressaltam um estudo pioneiro realizado por Ester Boserup, nos anos 1970, em que discutiam os impactos negativos do desenvolvimento econômico na vida das mulheres. Boserup, ao falar do processo de desenvolvimento desencadeado nos países do Terceiro Mundo, considerou que a modernização inseriu os homens na economia de mercado, propiciando o acesso à tecnologia, enquanto as mulheres foram relegadas ao setor da economia de subsistência.

Dentre os enfoques desenvolvidos pelos organismos internacionais de desenvolvimento destaca-se: Mulher e Desenvolvimento (MED) e o Gênero e Desenvolvimento (GED). Esses estudos tinham o intuito de orientar práticas de superação das condições de desigualdades que as mulheres estavam submetidas, a partir dos processos de desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo.

O enfoque Mulher e Desenvolvimento, concebido na década de 1980, direciona ações específicas de superação de problemas comunitários e familiares das mulheres pobres, a exemplo das atividades de planejamento familiar. Já o enfoque de Gênero e Desenvolvimento nos anos 1990, extrapola o olhar direcionado especificamente às mulheres em situação de pobreza e passa a destacar as relações de gênero como fator de subdesenvolvimento, pobreza e injustiça nos países. As mulheres, nesse último enfoque, são vistas não apenas como receptoras das intervenções internacionais, mas como agentes ativos do desenvolvimento.

Nesse intercurso, a partir do governo Lula, são estabelecidas algumas políticas públicas de superação das desigualdades de gênero, no âmbito do Estado. Menciona-se a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, e a realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, em 2004 e em 2007, que culminaram em Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres.

Essas ações governamentais têm repercutido nas demais esferas do Estado, haja vista a criação de várias coordenadorias e secretarias de políticas para as mulheres em diferentes estados e municípios. O município de Fortaleza conta hoje com a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres que orienta e desenvolve políticas públicas para as mulheres na cidade.

Com efeito, nesse percurso, percebe-se que o movimento de mulheres e feminista tem contribuído para vários avanços no tocante ao fortalecimento da cidadania feminina, sobretudo, mediante os avanços recorrentes da ampliação dos direitos das mulheres. É inegável, pois, o caráter ousado e o enfrentamento às práticas patriarcais desse movimento que, sob as máximas da igualdade e da diferença continua contribuindo para a efetivação de valores e comportamentos humanos mais justos.

O movimento feminista transformou profundamente a condição das mulheres em diversos países e permanece mobilizado lá onde a dominação ainda conserva sua força. É cada vez mais raro que o reconhecimento de suas conquistas e de suas lutas a favor da liberdade e da igualdade não seja reconhecido. Entre os cidadãos dos países ocidentais, somente um pequeno número rejeita as conquistas e as idéias do feminismo. (TOURAINÉ, 2007, p. 19).

Nesta pesquisa, as falas de algumas das entrevistadas expressam sinais de entendimento e de resistência às práticas sociais, sobretudo, realizadas pelos homens que inferiorizam as mulheres. Porém, destaca-se que, mesmo reconhecendo tais práticas, em vários depoimentos, ao falarem sobre o significado de ser mulher, as entrevistadas relatam um sentimento positivo, de afirmação de si mesmas. Enfrentar as dificuldades advindas da pobreza faz com elas se orgulhem de si e se percebam como mulheres fortes.

Há desigualdade assim, porque o homem é muito machista e tem mulher também que é a mesma coisa do homem; É autoritário [refere-se aos homens], quer ter autoridade com as mulheres, quer isso, bate o pé no chão e pronto, é do jeito dele, quer sempre daquele jeito e, não é assim sempre do jeito dele, não. (Marcacita, grifos meus).

Homem... machismo.. Não falo pelo o meu, **mas tem muito machismo, que acha que mulher nunca pode se igualar a ele, de jeito nenhum;** tem que ter aquela: mulher é só pra casa, lavar, passar, e acabou-se. Só aquilo ali. Desigualdade total. (Esmeralda, grifos meus)

É, mas eu acho que hoje em dia as mulheres têm mais valor de que os homens. É, eles se acham. Eles se acham com mais direito de que a mulher. Eu acho que só em eles serem homem, ou se a mulher depende dele, aí eles se acham o máximo. (Pérola)

Eu me orgulho de ser essa mulher. Ser mulher é ser lutadora, segura, e no fundo ser confiante em Deus, pra Deus dar força a gente pra lutar. (Cristal, grifos meus)

Ser mulher é... nem te dizer isso aí, essa parte aí... **Eu me acho uma mulher... uma grande mulher. Desde a idade de sete anos, que eu vivo trabalhando e eu nunca tive medo de trabalho, eu acho que eu sou uma grande mulher.** Eu já me levantei às duas horas da madrugada pra começar a trabalhar até às cinco da tarde. (Pérola, grifos meus)

Gosto [Ser mulher] porque a gente se arruma, a gente se ajeita, sai pros cantos... Mulher é quando a gente bota uma criança no mundo, se torna mulher. (Rubi)

O sociólogo francês Touraine (2007), em seu livro, O Mundo das Mulheres (2007) escrito com base em uma pesquisa⁴⁰ realizada com mulheres, advoga que o significado de ser mulher confirma projetos positivos de viver uma existência transformada por elas mesmas, como atrizes de sua própria história.

Segundo o autor, a consciência de ser mulher não é dirigida aos homens e nem mesmo contra tal ou tal forma de relação entre os homens e mulheres, como situa alguns estudos sobre mulheres, mas dá prioridade ao relacionamento da mulher consigo mesma, à conquista da sua subjetividade. Assim, a tomando-se pela revelações relatadas pelas próprias mulheres, percebe-se “uma inversão de perspectivas, que as transformam de mulheres definidas por outros, pelos homens, em atrizes na construção de si mesmas”. (TOURAINÉ, 2007).

⁴⁰ A pesquisa, conduzida através de entrevistas (cerca de sessenta) e grupos de discussão, foi realizada em duas fases. O primeiro momento foi realizado com mulheres de diversas origens e pertenças e, num segundo momento com mulheres de origem mulçumana. (TOURAINÉ, 2007).

Assiste-se, na contemporaneidade, uma nova versão dos estudos feministas, através da denominada teoria *queer*. Essas reflexões apoiam-se na crítica à ideologia dominante reproduzida no modelo natural e cultural dualizado entre homens e mulheres, na qual se baseia a normatividade heterossexual.

Outro desdobramento do conceito de gênero foi dado a partir dos anos 1990 pela "teoria queer", que ultrapassa os gêneros (*transgendering*), conforme a filósofa feminista Butler ao questionar a normatividade heterossexual e ressaltar o aspecto socialmente contingente e transformável dos corpos e da sexualidade (*gays, lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais). (SCAVONE, 2008, p. 180).

A filósofa Judith Butler tem sido uma referência nesses estudos. Rodrigues (2003) ao discorrer sobre o pensamento de Butler, no livro "*Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*", revela que a autora desconstruiu o conceito de gênero em que está baseada a teoria feminista e repensou teoricamente a "identidade definida" das mulheres, como categoria a ser defendida e emancipada no movimento feminista. Rodrigues (2003) complementa que Butler faz uma crítica ao modelo binário, que foi fundamental na discussão levantada pela autora a respeito da distinção sexo/gênero.

Desse modo, apesar do conteúdo relacional do conceito de gênero, que ultrapassa as especificidades de cada um dos sexos, pretendeu-se, neste tem enfatizar esta categoria direcionando-a às mulheres. Dentre os motivos, destacam-se as mulheres como sujeitos desta pesquisa e a necessidade de se desvendar suas formas de pensar e suas práticas cotidianas, articuladas à bibliografia sobre o tema. Segundo, ao próprio compromisso deste trabalho que mediante um rigor técnico, busca, ainda, revelar um compromisso em visibilizar os efeitos das desigualdades de gênero sobre a vida das mulheres pobres.

Ao concluir este capítulo, percebe-se que sua escrita, apesar de trabalhosa, dada a interseção entre dois temas de grande complexidade, trouxe reflexões epistemológicas que, ao entrecruzar com as narrativas das mulheres, permitiram reflexões fundamentais acerca do objeto principal desta pesquisa. No próximo capítulo, os resultados obtidos mediante a pergunta central deste trabalho serão descritos e interpretados.

CAPÍTULO IV - AS MULHERES NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ENTRE CONSENSOS E CONTRADIÇÕES

A constituição das políticas sociais no Brasil está relacionada com as formas de atuação do Estado e da sociedade na garantia dos direitos sociais à população. O usufruto desses direitos permite que homens e mulheres vivenciem práticas efetivas de cidadania, participando da distribuição da riqueza social do País.

Entretanto, no tocante à realidade brasileira, percebe-se que o avanço da cidadania desencadeado, sobretudo no processo de redemocratização, tem esbarrado nas imagens desconcertantes de pobreza latente que perpassa os cenários da sociedade. Os ideais de igualdade que norteiam a história dos direitos sociais são, muitas vezes, solapados por múltiplas desigualdades.

Essas desigualdades têm um forte conteúdo econômico, constituindo-se em fronteiras reais que separam ricos e pobres. No entanto, há de se destacar que as desigualdades econômicas, ao articular-se com a naturalização histórica de algumas hierarquias, como de gênero e raça/etnia, fortalecem lugares de exclusão dos sujeitos que carregam tais marcas.

O foco deste capítulo será compreender as visões das mulheres acerca do Programa Bolsa Família, considerando-se o lugar que ocupam nas relações sociais de gênero. No entanto, até chegar nesse ponto, buscar-se-á traçar os percursos das políticas sociais no Brasil, mediante as formas de enfrentamento da questão social, através da emergência dos programas de transferência de renda, com foco no Programa Bolsa Família.

As discussões em torno do conteúdo econômico do Programa Bolsa Família serão desenvolvidas em articulação às históricas relações estabelecidas entre o Estado e as mulheres, uma vez que a família continua a ser a unidade estratégica de desenvolvimento das políticas sociais. As consequências desse fenômeno serão problematizadas no tocante à redefinição ou manutenção das relações desiguais de gênero.

4.1 Cidadania e políticas sociais no Brasil

A consolidação dos direitos e, por conseguinte, a efetivação da cidadania em qualquer sociedade passa, impreterivelmente, pelas garantias de regulação das relações sociais, inscritas nas leis e instituições. Entretanto, embora se reconheça a importância dos mecanismos legais, foca-se análise na relação estabelecida entre os direitos sociais, a cidadania e a dinâmica societária, ou seja, nas práticas sociais construídas mediante as especificidades dos processos históricos e culturais do Brasil.

A construção da cidadania no Brasil deu-se em meio à tensão estabelecida entre o Brasil real e o Brasil formal. Segundo Carvalho (2001), a trajetória da cidadania brasileira deu-se diferente do regime inglês, uma vez que comporta traços que misturam a universalidade e impessoalidade das leis e as práticas hierarquizadas construídas pelo universo das relações pessoais.

Costuma-se expor que houve uma inversão na cronologia descrita por Marshall sobre o percurso da cidadania brasileira. Os direitos sociais foram os primeiros direitos estabelecidos no Brasil, sobretudo no governo de Vargas, em 1930; depois, foi a constituição dos direitos políticos e finalmente, dos direitos civis. Essa ordem de direitos, porém, constituiu-se mediante imensas contradições, haja vista a própria consolidação do poder no Brasil.

No tocante aos direitos sociais, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o estabelecimento da legislação trabalhista e previdenciária culminaram na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. A realização desses direitos, contudo, se deu através de uma concepção estatista e um Estado paternalista, dada a natureza histórica da Era Vargas.

Nesse percurso, a consolidação dos direitos sociais no Brasil tem uma relação direta com as raízes dos processos históricos construídos, marcados por características conservadoras e autoritárias. As práticas patrimonialistas de Portugal, à época do Brasil Colônia, originaram um processo de construção sociopolítica

brasileira, em que os interesses coletivos estavam diretamente vinculados às relações pessoais e os privilégios hierarquicamente definidos.

Como explicita Faoro (1991), o Estado português não admitia outro poder, senão o do rei e de seus agentes. Uma imensidão de cargos, formados pelo rei penetra as demais esferas de atividades.

A burguesia se enobrece com a compra de cargos, o pardo se afdalga com o uniforme das forças paramilitares. O cargo domestica turbulências dispersas, imantando, na sua dignidade, a submissão ao soberano. O velho e tenaz patrimonialismo português desabrocha numa ordem estamental, cada vez mais burocrática no seu estilo e na sua dependência. O rei, por seus delegados e governadores, domina as vontades, as rebeldes e as dissimuladas: “neste Estado há uma só vontade” – escreve o Pe. Antônio Vieira, em 1665 – e um só entendimento e um só poder, que é o de quem governa. (FAORO, 1991, p. 202).

A tradição escravagista, advinda do período colonial, e o forte poder político exercido pelas oligarquias locais durante a Primeira República (1889-1930), também foram traços que influenciaram a consolidação do poder na sociedade brasileira, os quais comportam relações de mando e autoridade e de submissão popular.

Durante a “República dos Coronéis”, como ficou conhecida a Primeira República (1889-1930), a lealdade exercida pelos cidadãos ao chefe local era de cunho, preponderantemente, pessoal, haja vista o forte poder das oligarquias dos grandes Estados, principalmente São Paulo e Minas Gerais.

Não era fácil, aos detentores das posições públicas de poder, formados pela domesticidade da família patriarcal, entender a distinção fundamental entre os domínios do público e do privado. Assim, o funcionário no Estado brasileiro entendia a gestão política como interesse particular, a partir das funções, dos empregos e dos benefícios auferidos por eles. (HOLANDA, 1995).

Desse modo, o funcionalismo brasileiro, nos seus primórdios, funcionou ante a lógica familiar, dos vínculos comunitários e dos interesses pessoais. Os ordenamentos impessoais do puro Estado burocrático weberiano, em que prevalece

a especialização das funções, em vista do trato jurídico dos funcionários, na sua essência, estavam longe de funcionar na sociedade brasileira.

Como remete Holanda (1995), em sua obra "*Raízes do Brasil*",

no Brasil, pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo da nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. (HOLANDA, 1995, p. 146).

Iamamoto (2008) retrata o caráter particular do liberalismo brasileiro, ao expor que "no Brasil, o ideário liberal incorporado na Constituição de 1824 chega de braços dados com a escravidão e com a prática geral do favor que, embora contrapostos, se unem na história política brasileira". (IAMAMOTO, 2008, p. 33).

Assim, percebe-se que a constituição do Estado brasileiro favoreceu uma concepção de cidadania que, ao contrário da ideia de indivíduo e de regras universais para todos, típica da herança racional iluminista e nos valores emergentes de liberdade e igualdade das sociedades que passaram pelas Revoluções Burguesas, materializa-se em "lealdades relacionais"⁴¹.

A cidadania do conhecido faz com que a lógica da amizade e do compadrio torne uns indivíduos mais privilegiados. As relações formais, pautadas em aspectos legais e regras gerais, mesclam-se com as relações de privilégio e com comportamentos que personalizam cidadãos, em face das relações pessoais estabelecidas. As esferas públicas e privadas, no Brasil, comportam fronteiras tênues.

A primazia dos direitos sociais explica o fascínio de uma cultura política baseada na valorização exacerbada do poder Executivo e do regime presidencialista. As relações de tutela, estabelecidas a partir de 1930 desencadearam, no imaginário da população, uma ideia de Estado protetor, em que

⁴¹ Expressão utilizada por DaMatta (1997)

os direitos são vistos como dádivas e doações. Isso traduz a frágil construção da cidadania brasileira dissociada dos direitos e da liberdade política.

Outra característica da cidadania no Brasil é a forte relação com o trabalho. Ser cidadão deveria estar diretamente vinculado à condição de trabalhador, inserido numa lógica contratual corporativa. DaMatta (1997), ao citar a célebre expressão “cidadania regulada”, de Wanderley Guilherme dos Santos, ratifica uma cidadania mais ou menos às avessas, reconhecida e definida como uma lei outorgada pelo Estado e ligada a um sistema de estratificação ocupacional, e não a um código de valores políticos. Assim, algumas categorias, geralmente ligadas à ideia geral de trabalhador, passaram a ter mais direitos universais que outras.

Os desfiliaados da lógica do trabalho representavam, portanto, os não-cidadãos, os pobres, sendo, assim, não visíveis socialmente para o capital, portanto “merecedores” dos serviços da assistência social. Como relata Sposati (2006, p.15), “ao constituir ajuda, o campo da assistência social se põe imediatamente como o do não-direito. Para ser reconhecido como possível usuário, a necessidade apresentada deve ter o mérito de ser atendida.”

Os direitos sociais consolidados mediante a lógica corporativa da definição de cidadão, com base no *status* de trabalhador, sob o ponto de vista contratual das leis sociais relacionam-se com as tendências históricas de consolidação do sistema de proteção social brasileiro. Como retrata Cardoso Jr. e Jaccoud (2005), durante a década de 1930, o sistema de proteção social brasileiro configurou-se pelas políticas sociais de cunho corporativista, assentadas nos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Desse modo, percebe-se que a proteção social, naquele momento, sob a lógica do seguro social, era destinada aos indivíduos que estavam circunscritos regularmente, no mercado de trabalho. E aqueles que, inseridos no setor produtivo, encontravam-se impossibilitados de trabalhar, por alguma vicissitude da vida, como doença e invalidez.

Após o período de 1930, o sistema de proteção social passou a destinar-se, também, às populações que não estavam incorporadas nas regras contratuais do trabalho assalariado. Uma das características desse período foi a gestão filantrópica da pobreza, através das práticas de caridade e filantropia. Essas ações eram realizadas, muitas vezes, por instituições privadas que contavam com o apoio financeiro do Estado.

A instituição da política previdenciária implicou o reconhecimento do limite da resposta dada até então pelo mercado à questão social. O projeto modernizante dos anos 1930, renovado com o projeto desenvolvimentista, hegemônico entre os anos 1950 e 1970, sustentou, ainda no mesmo período, a proposta de inclusão dos demais segmentos da população. (JACCOUD; CARDOSO JUNIOR, 2005, p. 189).

Essa marca histórica do sistema de proteção social brasileiro, através da caridade e da ajuda aos pobres, ainda acompanha as ações da assistência social, descaracterizando-a como política pública, o que alarga possibilidades de práticas clientelistas de acesso a esses direitos. Outra questão exposta é a forma estigmatizada com que os usuários da política de assistência social são vistos pela sociedade.

Telles (2006) ressalta o lugar destinado aos pobres, como figuras clássicas de destituição, uma vez que estes são destituídos da lógica de proteção dada pelo Estado às pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho. Para os pobres, segundo a autora, é reservado o espaço da assistência social. Desprovidos de qualquer sistema público de proteção, o mundo dos pobres se estrutura nas fronteiras ambíguas da legalidade e da ilegalidade, em um mundo social que “não existe” do ponto de vista legal.

Diante de uma figura normativa do trabalhador que dá provas da sua capacidade para a vida em sociedade e, portanto, tem o privilégio da proteção do Estado, a figura do pobre é inteiramente desenhada em negativo sob o signo da incapacidade e impotência, fazendo da ajuda a única forma possível para os assim definidos “carentes” se manterem em sociedade. (TELLES, 2006, p. 97).

No Brasil, segundo Lavinias (2004), assim como nos demais países latino-americanos, o sistema de proteção social jamais se constitui verdadeiramente num *Welfare State*. Esse sistema cunho corporativista-meritocrático, voltado para os

segmentos formais da economia, caracteriza-se pela cobertura a uma parcela restrita da população, ficando grande parte da população pobre, excluída, em razão dos seus vínculos instáveis e precários, no mercado de trabalho.

Não sendo um grupo de pressão, sem posição socioocupacional definida, as camadas pobres da população jamais foram sistemática e regularmente beneficiadas, e seu atendimento sempre foi justificado como um ato humanitário ou moeda política. (LAVINAS, 2004, p. 67).

Nesse momento, diante do debate acerca das políticas sociais e da constituição da cidadania no Brasil, atenta-se para a década de 1980, período em que as políticas sociais passam por uma ampla reformulação, em virtude da consolidação do Constituição de 1988.

Do ponto de vista formal, o texto constitucional instituiu o conceito de Seguridade Social, em garantia do direito à saúde, assistência e previdência sociais. Esses direitos, por sua vez, inserem-se no conjunto dos chamados direitos sociais. Logo, a institucionalidade descrita no texto constitucional faz com que várias políticas, dentre elas, a Assistência Social adquira o status de política social pública, como direito social, sob o princípio da universalidade de seu acesso.

Destaca-se que a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, considerada a Constituição Cidadã, ocorreu em meio a inúmeras experiências democráticas vivenciadas nos anos 1980, no Brasil. A emergência dos movimentos sociais de enfrentamento aos anos repressivos da ditadura militar fez com que novos sujeitos sociais entrassem na cena política, sob o prisma de novas demandas, sobretudo, pautadas na redemocratização da sociedade brasileira.

A Constituição de 1988 prevê, também, um processo de descentralização e municipalização das políticas sociais, através da instituição dos Conselhos de Direitos, em nível local, possibilitando a ampliação dos canais de participação popular na elaboração, fiscalização e gestão das políticas públicas.

Entretanto, contraditoriamente, os avanços obtidos na Constituição de 1988 ocorreram dentro de um processo de crise do milagre econômico brasileiro e

de retrocesso das garantias reais de políticas públicas de cunho universal, haja vista a emergência, nos anos 1990, do neoliberalismo, conforme descrito no capítulo anterior.

A sujeição das políticas sociais às políticas econômicas neoliberais de ajuste econômico ocasionou uma reorganização dessas políticas e programas sociais como forma de garantir apenas os mínimos para a reprodução social. Respalda nas formulações dos organismos internacionais⁴², a exemplo do Banco Mundial, um conjunto de reformas foi decretado aos países latino-americanos.

Essas reformas eram consideradas a única saída para conter a crise instalada nos anos 1980, através da estagnação econômica, mediante cenários de elevadas dívidas externas e de índices inflacionários descontrolados, que causavam desemprego e corroíam os salários dos trabalhadores nesses países.

Sob a primazia do mercado e em nome da governabilidade, a ideologia neoliberal trazia consigo o ideário de que o Estado deveria retrair sua atuação junto aos processos de desenvolvimento, em razão da redução dos gastos sociais. Assim, a desqualificação dos direitos sociais como fonte de responsabilidade pública do Estado, transformava o mercado na esfera privilegiada de regulação social.

No campo político-ideológico, a crença de que não havia mais alternativas para se contrapor à direitização do neoliberalismo no Ocidente foi ratificada por um duplo movimento: uma exaltação do mercado e a satanização do Estado, causador de todas as desgraças e infortúnios que afetaram as sociedades capitalistas. (BÓRON, 1995).

Segundo Francisco de Oliveira (1995), o neoliberalismo no Brasil adquire terreno fértil com a dilapidação do Estado, no governo Collor.

⁴² Em 1989, em Washington, um grupo de economistas elaborou, consensualmente, um conjunto de medidas e reformas para a “salvação latino-americana”, denominadas como Consenso de Washington. Seu receituário foi utilizado pelos organismos internacionais – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, etc – como condicionamento para reatualização da renegociação da dívida externa desses países (UGÁ, 2004).

A eleição de Collor deu-se nesse clima, no terreno fértil, onde a dilapidação do Estado preparou o terreno para um desespero popular, que via no Estado desperdiçador, que Collor simbolizou com os marajás, o bode expiatório da má distribuição de renda, da situação depredada da saúde, da educação e de todas as políticas sociais. Foi seu voto de desespero que elegeu o Bismarck das Alagoas. Então, surgiu o neoliberalismo à brasileira. (OLIVEIRA, 1996, p. 25)

Desse modo, nos anos 1990, o agravamento da questão social, através da eliminação de postos de trabalho, do aumento da pobreza, do desemprego, do desmantelamento de direitos sociais universais, fez com que se gestassem novas estratégias de enfrentamento. Segundo Castel (1998), “a questão social é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura”. (CASTEL, 1998, p. 30).

As consequências negativas das políticas neoliberais de ajuste fizeram com que os organismos internacionais, sobretudo o Banco Mundial, recomendassem a implementação de políticas de combate à pobreza nos países latino-americanos. A pobreza, portanto, deveria ser “combatida” através das políticas sociais, compensatórias e focalizadas.

De acordo com Lavinias (2004), no Brasil os programas de transferência direta de renda monetária aos pobres surgiram na sociedade na segunda metade dos anos 1990, constituindo-se, na grande novidade da política social brasileira.

É importante destacar que a primeira discussão sobre a introdução de um Programa de Renda Mínima⁴³ vinculando-o à agenda de erradicação da pobreza no Brasil, data de 1975, quando Antonio Maria da Silveira publicou, na Revista Brasileira de Economia, um artigo intitulado *Redistribuição de Renda*. A proposta do autor está baseada no entendimento do Imposto de Renda Negativo, de autoria de Milton Friedman (1962), que reforça, em linhas gerais, a redução da pobreza através de uma intervenção governamental, inclusive, como garantia do crescimento econômico e do bem-estar. (SILVA E SILVA; YASBECK; GIOVANNI, 2006).

⁴³ Neste trabalho não será feita uma discussão aprofundada acerca dos conceitos de Renda Mínima e Imposto de Renda Negativo, haja vista que os mesmos não são objetos das principais indagações do estudo em questão. Ressalta-se a atenção voltada ao Programa Bolsa Família, como programa de transferência de renda.

Com isso, foram elaboradas novas propostas que garantissem uma renda mínima aos pobres, como forma de amenizar as situações de pobreza. Na versão de seus idealizadores, essas respostas possibilitavam a redistribuição de renda e um nível de “segurança” à sobrevivência da democracia, uma vez que os altos índices de miséria poderiam afetar o desenvolvimento da sociedade.

Registra-se, nessa ordem, a relevância do debate inaugurado através do Projeto de Lei nº 80/1991, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT/SP) que propõe a instituição de um Programa de Garantia de Renda Mínima, em nível nacional. Posteriormente, várias iniciativas de âmbito municipal contemplaram experiências de políticas de transferência de renda.

A partir de 2001, penúltimo ano do governo de Fernando Henrique Cardoso (1999 – 2002), destaca-se a emergência de programas nacionais de transferência de renda, de iniciativa do governo federal, com implementação descentralizada nos municípios, a exemplo do Bolsa-Escola e do Bolsa-Alimentação. Foi nesse governo que o neoliberalismo brasileiro atingiu um de seus patamares mais elevados. Dentre as características de seu governo, estão: a agenda de reformas do Estado na área da previdência social e o elevado número de privatizações, que lapidou o patrimônio nacional. Acrescente-se a isso, a exacerbação da financeirização do capital, através da elevação das taxas de juros que desviou grande parte do investimento do setor produtivo para os grandes bancos e o crescimento exasperado das dívidas externa e interna.

Desse modo, Behring e Boschetti (2008), ao retratarem as tendências das políticas sociais no Brasil, a partir dos anos 1990, discorrem que,

a trajetória recente das políticas sociais brasileiras, profundamente conectadas à política econômica monetarista e de duro ajuste fiscal, enveredou pelos caminhos da privatização para os que podem pagar, da focalização/seletividade e políticas pobres para os pobres, e da descentralização, vista como desconcentração e desresponsabilização do Estado, apesar das inovações de 1988. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 184).

Diante desse contexto de contradições entre os avanços da legislação social, a partir da Constituição de 1988, a redefinição das políticas sociais, nos anos

1990, em face das exigências do capital e a retomada da Assistência Social como direito mediante a instalação da PNAS e do SUAS, realizar-se-á, no próximo item, uma descrição pormenorizada do Programa Bolsa Família, partindo-se sua concepção até a forma como se configura nos dias atuais, sobretudo dada sua interface com a política pública de assistência social.

Atenta-se para informações acerca do cenário do Programa, uma vez que o mesmo encontra-se sob forte visibilidade pública, pelos motivos expostos ao longo do trabalho em tela. Muitas matérias foram veiculadas na mídia e impressa, durante o ano de 2009 sobretudo devido às ações promovidas pelo governo federal. Registra-se, posteriormente, algumas informações acerca das especificidades da gestão e execução desse Programa, no município de Fortaleza.

4.2 O Programa Bolsa Família: origens e definições

A Assistência Social é configurada como uma política social pública e parte integrante do tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência. Instituída como “direito do cidadão e dever do Estado” na Constituição Federal Brasileira de 1988 e por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei Nº 8742/93), essa política contribui para a superação de práticas assistencialistas e filantrópicas rumo à consolidação do sistema de proteção social brasileiro, delineado no campo das políticas públicas e dos direitos sociais.

Nos marcos legais de conquistas da assistência social, ressalta-se a criação da (PNAS/2004), aprovada com as deliberações da IV Conferência de Assistência Social ocorrida em dezembro de 2003, em Brasília e a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS/2005)⁴⁴, aprovada em 2005 pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Essa legislação disciplina a PNAS e normatiza o SUAS como modelo de gestão dessa política pública. Ressalta-se que esses instrumentos foram

⁴⁴ A Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS) foi aprovada em 2005 pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Essa legislação, juntamente com a Política Nacional de Assistência Social em 2004, aprovada a partir das deliberações da IV Conferência de Assistência Social ocorrida em dezembro de 2003, em Brasília, passa a solidificar as bases de uma nova concepção de assistência social como política pública, baseada nos direitos de cidadania. Ressalta-se que esses instrumentos foram fruto de um amplo processo de mobilizações e debates realizados entre os profissionais e usuários da Assistência Social.

fruto de um amplo processo de mobilizações e debates realizados entre os profissionais e usuários da Assistência Social.

Segundo Simões (2008), a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o qual integra a Secretaria Nacional de Assistência Social e a implantação do SUAS tornaram efetivo o programa constitucional, mediante a gestão da PNAS.

A assistência social pela primeira vez em sua história foi erigida como uma das três instituições políticas fundamentais da seguridade social, ao lado da saúde e da previdência social. Esse fato expressa a superação do conceito de assistencialismo, da filantropia e da benemerência social, para a profissionalização da atividade pública não somente no atendimento às necessidades básicas da população carente, como e, sobretudo junto à população de risco e vulnerabilidade social, pela reconstituição das relações familiares, habilitação e reabilitação profissional e por programas e projetos de enfrentamento da pobreza. (SIMÕES, 2008, p. 186).

Dentre os serviços, programas, projetos e benefícios no campo da Assistência Social, destacam-se, neste estudo, os programas de transferência de renda. Conforme disposto na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS/2005), esses programas denominam-se,

Programas que visam o repasse direto de recursos dos fundos de Assistência Social aos beneficiários, como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos, que levem à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local. (BRASIL, 2005, p. 94).

Na conjuntura política mais recente, observa-se no âmbito das estratégias de enfrentamento à pobreza, o Programa Fome Zero, elaborado em 2001 pelo Instituto de Cidadania. No governo Lula, este Programa passa a ser vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). No âmbito do Programa Fome Zero, o Programa Bolsa Família foi instituído em 20 de outubro de 2003, mediante publicação da Medida Provisória 132, pelo governo federal, convertida na Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004, e regulamentada pelo Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004.

O Programa Bolsa Família realizou a unificação dos diversos programas de transferência de renda existentes no Brasil como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Vale Gás e o Cartão Alimentação. Esse Programa caracteriza-se por ações de transferência de renda sujeitas a condicionalidades que beneficiam famílias pobres e extremamente pobres, devendo ser executado, de forma descentralizada, pela União, estados e municípios.

Dentre seus objetivos, destacam-se: assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuir para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.

Articula-se em três dimensões essenciais: promoção do alívio imediato da pobreza; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação; coordenação de programas complementares, como programas de geração de trabalho e renda, alfabetização de adultos, dentre outros.

A obrigatoriedade de acesso, pelos beneficiários, às condicionalidades, a exemplo do ingresso e frequência de crianças e adolescentes em idade escolar na rede de ensino, o acompanhamento do calendário da vacinação das crianças, a realização do pré-natal para as gestantes, visa construir uma perspectiva de intersetorialidade entre as políticas públicas.

Além disso, o Programa possibilita o acesso aos serviços sociais básicos de Assistência Social, à medida que a maioria das famílias beneficiárias do PBF reside nos territórios de referência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A identificação, acompanhamento e encaminhamento dessas famílias aos programas, projetos e serviços da Rede de Proteção Social, através dos CRAS, fortalece a articulação desse Programa com as demais políticas públicas, além de favorecer a construção da autonomia desses sujeitos para mais do que o recebimento do benefício.

A renda *per capita* familiar é a principal definidora dos critérios de acesso das famílias ao Programa. De acordo com o Decreto nº 6.917, de 30 de julho de

2009, no PBF classificam-se como famílias de extrema pobreza aquelas cuja renda *per capita* familiar seja de até R\$ 70,00 e, como famílias em situação de pobreza aquelas com renda *per capita* de até R\$ 140,00. Ressalta-se que, para o recebimento do benefício, é necessário que as famílias estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais.

Segundo o MDS, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), devem ser cadastradas na base de dados do CadÚnico, as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no Cadastro, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios. A base de informações do CadÚnico pode ser usada pelos governos municipais, estaduais e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas.

Dessa forma, o CadÚnico possibilita a análise das principais necessidades das famílias cadastradas e auxilia o poder público na formulação e gestão de políticas voltadas a esse segmento da população (BRASIL, 2010). A inscrição das famílias no CadÚnico também possibilita a participação destas em programas sociais como: Tarifa Social de Energia Elétrica, Gratuidade no Transporte Urbano Coletivo de Fortaleza para Pessoas com Deficiência e Carteira Nacional do Idoso.

Atualmente, segundo o MDS (2009), as famílias podem ser favorecidas por um dos três tipos de benefícios mensais (BRASIL, 2009): o **básico**, no valor de R\$ 68,00, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza; o **variável**, no valor de R\$ 22,00, destinado a unidades familiares que estejam em situação de pobreza ou extrema pobreza e tenham, em sua composição, gestantes, nutrízes e crianças e adolescentes de até 15 anos de idade, com limite de até o limite de três pessoas por família; e, o **variável vinculado ao adolescente**, no valor de R\$ 33,00, pago a todas as famílias do Programa que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola.

Ressalta-se que em relação ao benefício básico, o Bolsa Família é o primeiro Programa de Transferência de Renda que considera apenas o critério da necessidade, para adultos, em condições de trabalhar e sem filhos. Desse modo, a família não necessariamente precisa ter filhos para ser atendida pelo programa.

Outra dimensão presente na estrutura do Bolsa Família são as ações complementares, são voltadas ao desenvolvimento das capacidades das famílias cadastradas no CadÚnico, principalmente, as beneficiárias do PBF, contribuindo para a superação da situação de pobreza e de vulnerabilidade social em que se encontram. O objetivo dessas ações é complementar e potencializar os impactos proporcionados pelas transferências condicionadas de renda (BRASIL, 2009).

Ressalta-se ainda, que o conjunto de experiências desenvolvidas com ações complementares, com o público beneficiário do PBF, suscita a intersectorialidade das políticas públicas, a exemplo das políticas de trabalho e renda e de segurança alimentar e nutricional. Estas, também, possibilitam o desenvolvimento de ações de assistência social em caráter permanente voltadas para a autonomia dos beneficiários.

De acordo com o artigo 23 do Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004 que regulamenta o Programa Bolsa Família, “O titular do cartão de recebimento do benefício será preferencialmente a mulher ou, na sua ausência ou impedimento, outro responsável pela unidade familiar.”

Nesse sentido, é inegável a dimensão positiva desse Programa sob o ponto de vista da provisão das necessidades imediatas de sobrevivência das famílias beneficiárias, além da possibilidade de redução gradual das desigualdades regionais. Todavia, sabe-se que esse Programa ainda comporta várias limitações, em vistas da própria estruturação do sistema de proteção social brasileiro. Ressalta-se, também, que, desde sua implementação, o PBF tem sido alvo de críticas, principalmente por alguns estudiosos das políticas sociais e econômicas no Brasil.

Lavinas (2007) aponta uma série de críticas aos gastos sociais do governo com os programas de transferência de renda, dentre eles, o Benefício de

Prestação Continuada (BPC)⁴⁵ e o Programa Bolsa Família. Dentre elas, destacam-se: a retração do gasto do governo em investimento social, a exemplo da habitação e do saneamento básico, indispensáveis ao enfrentamento das desigualdades, em razão dos programas de transferência de renda; o acesso difícil e inconveniente ao Programa, quando não estigmatizante, ocasionado que muitos dos beneficiários em potencial dispensem o auxílio monetário e as ineficiências do Programa por erro de focalização, fazendo com que nem todos os pobres sejam atendidos, embora habilitados; dentre outras limitações.

Nesse sentido, mesmo diante desses questionamentos, faz-se mister destacar os avanços desse Programa, do ponto de vista técnico-administrativo, na correção dos erros de focalização dos beneficiários. O aperfeiçoamento do sistema de controle e informação⁴⁶ e o progresso nos mecanismos de participação e de comunicação entre os beneficiários e os órgãos gestores do Programa reforçam essa assertiva. Enfatiza-se, ainda, a descentralização da seleção, do atendimento e do acompanhamento aos seus beneficiários.

No segundo semestre de 2009, as ações de revalidação e atualização cadastral⁴⁷ das famílias beneficiárias contaram com uma campanha de circulação nacional. Acrescenta-se a isso, a ampliação do número de famílias inseridas no Programa. Segundo dados do MDS, foram incluídas mais de 1,3 milhão de famílias no Programa, a partir de setembro de 2009. (JORNAL O POVO, 2009).

⁴⁵ Em nível nacional, o Benefício de Prestação Continuada foi um dos principais programas de transferência de renda estabelecido na Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993. Esse benefício é destinado a pessoas com deficiência severa, de qualquer idade e idosos maiores de 65 anos, que não disponham de renda para sua subsistência e vivam em famílias cuja renda per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo.

⁴⁶ O MDS adota uma estratégia para estimular a melhoria da gestão do CadÚNICO e do Programa Bolsa Família, através do acompanhamento do Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Esse processo é realizado através da avaliação das ações da gestão municipal, por meio da qualidade das informações da base de dados do CadÚNICO e na transmissão das informações das condicionalidades do PBF no âmbito da Educação e da Saúde. Assim, os municípios recebem apoio financeiro do governo federal, à medida que apresentam bons índices de desempenho.

⁴⁷ O objetivo das ações de revalidação e atualização cadastral é que as famílias beneficiadas pelo Programa não fiquem mais de dois anos sem atualização de suas informações e possam ser acompanhadas, evitando o bloqueio ou cancelamento do benefício.

O estudo coordenado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) publicado em 2008, sobre repercussões do PBF nas condições de Segurança Alimentar e Nutricional, aponta que esse instrumento afeta as famílias, positivamente, nas suas principais necessidades, tais como: alimentação, uma vez que a principal forma de acesso a alimentos das famílias é através de estabelecimentos comerciais; material escolar; vestuário e medicamentos. Além disso, a pesquisa mostra que a possibilidade de crédito mediante o recebimento do benefício de maneira regular abre, também, novas perspectivas de consumo e de atendimento às necessidades das famílias.

De acordo com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (BRASIL, 2008), os domicílios assistidos com os programas sociais do governo federal, dentre eles, o Bolsa Família, apresentaram melhorias em aspectos relacionados à habitação. Em 2006, 71,3% dos domicílios com recebimento tinham abastecimento de água de rede geral; 46,3% utilizavam esgotamento sanitário (inclui rede geral e fossa séptica); 70,8% usavam coleta de lixo; 94,7% iluminação elétrica e 50,9% telefone. Em relação a 2004, todos os indicadores apresentaram melhores resultados, com destaque para o aumento da participação de domicílios com telefone que, em 2004, era de 34,9%.

De acordo com a Secretaria de Comunicação da Presidência (2008), em 2006, a frequência escolar de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade chegou a 97,2%. Ressalta-se que a frequência escolar é uma das exigências para a manutenção do recebimento dos benefícios nos PBF, o que influencia em possibilidades de erradicação do trabalho infantil.

Medeiros, Britto e Soares (2007) destacam que recente avaliação de impacto do Programa Bolsa Família, realizado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, em 2006, sobre a educação, indica que as crianças atendidas pelo programa têm menor probabilidade de faltar um dia de aula por mês, em comparação com as crianças em domicílios similares que não recebem o benefício. A probabilidade dessas crianças abandonarem a escola também é menor. Esses autores complementam que os efeitos observados sobre a educação podem ser os mesmos nos Programas que não tenham contrapartida, pois há indicações de

que mesmo sem a contrapartida, os programas de transferência de renda têm efeitos positivos na escolaridade das crianças.

Segundo dados do MDS (BRASIL, 2009), em Fortaleza, há 306.811 famílias caracterizadas por baixa renda, ou seja, renda *per capita* mensal familiar de até meio salário mínimo. Deste total, o número de participantes pobres com perfil elegível de participação no Programa Bolsa Família, ou seja, família com renda *per capita* de até R\$ 140,00, em 2008, é de 192.767 famílias.

Dados recentes da Assessoria de Comunicação da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Fortaleza (2010), em janeiro do mesmo ano, apontam que 25.470 novas famílias ingressaram no PBF, totalizando 181.052 famílias beneficiadas, sendo beneficiadas 340.922 pessoas, no município. O número de famílias inscritas no CadÚnico representa um universo de 298.620 famílias, totalizando 1.086.806 pessoas inscritas.

No tocante às ações complementares do PBF, a SEMAS conta com uma Coordenação de Inclusão Produtiva. Dentre as ações dessa instância, destaca-se a execução do “Projeto de Inclusão Produtiva para Mulheres do Bolsa Família em Fortaleza”. Esse projeto tem como um dos seus principais objetivos apoiar a implementação de unidades produtivas para mulheres beneficiárias do PBF, tendo como foco o desenvolvimento de processos que proporcionem o aumento de renda e oportunidades de ocupação destas, objetivando sua autonomia financeira e social. (CEARÁ, 2007).

4.3 A Centralidade da família no Programa Bolsa Família: um olhar para as políticas sociais

A família adquiriu centralidade nas políticas sociais, uma vez que tem sido considerada como esfera de proteção social. A identificação das mulheres com a família, dada a naturalização dos papéis de gênero, permitiu que Estado, mercado e sociedade construíssem alianças que, muitas vezes, reforçam o lugar das mulheres como responsáveis diretas pelo bem estar familiar.

Nas sociedades modernas do século XVIII e XIX, sobretudo em contexto europeu, a articulação entre família e Estado não é um fenômeno contemporâneo. Sob os regimes de flutuações entre o público e o privado, o Estado e a família ao entrecruzarem-se na modernidade, produziram transformações em suas dinâmicas e estruturas. O advento dos profissionais do social, considerados agentes normalizadores de uma população que convivia com as inovações da sociedade industrial nascente cumpriu um importante papel no novo ordenamento da organização familiar.

Donzelot (2001) reforça que a harmonia entre a ordem das famílias e do Estado é resultado mais de convivência tática do que de uma aliança estratégica. Desse modo, os filhos adulterinos, os menores rebeldes, as moças de má reputação perturbam a honra familiar na medida em que os desperdícios de forças vivas, ou seja, os indivíduos inutilizados incomodam o Estado.

O advento da família nuclear e intimista contou com o saber médico como um dos importantes aliados do Estado. A medicina estimulava o controle higiênico e a saúde dos indivíduos no âmbito familiar. A congregação entre pais-filhos transferia o olhar dos sistemas de aliança da descendência para a ascendência. A família torna-se a matriz da educação e da socialização primária dos indivíduos, através do cuidado que os pais, sobretudo as mães, passam a ter com as crianças.

No Brasil, como menciona Costa (2004), a técnica de higienização das populações, através da medicina que, inclusive, contava com a participação do Estado, fez com que novos pactos fossem travados com a família. “Todo o trabalho de persuasão higiênica desenvolvido no século XIX vai ser montado sobre a ideia de que a saúde e a prosperidade da família dependem de sua sujeição ao Estado”. (COSTA, 2004, p. 63).

As estratégias utilizadas pela medicina social, sobretudo com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, variavam mediante a classe social a que as famílias estavam vinculadas. A intervenção médica junto às famílias das classes mais elevadas deu-se pelo tratamento doméstico, cujo fim era a educação das crianças

efetivada pelas mães. Educar os filhos e aliar-se ao Estado eram funções exigidas às mulheres, cuja devoção da maternidade tornou-se motivo de valorização social.

Já às famílias dos pobres foram dirigidas campanhas de moralização e higiene da coletividade, operadas pela medicina, filantropia e assistência social. Essas se consertavam para manobrar os laços de solidariedade familiar e quando necessário, em represália aos indivíduos insubordinados e insatisfeitos. (COSTA, 2004).

Desse modo, sob várias perspectivas, a família sempre foi objeto de investidura do Estado, no sentido de garantir a sobrevivência de seus membros frente às adversidades da rua e da realização do trabalho mercantil no mundo público. Espaço de acolhimento, de manifestações e de afeto, a família também se coloca, historicamente, como lugar de disciplinarização, através da absorção, por parte dos seus membros, de códigos de conduta que definem papéis outorgados para homens e mulheres.

Nessa linha de raciocínio, são procedentes as observações de Foucault (2007) sobre o poder disciplinar e suas manifestações na disciplinarização dos corpos dos indivíduos. Afinal, estes precisavam ser dóceis e úteis para a sociedade capitalista nascente. Esse poder, não se encontra apenas centralizado na instituição estatal, mas a extrapola e passa a circular entre as capilaridades da sociedade, exercendo coerções sociais. Assim sendo, esses mecanismos de controle passaram a ser operados de forma descentralizada, por seus agentes reais, como a família, a vizinhança, os pais e os médicos.

Segundo esse autor, as sociedades ocidentais modernas instalaram o novo dispositivo da sexualidade. Em consonância com o dispositivo da aliança, que se estrutura sobre um sistema de regras familiares definidas entre o que é permitido e proibido, o dispositivo da sexualidade⁴⁸ funciona conforme a natureza sutil dos corpos e dos prazeres. Desse modo, a família torna-se o lugar privilegiado desses dois dispositivos, num movimento contínuo de permutação entre ambos.

⁴⁸ Para Foucault (2007), o aumento da preocupação com o sexo, ao longo do século XIX constituiu quatro figuras como objetos privilegiados do saber: a mulher histórica, a criança perturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso.

A sexualidade estava brotando, nascendo de uma técnica de poder que, originalmente, estivera centrada na aliança. Desde então, não parou de funcionar em atinência a um sistema de aliança e apoiando-se nele. A célula familiar, assim como foi valorizada no século XVIII, permitiu que, em suas duas dimensões principais – o eixo marido-mulher e o eixo pais-filhos – se desenvolvessem os principais elementos do dispositivo de sexualidade (o corpo feminino, a precocidade infantil, a regulação dos nascimentos e, em menor escala, sem dúvida, a especificação dos perversos). (FOUCAULT, 1998, p, 102).

Na primeira metade do século XX, a família ocidental era, cada vez mais, vista como um espaço de socialização primária das crianças, de transmissão de valores, de hábitos e de costumes. A família nuclear e conjugal, baseada em vínculos afetivos e de intimidade, com funções pré-definidas para cada um de seus membros, era objeto dos discursos idealizadores sobre essa instituição. No entanto, essas orientações hegemônicas que ainda fundamentam as famílias contemporâneas, não eliminam os conflitos e tensões no seu interior.

Ressalta-se, também, a influência da teoria funcionalista nas reflexões sobre família, que, a partir da década de 1950, dominou o pensamento norte-americano e influenciou a sociologia brasileira. De acordo com esses estudos que tinham Talcott Parsons como seu principal expoente, a família era, sobretudo, a agência socializadora, cujas funções concentravam-se na personalidade dos indivíduos.

A constituição clássica do Sistema de Bem Estar Social nos países desenvolvidos e, conseqüentemente, do sistema de proteção social retomou a importância da família como esfera que possibilitava a garantia do bem estar dos seus membros. Conforme Esping-Andersen *apud* Miotto (2008),

Nas sociedades que conheceram o Estado de Bem-Estar Social, o exercício da proteção social pelo Estado desenvolveu-se de formas diferentes nos diferentes países, porém na maioria deles, a família nunca deixou de ter papel significativo na organização e desenvolvimento dos diferentes sistemas de proteção social. (ESPING-ANDERSEN *apud* MIOTTO, 2008, p. 135).

Sob o ponto de vista das relações estabelecidas entre o Estado, o mercado e a família, nos Estados de Bem-Estar Social, o autor reporta-se a dois conceitos-chaves, no âmbito das políticas sociais: desfamiliarização e familismo. O

processo de desfamiliarização, mais presentes nos países escandinavos, pressupõe a diminuição dos encargos familiares, podendo ser dirigidas tanto para os grupos domésticos, como para seus componentes individuais. Já o familismo está presente nos sistemas de proteção social em que a política pública insiste na responsabilidade das unidades familiares com provisão de seus membros. Os países da Europa do Sul estão enquadrados nesse modelo. Essas políticas tendem a reforçar os papéis tradicionais de homens e mulheres no mercado de trabalho. (ESPING-ANDERSEN *apud* MIOTO, 2008).

A realidade das políticas sociais no Brasil comporta o modelo familista de proteção social. O protagonismo familiar é expresso nas diretrizes e metodologias das políticas de Seguridade Social, a exemplo das políticas de saúde e de assistência social. A Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 tem como um dos seus eixos a matricialidade sócio-familiar. Considerando os diversos formatos e modelos que a família assume na contemporaneidade, entende-se que,

a centralidade da família é garantida à medida que a Assistência Social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista, que em conjunto com as transferências de renda em patamares aceitáveis se desenvolva, prioritariamente, em redes socioassistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e valorizem a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004, 2005, p. 42).

Nesse sentido, em virtude da redução do papel do Estado na garantia dos direitos sociais e da insuficiência na cobertura dos serviços sociais, a família tem se mostrado uma esfera de compensação dessa ausência, como unidade de reprodução social e de provisão das necessidades básicas dos indivíduos. Novas exigências são pensadas para a família, fazendo surgir uma espécie de neofamilismo. Este se configura como uma tendência ideológica atual de considerar a família como a solução para os efeitos do modelo global, reprivatizando atividades públicas. (BERMUDEZ *apud* MIOTO; CAMPOS; LIMA, 2005).

Nas famílias pobres é salutar que atentar-se para a situação de precariedade e de ausência de recursos materiais fazendo com que a função de reprodução social da família seja comprometida. O desemprego, as carências de políticas públicas, as manifestações de violência social urbana são fatores externos

que influenciam no modo de vida das famílias e na interação de seus membros. Muitas vezes, a rua passa a ser uma alternativa de sobrevivência. Essa assertiva manifesta-se no inúmero contingente de pobres que vivem a transitar por esses espaços.

No âmbito do mercado, a satisfação familiar está diretamente relacionada à garantia de consumo dos seus membros, através da inserção destes no trabalho mercantil. O crescimento de práticas institucionalizadas de voluntariado no Brasil, voltadas para o apoio à família é um outro fator recorrente do enfraquecimento das funções públicas do Estado. Estas reforçam o papel da família como responsável pelos provimentos dos seus membros, sejam estes afetivos e/ou sociais.

O incremento da idéia de família como centro de proteção e com ela o amplo desenvolvimento do voluntariado, das entidades não-governamentais e o delineamento de “novas profissões” no interior das políticas sociais, inclusive nas públicas, vai favorecer não só a reativação exponencial da idéia liberal da responsabilidade da família em relação à provisão de bem estar, como também a reativação das práticas disciplinadoras tão comuns nos séculos anteriores, principalmente em relação às famílias pobres. (MIOTO, 2008, p. 141).

Segundo a Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, entende-se por família,

a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros. (BRASIL, 2004, § 1º, inciso I).

O PBF também conta com o Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) sendo este um indicador sintético que mede o grau de desenvolvimento das famílias, possibilitando apurar o grau de vulnerabilidade de cada família do CadÚnico, ou mesmo o total de unidades familiares de um município. Como outros indicadores que abordam a pobreza em perspectiva multidimensional, o IDF varia entre 0 e 1 e, quanto melhores as condições da família, mais próximo de 1 será o seu indicador. A unidade de análise do IDF é a família e não o indivíduo. (BRASIL, 2010).

O Programa Bolsa Família, portanto, carrega em seu próprio nome a marca desse lugar de destaque que a família ocupa, seja como esfera de provisão do bem-estar de seus membros, seja como um dos pilares de sustentação do

Programa, uma vez que as condicionalidades e os recursos serão administrados no interior da família.

No entanto, abdica-se de qualquer concepção universalista e idealizadora acerca da família, no âmbito desse Programa e das políticas sociais em geral. As mudanças ensejadas no interior das famílias, no século XXI e percorridas, anteriormente, neste trabalho coadunam-se, no caso das famílias pobres, com peculiaridades de base econômica e social que influenciam o modo de conviver entre seus membros. Nesse contexto, não se deve perder de vista os conflitos e desigualdades que permeiam o universo das relações familiares.

Embora já se tenha discorrido sobre as nuances referentes à feminização da pobreza, sabe-se que as mulheres chefes de família em condições de pobreza sofrem o maior impacto das precárias condições econômicas em que vivem. A ausência de pessoas adultas com quem possam dividir a provisão da manutenção dos gastos domésticos e os baixos rendimentos adquiridos por elas em virtude de trabalhos precários e informais faz com que essas famílias adquiram uma atenção específica, no âmbito das políticas de transferência de renda.

A seguir, retrata-se uma apresentação dos dados secundários de natureza quantitativa referentes às mulheres inscritas na base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza, que estão na condição de representantes legais de suas famílias, ou seja, recebem o benefício do Programa em seu nome, no mês de dezembro de 2009. Adotou-se três locais de referência no trato das variáveis: a cidade de Fortaleza, a área da Secretaria Executiva Regional II e o bairro Vicente Pinzon, onde se localiza a Comunidade Morro da Vitória.

As informações ora apresentadas revelam o perfil das mulheres pobres representantes legais e beneficiárias do Programa Bolsa Família. Apesar da pesquisa em tela ser eminentemente de cunho qualitativo, uma vez que se estuda os significados do PBF, levando em conta a realidade de algumas mulheres, em uma comunidade específica – Morro da Vitória - no município de Fortaleza,

considera-se salutar apresentar dados quantitativos e realizar uma leitura dos mesmos, como forma de possibilitar uma visão mais ampla do fenômeno estudado.

4.4 Perfil das mulheres titulares do Programa Bolsa Família em Fortaleza

É sabido que muitos programas sociais, a exemplo do PBF, não se caracterizam como políticas públicas governamentais voltadas especificamente para as mulheres. Todavia, é notória a repercussão desses Programas na vida das mulheres pobres.

Fortaleza ocupa o *ranking* nacional das metrópoles, considerada a quinta cidade mais populosa do País. De acordo com o IBGE (2008), tem estimado em 2.473.614 habitantes, o que lhe confere a posição de ser o município do Ceará a concentrar 29,27% da população total do Estado.

Administrativamente, o espaço socioterritorial de Fortaleza está dividido em seis Secretarias Executivas Regionais (SER). Oficialmente, de acordo com a SEPLA (2008), existem 116 bairros na cidade distribuídos pelas SERs.

O maior contingente populacional encontra-se na SER V com 477.193 habitantes, seguida da SER VI com 459.595 habitantes (CEARÁ, 2008). No entanto, em razão da área geográfica de realização desta pesquisa, voltar-se-á o olhar para a SER II e para o bairro Vicente Pinzon, onde situa-se o Morro da Vitória. Localizada no lado nobre da cidade, esta SER tem uma população de 328.508 habitantes, distribuídos em 18 bairros. Essa área é visivelmente marcada pelos contrastes de uma cidade que cresceu de forma desordenada e a essa explosão demográfica somam-se inúmeros problemas sociais típicos das metrópoles brasileiras.

Ao percorrer a área que compõe a Regional II, são notórias as expressões das desigualdades sociais, simbolizadas pelas condições de moradia dos seus habitantes. De um lado, verdadeiras mansões que compõem a denominada área nobre da cidade, a exemplo da Aldeota, Cocó, Meireles e Varjota; de outro, as precárias condições de moradias dos residentes de bairros como Praia do Futuro I, Cais do Porto e Vicente Pinzon.

Nessa ótica, a cada dia, aumentam os problemas urbanos frutos do rápido crescimento das grandes cidades, das demandas dos cidadãos por melhores condições de vida e do usufruto do próprio espaço urbano e, ainda, da pouca infraestrutura pública que garanta respostas efetivas a essas demandas. No interior desse quadro problemático, é elevado o contingente de pobres que vivem nas periferias das grandes cidades, ora transitando como personagens abastados pelos centros urbanos, ora confinados em territórios precários de condições infraestruturais de moradia.

Segundo dados do CadÚnico de Fortaleza, em dezembro de 2009, observa-se uma relevância do número de mulheres, entre os representantes legais. A variável sexo confirma que as mulheres têm sido chamadas a assumir a titularidade na gestão dos programas sociais de enfrentamento à pobreza. No que se refere especificamente ao PBF, comprova-se, conforme Tabela 2, a orientação do Programa que referencia as mulheres assumirem a representação legal do benefício em nome da família.

TABELA 1
Representantes legais cadastrados no CadÚnico por sexo em Fortaleza,
SER II e Bairro Vicente Pinzon

SEXO	Fortaleza	SER II	Bairro Vicente Pinzon
Feminino	281.224	21.535	6.064
Masculino	15.221	1.445	279

Fonte: CadÚnico/SEMAS/2009

TABELA 2
Representantes legais beneficiários do PBF por sexo em Fortaleza,
SER II e Bairro Vicente Pinzon

SEXO	Fortaleza	SER II	Bairro Vicente Pinzon
Feminino	153.739	10.796	3.091
Masculino	6.409	525	109

Fonte: CadÚnico/SEMAS/2009

A tabela 3 retrata a distribuição das mulheres representantes legais beneficiárias por faixa etária. Revela-se que a maioria das mulheres titulares do

benefício, encontra-se na faixa etária de 25 a 59 anos, sendo, portanto, destacada como fase adulta, em pleno ciclo reprodutivo feminino.

TABELA 3
Mulheres Representantes legais beneficiárias do PBF por faixa etária em Fortaleza, SER II e Bairro Vicente Pinzon

Especificação	Fortaleza	SER II	Bairro Vicente Pinzon
De 16 a 17 anos	65	7	2
De 18 a 24 anos	7.219	492	106
De 25 a 59 anos	136.447	9.498	2.787
A partir de 60 anos	10.008	799	196
Não informou	-	-	-
Total	153.739	10.796	3.091

Fonte: CadÚnico/SEMAS/2009

A tabela 4 ressalta a prevalência de mulheres pardas, o que nos leva a perceber as formas veladas da invisibilidade das mulheres negras, dada o processo de embranquecimento no Brasil que relativiza a identificação do ser negro ou negra, a partir da referência à cor parda. Entretanto, percebe-se, nesse perfil, que as representantes legais do PBF, em Fortaleza são, em sua maioria, negras, totalizando 125.946 mulheres, partindo-se do somatório entre o número de negras e pardas. Essa realidade se confirma nas outras duas esferas, SER II e bairro Vicente Pinzon.

TABELA 4
Mulheres Representantes legais beneficiárias do PBF por raça/etnia em Fortaleza, SER II e Bairro Vicente Pinzon

Especificação	Fortaleza	SER II	Bairro Vicente Pinzon
Branca	20.435	1.420	388
Negra	5.826	497	139
Parda	120.120	8.391	2.442
Amarela	440	27	4
Indígena	144	29	12
Não Inf.	6.774	432	106
Total	153.739	10.796	3.091

Fonte: CadÚnico/SEMAS/2009

Quanto ao estado civil, conforme Tabela 5, o número de mulheres solteiras revela as mudanças contemporâneas relacionadas tanto ao comportamento das mulheres, quanto às feições das famílias. O destaque das solteiras como pessoa de referência da família no PBF pode demonstrar dois fatores: o elevado número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres e a diminuição dos casamentos oficiais como referência de conjugalidade no âmbito familiar, nos segmentos mais pobres.

TABELA 5
Mulheres Representantes legais beneficiárias do PBF por estado civil em Fortaleza, SER II e Bairro Vicente Pinzon

Especificação	Fortaleza	SER II	Bairro Vicente Pinzon
Solteira	83.990	6.662	1.911
Casada	37.035	2.423	731
Divorciada	2.215	137	32
Separada	17.974	779	224
Viúva	5.773	364	88
Outros	6.752	431	105
Total.....	153.739	10.796	3.091

Fonte: CadÚnico/SEMAS/2009

Os números do CadÚnico revelam a situação de desemprego vivenciada pela maioria das mulheres beneficiárias, uma vez que uma elevada quantidade delas não está trabalhando ou encontra-se na condição de autônomas sem cobertura social. Os baixos rendimentos advindos da inserção precária ou temporária no mercado de trabalho fazem com que muitas dessas mulheres e de suas famílias passem a avolumar a lista de beneficiários dos programas sociais.

TABELA 6:
Mulheres Representantes legais beneficiárias do PBF por situação no mercado de trabalho em Fortaleza, SER II e Bairro Vicente Pinzon

Situação no mercado de trabalho	Fortaleza	SER II	Bairro Vicente Pinzon
Empregador	25	5	2
Assalariado c/CTPS	5.247	333	112
Assalariado s/CTPS	1.479	144	44
Autônomo c/Prev. Social	111	7	1
Autônomo s/Prev. Social	51.143	4.704	1.324
Aposentado Pensionista	4.676	301	85
Trabalhador Rural	4	-	-
Empregador Rural	7	-	-
Não Trabalha	70.858	4.554	1.331
Outra	13.336	310	86
Não Inf.	6.853	438	106
Total	153.739	10.796	3.091

Fonte: CadÚnico/SEMAS/2009

Percebe-se, portanto, que as mulheres representantes legais do Programa Bolsa Família, inseridas na base de dados do Cadastro Único, identificadas pelas tabelas acima revelam uma síntese quanto ao perfil dessa categoria. Assim, ser mulher, negra, desempregada, solteira e, muitas vezes chefe de família, constitui características que retratam múltiplos lugares de subordinação frente às hierarquias econômicas, sociais e culturais da realidade pesquisada.

4.5 O Programa Bolsa Família e a vida das mulheres do Morro da Vitória

As mulheres do Morro da Vitória, personagens desta pesquisa, carregam consigo a marca do objeto deste trabalho. O perfil descrito no primeiro capítulo deste demonstra que renda média das famílias dessas mulheres gira entre R\$ 62,00 a R\$ 132,00. A baixa escolaridade pode ser uma das barreiras que dificulta o acesso das mesmas a melhores empregos. A responsabilidade das mulheres com o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, sobretudo aquelas que têm filhos pequenos, aliado à insuficiência de políticas públicas de socialização dos cuidados como

creches, também determinam o tipo e o tempo de ocupação da mão-de-obra feminina.

Destaca-se, ainda, no universo dessas mulheres, a frequência das famílias com chefia feminina. Isso também é significativo nos dados secundários quantitativos descritos anteriormente. A presença das avós foi algo observado na seleção das entrevistadas. Confirma, portanto a tendência atual da figura das avós, como provedora das famílias pobres.

As mudanças dos laços familiares e a vulnerabilidade que atinge as famílias demandam novos papéis, novas exigências para essas figuras, personagens que ganham relevo não só na relação afetiva com os netos, mas também como auxiliares na socialização das crianças ou mesmo nos eu sustento, mediante contribuições financeiras. (VITALE, 2008, p. 94).

As mulheres entrevistadas, ao falarem sobre o PBF, dão ênfase aos aspectos econômicos que esse benefício proporciona para si e para os membros de suas famílias, sobretudo na satisfação das necessidades materiais. Percebe-se, com isso que, diante do universo de miséria em que vivem essas mulheres, a relevância dos aspectos materiais são efeitos das condições precárias de vida traduzidas em processos de exclusão de todas as naturezas.

Eu acho que foi bem vindo. **Porque bem dizer quando chega, eu vou fazer compra lá, quando o gás falta eu compro, aí às vezes, antecipa a energia, eu já pago, aí é no dia que eles comem melhor**, é quando recebo, que eu compro um almocinho melhor, uma jantinha melhor, aí eu compro uma pasta pra um, um sabonete pra outro... é assim. Um caderno pra um... Gasto em gás, em água, no caderno, na farda... pois tem dois que estuda, que a farda ainda é comprada. É, que é do Estado né? Aí o caderno, compro caderno pra todos, né? (Cristal, grifos meus)

Ah, o Programa Bolsa Família, eu acho ele muito bom porque ele ajuda a gente em tudo. Porque através dele, que eu pago minha luz, eu pago minha água, eu compro meu gás, eu como. (Ametista)

Pra mim, o Bolsa Família veio num momento que eu tava mais precisando porque foi na época que o meu marido adoeceu; ele teve um problema de visão... Aí foi mais dificuldade porque teve o negócio do medicamento. Na época, ele não tinha plano de saúde; a gente tinha que correr pro hospital público, aí, o hospital ficava botando prum lado, aí botava pra outro....aí quando eu passei a receber o Bolsa Família foi nessa época. Aí, aliviou mais, porque pelo menos o Bolsa Família já servia pra comprar a alimentação da minhas filha... Porque o dinheiro que ele recebia não era suficiente, mal dava pra comprar as medicação dele. (Marcacita).

Eu pago luz, água e gás. Amanhã eu vou receber, dar pra luz, água e o gás...(Rubi)

Estas narrativas expressam que o Bolsa Família traz, de forma imediata, melhorias às condições de vida das famílias, com possibilidade de compra de itens de alimentação, de gás, medicamentos, vestuário, material escolar bem como a manutenção da casa como pagamento da água e energia, dentre outros. A fala de Cristal, avó-chefe de família, é nítida, ao dizer que o dia do recebimento do benefício é aquele em que ela e seus sete netos melhor se alimentam.

Partindo-se da premissa de que as condições de subsistência das famílias estão diretamente ligada aos níveis de rendimento de seus membros e, que os rendimentos das famílias beneficiárias do PBF são extremamente baixos, ou mesmo inexistentes, o recurso recebido pelo Programa constitui-se, muitas vezes, a única alternativa de renda fixa e previsível.

O PBF, segundo as mulheres, possibilita a garantia de crédito para compra antecipada de itens domésticos básicos, como o gás de cozinha nos pequenos estabelecimentos comerciais da comunidade. Isso produz resultados positivos na vida das mulheres, em vistas do manejo dos recursos e do próprio poder de decisão de como gerir seus recursos. Na sequência, aparecem as falas de Esmeralda que, no momento, não está recebendo o benefício e a de Safira que retrata a possibilidade de crédito, relacionado ao recebimento do benefício.

Na minha situação foi ótimo porque todos os meses, eu já tenho uma coisa certa. Se acabar um gás, eu já tenho uma coisa certa de receber e pagar o meu gás. Não dá pra pagar tudo, mas dá pra pagar a minha água, no momento não dá a luz porque foi cortada... mas é bom, é bom. **Eu pago luz, pago água, compro gás assim, que às vezes eu compro meu gás fiado pra pagar com esse dinheiro que eu recebo.** (Safira, grifos meus)

Aqui, muitas vezes, a gente não tinha nem o gás, aí eu já falava com o rapaz, que tal dia eu ia receber, e já tava garantido, né? O gás, a alimentação deles [refere-se aos filhos] também, á na mercearia, o lanche deles... É, aí a gente vai comprar ou a chinela deles, ou alguma coisa ... (Esmeralda, grifos meus)

Em alguns momentos da entrevista, foram percebidos os limites do Programa. Na fala de Safira, mesmo que timidamente, ela ressalta que “não dá pra pagar tudo”. Ao atenuar os efeitos da pobreza extrema, o Programa apresenta limitações do ponto de vista de mudanças mais estruturais na vida das famílias

beneficiárias. Nesse intercurso, ratificam-se as ações complementares do PBF como uma importante porta de saída da condição de beneficiária, em vistas da possibilidade de construção da sustentabilidade econômica dessas famílias.

O atrelamento do PBF ao governo Lula foi algo manifestado nas narrativas. Além da personificação do Programa na figura do presidente da República, a garantia desse recurso às famílias beneficiárias é percebida mais como “ajuda”, do que mesmo como condição de cidadania frente ao acesso aos direitos sociais básicos.

Pra mim, é uma ajuda, muito grande, muito grande mesmo. Pra mim, é 10... foi o único presidente que fez alguma coisa; muitos criticam, mas eu num vejo o porquê. Desse dinheiro dá pra gente cortar o cabelo dos meninos, dá pra comprar um caderno, uma blusa de colégio, “ah mãe, rasgou uma blusa nos brinquedos lá, aí tem que comprar uma lá”.
(Esmeralda, grifos meus)

Os estereótipos construídos em torno dos beneficiários, seja através do reforço aos estigmas da carência que os pobres carregam consigo seja para desqualificar o Programa, foi algo percebido em algumas entrevistas.

Diante de uma figura normativa do trabalhador que dá provas da sua capacidade para a vida em sociedade e, portanto, tem o privilégio da proteção do Estado, a figura do pobre é inteiramente desenhada em negativo sob o signo da incapacidade e impotência, fazendo da ajuda a única forma possível para os assim definidos “carentes” se manterem em sociedade. (TELLES, 2006, p. 97).

De forma diferenciada, na primeira narrativa a seguir, a entrevistanda discorda da imagem em negativo direcionada aos pobres, a partir da “recusa” ao trabalho. Já a segunda fala, revela a reprodução pela entrevistada - mulher, pobre, chefe de família - dos sinais de um senso comum que culpabiliza as mulheres pobres, atrelando o recebimento do benefício ao aumento do número de filhos. Sabe-se que tal afirmativa não encontra nenhuma veracidade nos fatos reais.

Sobre o Bolsa Família, muita gente acha que ele veio ajudar as pessoas a ser vagabundo; eu não vejo essa meta. Eu acho que ele que veio a calhar no momento certo, porque existe pessoas realmente que precisam, no caso assim, da minha situação né? (Safira)

Tem muitas mulheres, tem muita mãe, muita gente que tem tanto meio de evitar filho, mas com assim o negócio do Bolsa Família, tem todo ano filho, que é pra aumentar mais uma criança, pra ver se ele dá mais dinheiro... Eu já ouvi da boca

de muitas mulheres isso: pra aumentar o dinheiro. Aí, diz assim “Ah, porque o Bolsa Família... eu vou ter filho hoje e no outro ano, porque é o governo quem vai criar”... mas ele não se preocupa na educação (Marcacita)

O destaque dado aos gastos do benefício com artigos domésticos ou com material escolar e roupas para os filhos tem um forte conteúdo de gênero, reacendendo a discussão acerca da divisão sexual do trabalho doméstico, bem como do exercício quase que natural da maternidade. A lógica do cuidado para com o outro, na realização voluntária do trabalho doméstico, pelas mulheres nas suas famílias, em nome de sentimento amoroso e da promoção de afetos, contribui para a internalização de uma lógica naturalizadora que identifica as mulheres a seus papéis de esposas e mães.

Cantuário (1998) ao discorrer sobre as representações das mulheres acerca da maternidade reflete que,

A mistificação da mulher no seu papel de mãe, segundo o modelo de Maria – virgem e mãe – perfeitamente boa, amorosa, onipotente e pronta a preencher todas as necessidades dos filhos, tem, por demais, complicado a vida de muitas mulheres; justamente por retirar-lhes toda e qualquer possibilidade de não ser e de não cumprir o que os outros coletivamente projetaram, arquitetaram para elas. (CANTUÁRIO, 1998, p. 116).

Salvo exceções, a incorporação do discurso oficial sobre maternidade organiza práticas e comportamentos femininos, constituindo-se no *habitus* das mulheres, ou seja, num sistema de disposições duráveis produzido mediante as condições objetivas - o lugar de onde elas falam - e inculcado em suas mentes gerando uma homogeneidade de valores e práticas.

O *habitus* é esse principio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. (BOURDIEU, 1996, p. 21-22).

Desse modo, os valores e práticas gerados em torno da maternidade constituem visões de mundo que são incorporados pelas mulheres, uma vez que o processo de socialização das relações de gênero é solidificado pelas estruturas e instituições existentes na sociedade, a exemplo do Estado, da Igreja, da escola e da própria família.

A maternidade torna-se como alvo de investimento em nossa cultura, mobilizando-se, em torno dela sentidos múltiplos, conflitantes e convergentes. Assim, quando o foco são histórias de crianças em situações de miséria, violência, fracasso escolar, por exemplo, torna-se freqüente que instituições como a escola, a igreja, a mídia, o governo e outras organizações sociais articulem como principal explicação para isso o fracasso das relações familiares, destacando principalmente a ausência ou o descaso materno/feminino. (KLEIN, 2005, p. 40).

A relação entre ser mãe e gerir os recursos provenientes do benefício é algo que se destaca tanto no PBF, como na concepção das mulheres entrevistadas. De acordo com esse Programa (2004), essa decisão baseia-se em estudos sobre o papel das mulheres na manutenção da família e na sua capacidade de utilizar os recursos financeiros em proveito de toda a família.

Bem, eu acho assim, porque a gente que é mãe, sempre é a maior responsável por tudo que tem dentro de casa e pra resolver também as outras coisas. (Marcacita).

Por ser mãe [Após ser perguntado pela pesquisadora sobre os motivos das mulheres serem as responsáveis pelo cartão]. Porque toda a responsabilidade tá na mãe. Você escuta a história de que a mãe foi embora, mas é raro. A maioria das vezes é o homem que abandona. Então, a mãe é quem fica com os filhos. É pros filhos [o dinheiro]. (Esmeralda)

Se colocasse no nome do pai, ia entrar no bolso dele... aí, se fosse passar pra mãe, vinha do jeito que ele quisesse dar (Safira)

Hoje mesmo eu vou receber e eu já vou com o papel de luz, já vou com os 'papel' de água, já vou imersa o quê que eu vou fazer e o que eu não vou fazer (Safira)

Sempre as mulher do cara que se preocupam mais com os membros da casa; o homem pode se preocupar, mas é mais fora disso. A mulher não, é mais...(Cristal)

... tem que vir, porque os homem, hoje em dia, pega o dinheiro da mulher e gasta. Tem que ser no nome das mulheres, imagine no nome dos homem...[Os homens gastam dinheiro com o quê?] Tem uns que gasta com droga, se meu cunhado pegar ele gasta tudo, quer nem saber...Com droga. Droga, bebida. (Rubi)

Eu acho assim, que pra dá mais prioridade pras mulher, até porque os homem, tem muitos deles que recebe e muitos bebe cachaça, muitos usa droga, através do dinheiro da mulher. (Pérola)

Ele tem que ficar no nome da gente. Se fosse ficar no nome dos homem, os homem não vão querer dar pra gente, o que é de direito da gente. (Ametista)

Nessa ótica, a concordância de que o benefício também deve ficar no nome da mulher é algo reafirmado pelas próprias mulheres. As justificativas dessa questão, quase que unanimemente, dizem respeito ao desempenho do papel

reprodutivo, tendo como conseqüência, a identificação das mulheres com as necessidades da família, otimizando os destinos dos recursos. As questões de gênero são novamente expressas nas interpretações que as mulheres elaboram sobre a possibilidade dos recursos do Programa ficarem em nome dos homens, uma vez que os mesmos podem realizar outros gastos, a exemplo do uso de drogas e bebidas.

Percebe-se uma fronteira precisa entre os ambientes públicos, destino masculino, e o ambiente privado, doméstico, tido como lugar feminino. Assim, embora se saiba que as mulheres transitam entre ambos os espaços, o discurso elaborado por elas identifica nitidamente em que lugares encontram-se homens e mulheres na família, sob a ótica de gênero.

Nessa perspectiva, o exercício eficaz da maternidade passa a ser avaliado como um dos principais construtos da identidade feminina. Constituída a partir dos séculos XVII e XVIII, com a ascensão do social na modernidade, a obrigação e sacralização da maternidade tem sobrevivido até hoje, mesmo diante das inúmeras transformações ocorridas no âmbito dos arranjos familiares e na vida das mulheres. Desse modo, a ideologia construída em torno da maternidade reposiciona as mulheres no lugar de mulher-mãe. O cuidado com o outro extrapola o cuidado consigo mesma, consolidando dificuldades de promoção de sua autonomia.

No tocante ao Estado, considera-se que o destaque dado à família nas políticas de transferência de renda, passa pela visão de que as mulheres são as melhores “gestoras” dos recursos, inclusive sob o ponto de vista da confiabilidade no destino dos gastos. Os discursos estatais e societários que enfatizam o papel das mulheres como mães zelosas e boa esposa produzem significados que reiteram a responsabilização destas para com o fracasso ou o sucesso de suas famílias.

Nobre (2003) relata a relação particular que as mulheres têm com o Estado, por serem as responsáveis pela gestão cotidiana das necessidades da família. São elas que frequentam os postos de saúde, as reuniões nas escolas, as creches, os CRAS, dentre outros serviços. Completa destacando que são as mulheres que organizam seu tempo, como extensão do trabalho doméstico e em

decorrência de sua inserção precária no mercado de trabalho, de modo a compensar o mau funcionamento de alguns serviços.

As feministas têm feito várias críticas referentes ao lugar da maternidade como destino às mulheres. Goldani (2002) enfatiza que o movimento feminista, a partir dos anos 1970, chamou atenção aos pressupostos dos diferentes modelos de *Welfare State* e de políticas sociais, no tocante à contribuição das mulheres. A identificação da família com a mulher, ao orientar essas políticas e programas, faz com que a maioria tenha direitos de proteção não como cidadãs, mas por sua condição de esposa e mãe. Admite-se, portanto, uma marcante diferença de comportamento quando se trata de cuidados com a preservação do grupo familiar.

Por outro lado, sabe-se que o reconhecimento das mulheres como as responsáveis legais pelo benefício do PBF garante um certo *status* à condição feminina, uma vez que aumenta a capacidade de decisão delas sobre o que fazer com os recursos. Na maioria dos depoimentos, as mulheres afirmaram que são elas que decidem o que fazer e o que comprar com o dinheiro.

O poder de decisão das mulheres, em face do destino dos recursos, contribui para a valorização social das mesmas, diante das melhorias de suas condições financeiras. Essas mudanças, portanto, trazem implicações na dinâmica familiar.

As condicionalidades obrigatórias como contrapartida das famílias beneficiárias e, ainda, como possibilidade concreta de acesso às demais políticas públicas como saúde e educação tem sido objeto de valorização, por parte das mulheres. Nesse sentido, poucas mulheres disseram sentir dificuldades em cumprir as condicionalidades do Programa.

Cantuário (1998, P. 62) alerta que,

o discurso de incentivo a maternidade provocou a ampliação do controle da mãe sobre os filhos. Na verdade, as mães passaram a deter poderes especiais. A mulher tem desempenhado um tipo de controle sutil dentro de casa, quando toma para si exclusivamente as atividades domésticas, a educação dos filhos, não divide as tarefas do espaço privado. Para garantir

esse poder acaba sobrecarregando-se de atividades deixando ao seu companheiro pouco a fazer e a cumprir.

Assim, a garantia do compromisso familiar, mediante a disciplinarização dos filhos é, naturalmente, desempenhado pelas mulheres, como parte do dever socialmente destinadas a elas, como “boas mães”. O relato de Safira é um exemplo do zelo para com os filhos. Ela reforça mais uma vez a distinção entre “ser mãe e ser parideira”.

Muito importante [as condicionalidades]. Ah, pra saber se realmente a criança tá sendo acompanhada. Você tem uma ficha lá, aí, a criança tem que ter 80% - ou é 90 - de presença. Se ela não tiver, aí ela vai cancelada, **pra mãe saber o porquê que a criança não tá indo pra escola.** Na escola, a gente consegue as declaração. (Esmeralda, grifos meus)

É, mas é muito importante. [As condicionalidades] **Porque só assim, como eu te disse, tem a mãe e tem a parideira né?** Tem a mãe responsável e tem a mãe irresponsável que não tá nem aí pra estrutura do filho, mesmo sabendo que mais tarde ele vai se prejudicar e muitos [filhos] cobram também os pais... Porque tem muitos filhos que não são nem aí... Mas a mãe obriga... (Safira, grifos meus)

Não essa [condicionalidades] como a freqüência da escola, eu acho certo porque ajuda pra eles mesmo, pra eles se sentirem alguém na vida, a prioridade é pra eles mesmo, pra eles dar valor aquele lugar (Cristal)

Tem que tá na escola, porque a criança no meio da rua, boa coisa ele não aprende. (Ametista)

Do posto de saúde é [refere-se à dificuldade de acesso]. Porque a gente vai atrás de uma ficha, é difícil a gente receber a ficha, e tem que ir de madrugada pra ir pegar a ficha; às vezes a gente nem pega a ficha no posto (Esmeralda).

Diante dessas questões, percebe-se a relação estabelecida entre o Estado, nesse caso o programa Bolsa Família e as mulheres. A importância dada às mulheres mediante a função materna, historicamente construída, as concebe como membros corresponsáveis pelo enfrentamento da pobreza, a partir do cuidado com a família, em especial com os filhos.

Todavia, apesar dessas mulheres reafirmarem a maternidade como algo intrínseco à identidade feminina, destaca-se as transgressões vivenciadas por elas no tocante aos papéis tradicionais de gênero no âmbito da conjugalidade e ao padrão tradicional de família nuclear. A chefia feminina decorrente de uniões desfeitas, os divórcios, as novas uniões, os filhos de pais diferentes e a diminuição

dos casamentos formais são evidências que reforçam as transformações contemporâneas na vida das mulheres pobres. Arrisca-se a dizer que a sexualidade é vivenciada por muitas delas sem muitos pudores em face das normas estabelecidas pelos valores das classes mais abastadas. Tudo é muito compartilhado, desde a arquitetura das casas e barracos até o convívio entre si, na comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicio as considerações finais deste trabalho reafirmando que um estudo acerca de um fenômeno da realidade jamais se esgota em uma dissertação ou tese. Traduzir em palavras o modo de vida das pessoas de “carne e osso” e os sentidos atribuídos por elas às suas vidas é algo, por demais, desafiador. Dessa forma, longe de concluir quaisquer questões, pretendo, neste momento, traçar as minhas impressões e indagações sobre o que estudei, vivi e senti, com base nas bússolas que construí para me guiar ao longo deste percurso de aprendizados, impossíveis de serem descritos por completo.

Compreendo que todas as observações expostas ao longo deste estudo, além de primar pelo rigor científico, uma vez que sempre me indagava sobre a necessidade de romper com sínteses precipitadas, carregam expressividades da minha própria história profissional e política. Portanto, discorrer a respeito dos significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres pobres foi uma opção teórico-metodológica tanto para dar visibilidade às vozes das mulheres, na condição de sujeitos significativos desse Programa, como para problematizar a centralidade da família, algumas vezes vista como ente abstrato e universal, no âmbito das políticas públicas.

Destaco que nem tudo se expressou como flores. Algumas “pedras” foram encontradas no caminho. Não as “pedras preciosas” com quais identifiquei as mulheres que generosamente dedicaram parte de seu tempo para conversar comigo, mas, certas dificuldades que tive que enfrentar. Assim, mesmo que as entrevistas tenham sido feitas em tempo razoável para investigação das temáticas, não consegui adentrar com profundidade algumas questões de ordem mais subjetiva, a exemplo das relações de poder vivenciadas no interior de suas famílias e notadas por mim, durante minha permanência em suas casas e, nas poucas palavras expressas sobre o assunto.

Outra dificuldade enfrentada, já descrita no primeiro capítulo, foi a interface entre a minha condição de pesquisadora e a minha profissão de assistente

social. Em vários momentos fui chamada para tentar intervir em algum problema relacionado ao Programa Bolsa Família, a exemplo do atraso do benefício, dentre outras questões.

Durante a experiência, minhas angústias também eram enormes. Muitas vezes, me sentia impotente diante da condição de profunda privação de muitas daquelas famílias. E mesmo sabendo, teoricamente, a resposta de que as desigualdades sociais são parte da engrenagem do sistema capitalista, que se acirraram com a emergência da lógica neoliberal, indagava-me sobre o porquê de todos esses acontecimentos. Meus quase dez anos de bacharela em Serviço Social e de prática profissional não me fizeram perder a capacidade de me indignar diante das injustiças que presenciei durante aqueles momentos no Morro da Vitória.

Nesse sentido, uma das primeiras constatações - as leituras e, sobretudo as vivências em campo, nas inúmeras idas e vindas ao Morro da Vitória, nas conversas à beira de calçadas, nos percursos entre os becos que mais pareciam labirintos a céu aberto - foi que a favela, ou melhor, a comunidade do Morro não é somente uma área de risco, mas um lugar de concentração de violência, miséria, ilegalidades e exclusão. Apesar de tudo isso existir em cores fortes, sobretudo para quem vive seus efeitos, é importante destacar as formas de sociabilidade próprias no modo de vida dos pobres.

Como o foco do meu olhar era para as mulheres, comprovei que as relações construídas entre elas e suas famílias, mais especificamente entre seus filhos e netos, se estabelecem em um nível de solidariedade que extrapola a vivência da família como núcleo intimista, típico das classes mais abastadas. A insuficiência das políticas públicas e a limitação de recursos para garantia de soluções individuais no consumo de bens e serviços fazem com que seja tecida uma rede de ajuda mútua entre parentes e vizinhos, cujo propósito é, principalmente, a socialização das atividades de cuidado para com as crianças. É comum a vizinha, a avó ou mesmo uma amiga cuidar, “olhar os meninos” das outras.

As mulheres, sobretudo mediante a desigual divisão sexual do trabalho que as encarregam de serem quase os únicos entes responsáveis pelas atividades

de cuidado, constroem vínculos entre si e operam essa rede de relações que as permite transitarem entre o espaço da casa e da rua, ou seja, o privado e o público.

Desse modo, destaca-se a pluralidade do modo de viver dos pobres e as inúmeras situações sociais que estes vivenciam, para driblar a miséria que constitui privações em suas vidas. Experimentar seus modos de vida, questionar as ideias homogêneas em torno da pobreza, abordar o que é familiar, foram coisas que tentei fazer durante minha permanência dentro do campo da pesquisa.

Outro aspecto importante que percebi na fala das mulheres foi a ideia de pobreza construída no imaginário de cada uma. Mesmo ressaltando as faltas que a pobreza constitui em suas vidas, muitas não se consideram pobres, principalmente de “espírito”. Remeto-me, nesse momento, ao importante lugar que a religião vem ocupando na vida dos pobres, pois o conforto e a esperança de dias melhores estão diretamente vinculados à fé em Deus.

No tocante às famílias das mulheres entrevistadas, percebi que, embora existam deslocamentos reais nos padrões tradicionais da família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, com inúmeros arranjos familiares, o modelo nuclear estabelecido, culturalmente, como a família “normal, estruturada” ainda é muito forte no imaginário das mulheres.

Quanto à estrutura das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, os dados secundários obtidos da base de dados do Cadastro Único, no tocante ao estado civil, revelaram um maior número de mulheres solteiras. Isso aponta duas tendências: a primeira é o elevado número de mulheres chefiando seus domicílios em famílias monoparentais; e a segunda, refere-se à natureza dos vínculos conjugais nessas famílias, em que as uniões estáveis ocupam lugar de destaque. Comprova-se, com isso, no perfil das mulheres beneficiárias do Bolsa Família em relação à conjugalidade, o pressuposto que menciona a recorrência da convivência com companheiros, sem vínculos legais de casamento formal.

Ainda sobre o perfil das beneficiárias do PBF, destaca-se a prevalência do tripé das desigualdades de classe, gênero e raça. Essas mulheres são, em sua

grande maioria, pardas e negras e, quando não desempregadas, ocupam empregos precários e temporários, o que lhes possibilita obter algum ganho como forma de complementar o recurso advindo do Programa. Mais uma vez, são recorrentes as pesquisas que revelam a relação entre o sexo e a cor da pobreza brasileira. Ressalto aqui, que, em face da delimitação do objeto desta pesquisa, não foi possível um estudo aprofundado sobre a dimensão de raça, embora se saiba que esta é um elemento determinante na posição de desigualdade das mulheres, conforme exposto pontualmente nos Capítulos III e IV.

A centralidade da maternidade na vida das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família foi algo manifestado no discurso de todas as entrevistadas. O pensamento em torno da maternidade consolida comportamentos, socialmente aprovados, de responsabilidade com os filhos. As possíveis falhas em torno do desempenho eficaz e permanente desse papel acarretam desaprovação social, inclusive por parte da população feminina da comunidade.

Com isso, percebe-se que os valores patriarcais, historicamente construídos e traduzidos nas relações desiguais de gênero, ainda são influentes na vida das mulheres pobres. Contraditoriamente, embora rompam com padrões tradicionais de casamento, dado o número de separações e recasamentos, a sacralização da maternidade e a centralidade no desenvolvimento das atividades de cuidado doméstico e familiar ainda carregam as hierarquias de gênero e geração, em face das relações de poder na família, conforme uma das hipóteses expressas neste estudo.

A divisão sexual do trabalho doméstico tem sido um dos pontos reveladores dos lugares de subalternidade nos quais as mulheres ainda se encontram. Os avanços obtidos através da participação, mesmo que precária, das mulheres no mercado de trabalho, em geral, não influenciaram mudanças no interior do núcleo familiar. Observou-se, na fala das mulheres, um sentimento de valorização e de conquista pela realização de seus trabalhos, mesmo que ocasionais, executados fora da esfera doméstica e geradores de alguma renda financeira, o que demonstra uma reposição de valores em relação ao trabalho remunerado feminino. Já as falas sobre o trabalho doméstico, salvo raras exceções,

expressaram a naturalização de tais tarefas como próprias da condição feminina, sendo estas, consideradas por elas, uma obrigação.

A ideologia naturalizadora do papel das mulheres como mães, na sociedade, e, ainda, como as principais responsáveis pelo trabalho doméstico continua sendo reproduzida pelas esferas institucionais, seja o Estado, a família, a escola, a religião, fixando valores e condutas que reposicionam as mulheres como as principais cuidadoras da humanidade. Essas práticas persuasivas são, muitas vezes, permeadas por sentimentos amorosos que responsabilizam as mulheres pelo sucesso ou fracasso dos membros de suas famílias.

Alguns pressupostos levantados em torno da relação estabelecida entre as mulheres e o Programa Bolsa Família, sobretudo os que se referem diretamente às condições materiais de gestão e destino dos recursos, foram confirmados durante o relato das entrevistadas. Ressalta-se que novos elementos da realidade foram registrados, a exemplo da ênfase dada por elas em relação ao dinheiro que recebem do Programa como algo “certo no mês”, tanto possibilitando-as planejar seus gastos, como garantindo-lhes crédito nos estabelecimentos comerciais da comunidade.

Assim, a ênfase nos aspectos econômicos e a melhoria das condições financeiras, a partir do recebimento do benefício pago em seus nomes, fazem com que as mulheres se percebam mais valorizadas, socialmente. A gestão dos recursos do Programa realizada pelas mulheres, através da compra dos itens de alimentação e materiais escolares para seus filhos e, ainda, de produtos básicos para a manutenção da casa, como o gás, é bastante enfatizado por elas.

Outro elemento destacado por todas as mulheres, que não estava previsto nas hipóteses é a concordância unânime quanto ao recebimento dos recursos em seus nomes. Seus maiores argumentos são relacionados à finalidade do uso dos recursos para criação dos filhos e manutenção da casa. Ratifica-se, portanto, o pressuposto sobre a contradição estabelecida pelo Programa no tocante ao papel das mulheres, ou seja, o Estado ao mesmo tempo que possibilita o aumento do poder decisório das mulheres no interior do grupo familiar, ao delegá-las como representantes legais do benefício em nome da

família, reforça as atribuições tradicionais consideradas femininas vinculadas aos cuidados domésticos e familiares.

No tocante às condicionalidades do Programa, geralmente é sobre as mulheres que recae a responsabilidade pelo cumprimento desses compromissos. No entanto, em nenhum momento, elas questionaram tais funções. Desse modo, confirma-se a hipótese de que, se por um lado, o Programa Bolsa Família fortalece a autonomia das mulheres no interior da família e na comunidade, por outro, não consegue romper com a lógica tradicional de divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres. Nesse sentido, a tarefa cotidiana de reprodução da vida social sob responsabilidade feminina continua sendo algo pouco suscetível a transformações, tanto por parte do Estado como da sociedade.

Destarte, mesmo sabendo das contradições inerentes ao Programa, no tocante às questões de gênero, escutei das mulheres e constatei empiricamente que, em relação à provisão imediata dos recursos básicos de sobrevivência familiar, o Programa Bolsa Família cumpre um papel extremamente importante na vida dos pobres. O exemplo disso são as inúmeras pesquisas que revelam a diminuição da pobreza extrema, no Brasil. Desse modo, reafirmo esse Programa, mesmo com todas as limitações que uma política de transferência de renda possa trazer no âmbito das políticas públicas sociais.

Entretanto, mesmo ratificando o Programa, destaco alguns desafios necessários de aprofundamento. Assim, penso que é necessário dar uma ênfase nos programas complementares como forma de potencializar as “portas de saída” e a autonomia financeira dos beneficiários. Algumas práticas inovadoras têm sido realizadas nesse sentido, a exemplo do *Projeto de Inclusão Produtiva das Mulheres Beneficiárias do Bolsa Família* em Fortaleza, o que lhes possibilita a geração de trabalho e renda. No entanto, essa estratégia, assim como outras, deve ser fortalecida em âmbito nacional. O aumento dos investimentos em políticas sociais de caráter estrutural, como habitação popular, saneamento básico, também precisa ser algo contínuo na agenda política brasileira.

A relação do Programa Bolsa Família com as demais políticas sociais públicas é algo que precisa ser melhor pensado e executado no âmbito dos governos locais. Mesmo que as condicionalidades possibilitem a interface entre as políticas, faz-se necessário construir estratégias mais consistentes de parcerias entre os serviços públicos ofertados junto aos beneficiários do Programa. Em suma, é imprescindível o exercício da intersetorialidade.

Outro destaque são os próprios critérios que definem a pobreza, focando na renda familiar como o principal deles que, inclusive o que define a condição de acesso ao Programa. É preciso extrapolar essa concepção e considerar as condições de moradia, os acessos aos serviços sociais básicos, a participação nos fóruns populares de discussão política, dentre outros fatores que também influenciam na condição de pobreza.

No tocante à relação entre o Programa Bolsa Família e as mulheres é mister destacar alguns desafios: Primeiro, tanto as esferas governamentais como a sociedade civil, em geral, necessitam aprofundar o conhecimento acerca da família em suas novas configurações, uma vez que esta tem sido o foco de investimento e da intervenção técnica das políticas sociais. Segundo, essas políticas não devem reforçar o lugar historicamente “dedicado” às mulheres em vistas de sua condição de mãe e responsáveis pelo trabalho doméstico. O intuito é contribuir para o processo de empoderamento da condição das mesmas como cidadãs, sujeitos de direitos e de suas vidas.

Desse modo, enquanto as relações no interior do espaço privado, no tocante à divisão do trabalho doméstico, não passar por alterações mais profundas, será impossível o estabelecimento de relações de igualdade entre os homens e mulheres. Os avanços obtidos, ao longo da história, através das lutas das mulheres e do movimento feminista, descritos nesta dissertação, coadunam-se com retrocessos no campo das relações de poder, manifestadas no âmbito das relações de trabalho, nas práticas de violência de todas as naturezas, num pesar de inúmeras responsabilidades cotidianas que nomeiam um tipo ideal de mulher, necessário para a reprodução da vida e do próprio sistema de consumo e mercantil, regulador da vida social.

É importante, pois, em meio à realidade das mulheres, reafirmar a integração das perspectivas da redistribuição e do reconhecimento descritas por Fraser (2002) para o alcance da justiça de gênero. O olhar bidimensional sobre essas duas perspectivas abrange, tanto os aspectos vinculados às reivindicações de caráter mais igualitário, relacionadas à estrutura econômica da sociedade, a redistribuição dos recursos e a divisão sexual do trabalho, como as questões ligadas ao *status* social e às hierarquias centradas nas diferenças construídas, culturalmente, que privilegiam o masculino.

Finalizo, portanto, esta dissertação, apresentando falas de algumas das mulheres entrevistadas sobre os seus sonhos de futuro. Apesar das marcas que trazem, mediante uma vida de privações de todas as naturezas, elas ainda sonham e apostam em concretizá-los:

“O meu sonho é construir a minha casa, meus filhos na escola, meus filhos concursando...” (Esmeralda)

“O meu sonho é ver aquela fábrica ali, de vento em polpa; eu ter o meu salário todo mês (...) uma vida estável, bem melhor. Eu tenho sonho sim, de poder me sentar sem me preocupar. E se um dia eu não tiver um valor X todos os meses, e quando essa Bolsa Família sair de circulação (...), então, meu futuro não é simplesmente ficar só agregada a isso; o meu sonho é eu ter um emprego fixo, um dinheiro fixo de final de mês; eu ter como me sustentar...ter o meu trabalho...” (Safira)

“Ver meus netos com a vida prosperada, fora do perigo desse mundo, trabalhando, estudando, trabalhando, crescer, serem homem de bem”(Cristal)

“Ah, meu sonho é tanta coisa, quem sabe um dia em num realizo... meu sonho é uma casa maior; queria uma casa melhor pras minhas filhas.” (Marcacita)

“Assim... o meu sonho é trabalhar e ajeitar minha casa.” (Rubi)

“Meu sonho é realizar a minha casa e ver essa mudança na vida dos meus filhos, de eles trabalharem, viverem bem.” (Pérola)

Que os sonhos dessas mulheres alimentem espíritos e práticas de uma sociedade justa e igualitária. Que este estudo permita novas reflexões acerca das políticas públicas, no intuito de aperfeiçoar os propósitos de garantia da cidadania e da inserção de homens e mulheres como sujeitos de direitos, no usufruto de uma vida digna. Afinal, os sonhos jamais envelhecerão.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ângela Mendes de. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (Org.). **Pensando a família no Brasil: Da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Editora UFRRJ, 1987.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. (Org.) **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

_____. O amor no casamento. In: ARIÈS, Philippe e BEJIN, André (Org.) **Sexualidades Ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade**. Tradução de Lygia Watanabe e Thereza Cristina Stummer. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. O casamento indissolúvel. In: ARIÈS, Philippe; BEJIN, André (Org.) **Sexualidades Ocidentais**. Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. Tradução de Lygia Watanabe e Thereza Cristina Stummer. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BADINTER, Elizabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. 6. ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 1985.

BARBALHO, Alexandre. **Política, cultura e mídia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. (Coleção Textos Nômades).

BAUMANN, Sigmund. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política social. **Fundamentos e história**. São Paulo: Crotez, 2008.

BOLSA Família deu 3% de votos a Lula. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 27 jul. 2009. Caderno Nacional.

BÓRON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOSCHETTI, Ivanete. et al. (Org.) **Política social no capitalismo**: tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 8. ed. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papiurus, 2007.

_____. **A Dominação masculina**. 5. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOZÓN, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Programa “Bolsa Família”**. Brasília, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.portalfederativo.gov.br/pub./inicio/Caixaparcieira>>. Acesso em: 26 abr. 2009.

_____. Decreto. nº 6.157, de 16 de julho de 2007. Dá nova redação ao art. 19 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.

_____. Decreto. nº 6.917, de 30 de julho de 2009 . Altera os arts. 18, 19 e 20 do Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.

_____. Decreto nº 6.491, de 26 de junho de 2008. Dá nova redação ao art. 19 do Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.

_____. Lei. nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica / Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perfil das Famílias do Programa Bolsa Família no Cadastro Único**: Brasil, Regiões e Unidades da Federação. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/relatorios_e_estatisticas/relatorios-e-estatisticas>. Acesso em: 17 set. 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizs>>. Acesso em: 06 ago. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sites/mds-em-numeros/paginas/regioes/sites>>. Acesso em: 06 ago. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/noticias/bolsa-familia-e-reajustado>>. Acesso em: 04 ago. 2009.

_____. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Em Questão Notícias. Brasília, n° 626b, 31 de março de 2008. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao>. Acesso em: 13 jun. 2008.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher, casa e família**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

BUTLER, Judith. O Parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu** [online], Campinas, n. 21, p. 219-260, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Tradução de Maurício Santana Dias. 6. ed. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2006.

CANEVACCI, Massimo. (Org.) **Dialética da família**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CANTUÁRIO, Maria Zelma de Araújo Madeira. **Maternidade e conjugalidade: múltiplos discursos na construção de um devir mulher**. 1998. Dissertação (Mestrado Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

CAPITAL cresce em favelas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 30 jul. 2007. Caderno Cidade.

CARDOSO JUNIOR, José Celso; JACOUD, Luciana. Política social no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACOUD, Luciana. (Org.) **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 86, jul. 2006.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (Org.) **A Produção do viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2003.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. Família e proteção social. **São Paulo Perspec.** [online], v.17, n.2, p. 109-122, 2003.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 6. ed. Petrópolis, SP: Vozes, 1998.

CEARÁ. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Mais de 25 mil novas famílias de Fortaleza entraram no Bolsa Família em janeiro**. 2007. Acesso em: 26 de janeiro de 2010. (Informação disponível por e-mail)

CEARÁ. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento. **Fortaleza em números**. 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal no Brasil. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes de et al. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2004.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a rua**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (Org.). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Editora UFRJ, 1987.

_____. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 24 jun. 2009.

_____. O Brasil como morada. In: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. Apresentação para Sobrados e Mucambos.. [S.l]: editora Global, 2006.

O DESAFIO do Bolsa Família. O Povo, Fortaleza, 23 setembro de 2007. Caderno Política, p. 21.

DIAS, Adriane Tomazelli. **A “Nova” questão social e os programas de transferência de renda no Brasil**. 2006. 221f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias**. 3. ed. Tradução de M. T. da Costa. Rio de Janeiro, Graal, 2001.

DRAIBE, Sônia M. **As Políticas sociais e o neoliberalismo**. Campinas: Fundação Natividade, Editora Linhas Gerais, 1995.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A Dinâmica da cultura**: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família**: da propriedade privada e do Estado. 14. ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 9. ed. São Paulo: Globo, 1991

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guillhon Albuquerque. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANCH, Mônica; BATISTA, Carla; CAMURÇA, Sílvia. **Ajuste estrutural, pobreza e desigualdades de gênero**. Um caderno feminista de informação e reflexão para organizações de mulheres. 2. ed. Recife: Iniciativa de Gênero/ SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2003.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. Tradução de Heloísa Eugênia Villela Xavier. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Global, 2006.

_____. **Casa-grande e senzala**. 36. ed. Rio de Janeiro, Record, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. LTC. editora S.A., 1989.

_____. **O Saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da intimidade**; sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção social. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n.1, p. 29-48, jan./jun. 2002.

_____. **Famílias e gêneros**: uma proposta para avaliar (des)igualdades. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

GOVERNO distribui R\$ 12,4 bilhões ao Bolsa Família em 2009. **O Povo**, Fortaleza, 29 dez. 2009. Caderno Política.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. et al. (Org.) **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

JUSTIÇA Social ou Clientelismo, **Diário Do Nordeste**, Fortaleza, 22 ago. 2007. Caderno Nacional.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. In: GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de família e psicanálise**: rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de gênero. Tradução de Miriam Nobre. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). **Caderno Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo, n. 3, p. 55-64, dez. 2003.

KLEIN, Carin. A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 13, p. 31-52, jan./abr. 2005,

LAVINAS, Lena. Empregabilidade: uma noção conjugada no feminino. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (Org.) **O Trabalho das mulheres: tendências contraditórias**. São Paulo: SOF, 1999.

_____. **Gasto social no Brasil**: programas de transferência de renda *versus* investimento social. **Ciência Saúde Coletiva** [online], v.12, n.6, p. 1463-1476, 2007.

_____. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Revista Econômica**, v.4, n. 1, p. 25-59, jun. 2002.

_____; NICOLLI, Marcelo. Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas. **Revista Parcerias Estratégicas**, Análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Rio de Janeiro, n. 22, p. 39-45, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/parcerias/p22.php>>. Acesso em: 05 dez. 2008.

_____. Universalizando Direitos. **Revista Observatório da Cidadania**, Rio de Janeiro, p. 67-74, 2004.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle>>. Acesso em: 15 dez 2008.

MACHADO, Lia Zanotta. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. **Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 4, n. 8, p. 11-26, 2001.

_____. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Crisitna. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, Trajetórias do gênero, masculinidades..., Campinas, n. 11, p. 107-125, 1998.

MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (Org.). **Na Metrópole**: textos de antropologia urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2000.

MAGNANI, José Guilherme C. De Perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.) **Pesquisa qualitativa**: um desafio instigante. São Paulo: Veras. Editora, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa, 1).

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Novos estudos**, n. 79, nov. 2007.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e pobreza no Brasil**. Relatório final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América Latina y El Caribe. Brasília: CEPAL: SPM, 2005.

MICHEL, Andrée. **Sociologia da família e do casamento**. Tradução de Daniela de Carvalho. Prefácio de Mário Frota. Coimbra: RÊS-Editora, 1983.

MINAYO, Ma. Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec-Abramo, 1994.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. et al. (Orgs.) **Política social no capitalismo**. Tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Martha Silva; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. Quem cobre as insuficiências das políticas públicas? contribuições para o debate sobre o papel da família na provisão de bem-estar social. **Revista de Políticas Públicas**, v. 10, p.165-185, jan./jun. 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. **Revista Antropologia**, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família e perspectivas de intervenção**: cidadania, redes de sociabilidade e políticas públicas. Fortaleza, 2007. (Mimeo).

_____. A família em sua multiplicidade de formas e sentidos. In: FROTA, Maria Helena de Paula; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira (Org.). **Família, gênero e geração**: temas transversais. Fortaleza: EDUECE, 2004.

_____. **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina.** Fortaleza: EDUECE, 2001.

_____. **Família: seu processo de transformação e sua centralidade nas políticas públicas.** Fortaleza, 2006. (Mimeo).

_____. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina.** Fortaleza, EDUECE, 2008.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza.** Tradução de Camila Giorgetti e Tereza Lourenço. Prefácio e revisão de Maura Pardini Bicudo Veras. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PEIXOTO, Socorro Letícia F. **Imagens do poder: as “andanças” da cidadania brasileira.** Fortaleza, 2008. (Mimeo).

_____. **As políticas sociais face ao Estado neoliberal no Brasil: um olhar sobre o Programa Bolsa Família.** Fortaleza, 2008. (Mimeo).

_____. **Em Nome da família: as mulheres como “gestoras” da pobreza.** Fortaleza, 2008. (Mimeo).

_____. **Gênero e políticas públicas: o lugar das mulheres no contexto de pobreza.** (Mimeo). Fortaleza, 2009.

_____. **Mulheres e trabalho: as interfaces de um diálogo.** Fortaleza, 2006. (Mimeo).

_____. **Projeto Farol: texto para um outro contexto.** Fortaleza: SINTAF, 2006. (mimeo).

PEREIRA, Carlos Alberto M. **O que é contracultura.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PINHEIRO, Luana et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** 3. ed. Brasília: IPEA, SPM, UNIFEM, 2008.

PROJETO PADC. Fortaleza, 2007. Disponível em: <www.padc.com.br/morro.htm>. Acesso em: 23 set. 2007.

4,6 milhões de nordestinos deixam a extrema pobreza. **O Povo**, Fortaleza, 06 nov. 2009. Caderno Economia.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. **Revista Estudos Feministas** [online], Florianópolis, v.13, n.1, p. 179-183, 2005.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A Família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (org.). **Pensando a família no Brasil**. Da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo /Editora UFRRJ, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**; o social e o político na pós-modernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SARTI, Cynthia. A Família como ordem simbólica. **Revista Psicologia USP** [online], v.15, n.3, p. 11-28, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 03 ago. 2009.

_____. **Feminismo e contexto**: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16., p.31-48, 2001.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller. **Família**: redes, laços e políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Família e individualidade**: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. São Paulo: edUC/Cortez, 1995.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas** [online], Florianópolis, v.16, n.1, p. 173-186, 2008.

_____. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Revista Interface – comunicação, Saúde e Educação**, v. 5, n. 8, p. 47-60, 2001.

600 mil deixaram a pobreza no Estado. **Diário Do Nordeste**. Fortaleza, 22 set. 2009.

SIMMEL, Georg. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 3).

SINGLY, François; PEIXOTO, Clarice Ehlers; CICCHELLI, Vincenzo. **Família e individualização**. Tradução de Ângela Xavier Brito. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SINGLY, François. **Sociologia da família contemporânea**. Prefácio e Tradução de Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria para útil para análise histórica**. Recife, SOS Corpo, 1989. (Mimeo).

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da; YASBECK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo de. **A Política Social Brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2006.

SPOSATI, Aldaíza e. et al. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TOURAINÉ, Alain. **O Mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, Vozes: 2007.

UGÁ, Vivian Dominguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 23, p. 55-62, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24621.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Trabalhos científicos**: organização, redação e apresentação. Fortaleza: EdUece, 2005.

_____. Manual de normatização. Disponível em: http://www.uece.br/uece/arquivos/MANUAL_DE_NORMALIZACAO.pdf. Acesso em: 21 ago. 2009.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A Invenção da favela: do mito de origem a favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VENTURINI, Gustavo; RACAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Org.). **A Mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VITALE, Maria Amália Faller. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. SARTI, Cynthia. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller. **Família: redes, laços e políticas públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

YASBECK, Maria Carmelita. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 104-112, abr./jun. 2004.

_____. **Classes subalternas e assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

ANEXOS

ANEXO I: Instrumental de Identificação da Entrevistada

1. Nome: _____

2. Idade: _____

3. Cor/raça (auto-declaração):

Branca Parda Negra Amarela Indígena
 Outra

4. Naturalidade: _____

Há quanto tempo (anos) reside em Fortaleza? _____

5. Estado Civil:

Solteira Casada União Estável Separada
 Viúva Se casada ou com união estável. Primeira união? _____

6. Possui alguma deficiência?

Sim Não Se sim, qual? _____

7. Escolaridade

<input type="checkbox"/> Analfabeta	<input type="checkbox"/> Alfabetizada
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental I Incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental I Completo
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental II Incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental II Completo
<input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo
<input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo

8. Está estudando?

Sim Não Se sim, que série? _____

9. Religião

Católica Protestante. Qual igreja? _____
 Umbandista Outro: Especificar: _____
 Não tem religião

10. Há quanto tempo (anos) reside na comunidade Morro da Vitória? _____

11. Condição de ocupação do domicílio

Própria Alugada Cedida. Por quem/Como? _____
 Outra condição: _____

12. N° de cômodos no domicílio: _____

13. Tem banheiro?

Sim Não Quantos? _____

14. Trabalha?

() Sim () Não Se sim, com que idade começou a trabalhar? _____

15. Posição na ocupação

() Ocupação com carteira assinada () Ocupação sem carteira assinada
() Empregadora () Trabalhadora por conta própria
() Não remunerada

16. Se sim, qual a principal atividade/profissão que exerce? _____

17. Valor da renda a partir da atividade que exerce: _____

18. Situação do Grupo Doméstico da Entrevistada

Nº	Nome	Vínculo com a entrevistada	Sexo	Idade	Tem renda? (Especificar)	Origem da renda	
						Trabalho (Especificar)	Benefício / Aposentadoria (Especificar)
1.							
2.							
3.							
4.							
5.							
6.							
7.							
8.							
9.							
10.							

Participação Social**19. Você participa de alguma organização ou grupo?**

() Sim () Não Se sim, qual?
() Associação de Moradores/as () Sindicatos
() Partido Político () Movimento social
() Cooperativa () Grupo Religioso
() Grupo de Mulheres

20. Além do Programa Bolsa Família, você participa de outro Programa Social?

() Sim () Não Se sim, qual? _____

VINCULAÇÃO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**21. É a responsável legal?**

() Sim () Não Se não, quem é? _____

22. Há quanto tempo recebe o benefício? _____

23. Qual valor do benefício que recebe? _____

24. Como você começou a participar do Programa?

ANEXO II: Roteiro da Entrevista

FAMÍLIA:

- O que significa família para você?
- Como você percebe sua família?
- Quem faz parte da sua família?
- Você identifica problemas na sua família? Quais?
- Como se definem as tarefas no interior de sua família?
- Que atividades você desempenha na sua família?
- Alguém exerce um maior nível de autoridade na sua família? Se sim, quem?

GÊNERO:

- O que é ser mulher?
- Como você vê as mulheres hoje?
- Você considera que existam desigualdades entre homens e mulheres?
- Você acha que há atividades mais apropriadas para homens e outras mais apropriadas para as mulheres?
- Você acha que há diferenças quanto à tomada de decisões entre homens e mulheres?
- Você gosta de ser mulher?
- Como você usa seu tempo? O que você geralmente faz durante o dia?

CASAMENTO/ SEXUALIDADE/MATERNIDADE:

- O que você acha do casamento? Você acha que o casamento é importante?
- Como você vê o casamento hoje?
- E a sexualidade você acha algo importante? Você acha que há diferenças na vivência da sexualidade entre homens e mulheres?
- Você acha que a mulher deve sentir prazer?
- O que é ser mãe?
- Você gosta de ser mãe?
- Como se dá a relação entre você e seus filhos/as?

POBREZA:

- O que é ser pobre?

- Existe relação entre ser mulher e ser pobre?
- Você se considera uma pessoa pobre? Por quê?
- Como você enfrenta as dificuldades advindas da pobreza na sua vida hoje?
- O que você acha do lugar onde mora?
- Você gosta da sua vida hoje?
- O que você mudaria na sua vida?

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:

- O que é o Programa Bolsa Família?
- Como você avalia o Programa Bolsa Família?
- Você acha que o Programa Bolsa Família mudou a vida das mulheres? Se sim, em quê?
- Por que você acha que as mulheres são as principais responsáveis pelo recebimento do benefício em nome da família?
- E você, o que acha de ser a responsável pela posse do cartão do Programa?
- Você acha que o recebimento do recurso do Programa mudou alguma coisa na sua vida? Se sim, quais foram as transformações?
- Você acha que houve mudanças em relação ao seu papel na família, a partir do recebimento do benefício?
- Quem decide o que fazer com o recurso do Programa?
- Como o benefício é gasto? Quais os principais itens de compra, a partir do recurso do Programa?
- O que você acha das exigências do Programa em relação à frequência das crianças na escola e às questões vinculadas ao tratamento da sua saúde e de seus filhos/as?
- Você encontra alguma dificuldade para cumprir as exigências?
- Você percebe que existe acompanhamento por parte de algum profissional em relação à sua participação no Programa?
- Se sim, qual profissional? Vinculado a que órgão?
- Você participa ou participou de algum Programa Social ou atividade comunitária, a partir do Programa Bolsa Família?

FUTURO:

- O que é futuro para você?
- Como você enxerga o seu futuro?
- Quais seus sonhos?

ANEXO II: TERMO DE PERMISSÃO DA RESPONDENTE

Cara Senhora,

Solicito a sua participação na pesquisa de campo da Dissertação de Mestrado intitulada: Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres pobres: um estudo na comunidade Morro da Vitória, da mestranda Socorro Letícia Fernandes Peixoto, do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade - Universidade Estadual do Ceará.

Essa pesquisa tem como objetivo principal investigar o significado do Programa Bolsa Família na vida das mulheres pobres urbanas, tendo como foco sua condição de gênero no interior das famílias.

Ressalto que todas as informações prestadas serão utilizadas com o intuito de possibilitar a realização da pesquisa e publicação das informações. Reafirmo que os dados de identificação da respondente serão preservados, assim como, serão utilizados codinomes na identificação das mesmas.

Solicito que assine esta comunicação ratificando sua participação na pesquisa ao permitir que sejam publicadas as informações prestadas para sistematização desse estudo.

Fortaleza, ____ de _____ de 2009.

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura da Respondente

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)